iscte
CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS

Noutra Placa: Uma etnografia dos caminhos da ilha das Flores

Rita Albuquerque

Mestrado em Antropologia

Orientador: Doutor António Fernando Gomes Medeiros
Professor Auxiliar
ISCTE – INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA

Março, 2026

CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS

Departamento de Antropologia

Noutra Placa: Uma etnografia dos caminhos da ilha das Flores

Rita Albuquerque

Mestrado em Antropologia

Orientador: Doutor António Fernando Gomes Medeiros
Professor Auxiliar
ISCTE – INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA

Março, 2026

Agradecimentos

Esta dissertação é o resultado do apoio, da generosidade e da presença de muitas pessoas que me acompanharam ao longo do meu percurso académico, pessoal e profissional.

Agradeço, em primeiro lugar, a todos aqueles que, nas Flores, me receberam nas suas casas, me confiaram as suas histórias e memórias, me acompanharam em caminhadas e conversas, genuinamente, sem contrapartidas e com verdadeira amizade.

Em especial, àqueles de quem me fiz amiga ainda antes de imaginar seguir este percurso académico e esta investigação. Obrigada, Gimbras, Siouxie, Dominik, Gil, Tio Aurélio, Tia Lídia, Karsten, Inês, Camille e Tino por me fazerem sentir em casa e em família, por todo o apoio incondicional e pela amizade, antes e ao longo deste processo.

À minha pequena Ayana, por me lembrar tantas vezes, com a sua *luz*, curiosidade e imaginação, da importância de olhar o mundo com espanto.

E ao Manuel, pelas conversas e caminhadas, nas quais partilhou referências e conhecimento sobre a história, a literatura e a etnografia açorianas e florentinas, bem como reflexões, observações e comentários que enriqueceram muito esta dissertação.

Agradeço ao meu orientador, Professor António Medeiros, por ter aceitado o convite de orientar uma engenheira nas aventuras da antropologia. Obrigada pela inspiração, pelo entusiasmo e pela confiança, mas também pela paciência, proximidade e amizade. Sem as dezenas de revisões, mensagens, chamadas, leituras, graças e ironias, este trabalho não teria sido possível. Estou profundamente grata por ter tido o privilégio de aprender consigo sobre antropologia, sobre o mundo, mas também sobre mim própria, descobrindo ser capaz de fazer muito mais do que imaginava à partida.

Aos restantes professores do ISCTE com quem estive em contacto, em especial ao Professor Francisco Oneto e ao Professor Paulo Raposo, por todas as aulas e conversas inspiradoras.

Aos meus colegas, e agora amigos, Francisca e César, por me fazerem sentir parte de algo e me incutirem sempre a confiança necessária para continuar.

A todos os meus amigos e amigas, em especial ao Ricardo, ao Diogo, à Sofia e à Raquel, por me ouvirem sempre, por trocarem ideias comigo e me darem força em momentos de anseio.

À Teresa, família do coração, pela amizade, carinho e presença, mas também por me ter acolhido na sua casa durante este período, oferecendo-me a tranquilidade e o conforto de que precisava.

Por último, embora pudesse ser em primeiro lugar, agradeço à minha mãe e ao meu pai, à minha irmã Leonor e ao meu irmão Francisco, que me apoiam incondicionalmente em todas as minhas escolhas, até nas mais improváveis que fiz na vida. Obrigada por se esforçarem por me compreender, mesmo quando eu própria não consigo, e por nunca me deixarem desistir.

Ao Sr. José Lizandro

Resumo

Os caminhos de humanos e não humanos da ilha das Flores constituem o foco da minha proposta de trabalho. Aqui, proponho-me a reconhecer na ilha percursos que ainda podem ser percorridos a pé, e outros só indiciados por ruínas, memórias e registos escritos. Inspiram-me a literatura comparativa antropológica — e também a historiografia regional — a argumentar que os caminhos locais podem falar, de modo profuso, da inserção das Flores na economia global. Podemos pensar esta ilha, situada na placa continental americana, ironicamente como "área remota" (Ardener, 1987).

Palavras-chave: Caminhos, Açores, Economia Global, ‘Áreas Remotas’

Abstract

Paths of humans and non-humans on Flores Island are the focus of my proposed work. Here, I intend to recognize the island's routes that can still be walked today, and others revealed only through ruins, memories and written records. Comparative anthropological literature - as well as regional historiography – inspire me to argue that local paths can speak profoundly about Flores' insertion into the global economy. We may think of this island, located on the American continental plate, ironically as a "remote area" (Ardener, 1987).

Keywords: Paths, Azores, Global Economy, "Remote Areas"

Índice

Agradecimentos i

Resumo v

Abstract vii

Índice de figuras xi

INTRODUÇÃO 3

Metodologia – Trabalho de campo 6

OS CAMINHOS DA ILHA DAS FLORES 13

O "outro" e os seus fluxos 15

Ruína 28

Caminhada 31

Rizoma teórico-analítico 33

CANA - ROCA 37

Caminhos desertos de passos 39

Caminhos restaurativos 43

Caminhos radicais 46

TRIGO 53

Caminhos nos quais pedras são mais que pedras 55

Caminhos invisíveis 67

Caminhos de estranhos 75

O INCENSO COMO CAMINHO DE UMA POSSÍVEL CONCLUSÃO 81

BIBLIOGRAFIA 87

Índice de figuras

Figura 1: Localização das Flores no Atlântico. Fonte: Google Earth, dados cartográficos © Google. 1
Figura 2: Entre dois municípios. 3
Figura 3: Companheiro de caminhada sobre a Ponte dos Castelhanos. A imagem mostra um caminho antigo que liga o Lajedo ao Mosteiro. 13
Figura 4 (à esquerda) e Figura 5 (à direita): Rizoma cana-roca (Hedychium Gardenium) 33
Figura 6: Flor da cana-roca. 37
Figura 7 (à esquerda) e Figura 8 (à direita): Desenho e fotografia do século XIX da Hedychium Gardenium (Pereira et al., 2021). 41
Figura 9: Moinho da "tia Brísita" — Ribeira Funda/Fazenda 53
Figura 10: Fotografia da eira de trigo no Lajedo em1926. 59
Figura 11: Fotografia da eira de trigo em 2025 (fotografia de Pedro). 59
Figura 12: Incenso só no Poço da Ribeira do Ferreiro. 81

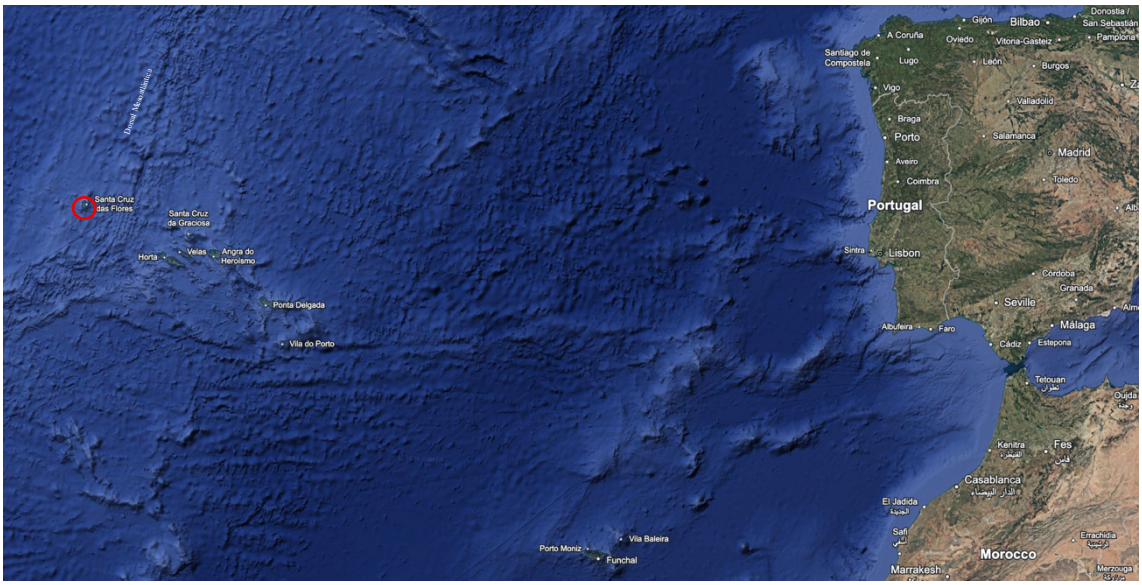


Figura 1: *Localização das Flores no Atlântico. Fonte: Google Earth, dados cartográficos © Google.*



Figura 2: *Entre dois municípios.*

INTRODUÇÃO

Em abril de 2023, tive a oportunidade de fazer uma viagem à ilha das Flores. Era a primeira das três ilhas do arquipélago dos Açores que tinha planeado conhecer durante as minhas três semanas de férias. A ideia inicial era ficar por lá três dias e depois seguir para o Pico. Assim, reservei apenas duas noites num alojamento local na freguesia da Fazenda, no concelho das Lajes.

Na primeira noite na ilha, experimentei logo o seu clima inóspito, sobre o qual já tinha lido nas poucas pesquisas que fiz antes de partir. Lá fora, não ouvia os barulhos habituais das noites de Lisboa — aviões, camiões do lixo, motas das entregas e carros à procura de estacionamento — mas sim trovoada ruidosa, vento forte e chuva torrencial. No dia seguinte, a trovoada parou e o vento e a chuva abrandaram, mas o céu continuava coberto por nuvens e não eram muitos os sinais de melhoria do tempo. Ainda assim, na companhia de uma rapariga que conheci no alojamento, caminhei quase 20 km e experienciei, nesse dia, as quatro estações do ano. Passeámos por caminhos enlameados no meio da floresta, por estradas de alcatrão — nas zonas baixas, entre prados sem fim, e

nas zonas altas, entre os mantos de *musgão* que encobrem o solo das florestas de cedros centenários.

A beleza da ilha e o seu clima incerto levaram-me a querer ficar mais uns dias. Perguntei ao dono do alojamento se conhecia algum sítio na ilha onde pudesse ficar a um preço mais acessível. Algumas horas depois, foi ele próprio que me propôs *trocar cama e comida* por uma ajuda com a horta e com o seu filho de três anos. Só precisava de ajudar durante as manhãs e, à tarde, ele e a sua companheira alugar-me-iam o carro para ir conhecer a ilha. Nem pensei duas vezes: disse logo que sim, e no dia seguinte fiquei já na casa de ambos — Elio[1], italiano, e Pilar, catalã, tinham-se mudado para as Flores há cerca de um ano.

Durante os dias que se seguiram, partilhei tarefas com o Andrea, um italiano também de passagem na ilha. As manhãs eram ocupadas a ajudar aquela família. À tarde, eu e o Andrea explorávamos a ilha. Na primeira tarde, com o mapa turístico da ilha na mão, tentámos percorrer todos os pontos nele assinalados. Andávamos a um ritmo alucinante, com uma ânsia de ver a beleza da ilha como se, no dia seguinte, já lá não estivesse. Terminámos na Fajã Grande, a poucas horas do anoitecer, onde nos cruzámos com uma pessoa que o Andrea conhecia. Chamava-se Mia, tinha nascido no Laos, crescido nos Estados Unidos da América e vivia nas Flores há vários anos. Parámos, demos-lhe boleia até casa e ela convidou-nos para irmos, de seguida, fazer um trilho. Vimos, então, de perto todas as cascatas que descortináramos à distância na Fajã Grande. Aquele que parecia um dia terrível de chuva e nevoeiro, tornou-se, em minutos, num dos melhores dias da nossa vida. Terminámos todos a jantar em casa de um amigo da Mia — Magnus, um finlandês, que chegou à ilha há cerca de 20 anos.

*

Pensei várias vezes se deveria partilhar a memória da minha primeira chegada às Flores, em abril de 2023. Foi escrita há mais de um ano e é ingénua, mas é certo que esta marca o início da minha curiosidade pela ilha e contextualiza a minha pesquisa. Nessa primeira vez que visitei as Flores, planeava ficar três dias, porém permaneci três semanas. Na segunda ida, fiquei o mês completo de agosto. Desde então, entre idas e voltas, passei mais de 6 meses nas Flores, três dos quais — de 1 a 27 de agosto de 2024 e de 21 de fevereiro a 16 de abril de 2025 — dedicados a fazer trabalho de campo.

[1] Todos os nomes de interlocutores utilizados nesta dissertação são pseudónimos.

Nas Flores, tive a oportunidade de estabelecer relações de proximidade e de confiança com um grupo alargado de residentes na ilha. Conheci lá florentinos de todas as idades, estrangeiros de diferentes nacionalidades e também vários *continentais*. De diversos modos, foi na sua companhia que me foi possibilitado conhecer os *caminhos antigos*, nome dado pelos florentinos à rede de percursos pedestres existentes nas Flores há muitos séculos, que se tornaram o foco deste trabalho.

Alguns desses caminhos antigos estão em ótimo estado de conservação e atraem anualmente às Flores centenas de entusiastas de caminhadas, de *trekking* e de *trail running*. Os locais utilizam, no seu quotidiano, estes caminhos antigos — mapeados como *trilhos* — para acederem às suas terras, onde cultivam e cuidam dos seus animais, mas também para apanharem lapas, caranguejos e/ou *erva do calhau*. Usam-nos para fazer peregrinações entre freguesias e caminhadas recreativas. Há outros caminhos antigos que não pertencem à rede de trilhos e que são utilizados principalmente por locais ou por algum forâneo mais aventureiro. Outros, ainda, na sequência da construção da rede de estradas e da introdução do automóvel, foram destruídos ou abandonados e estão, hoje, esquecidos debaixo do alcatrão ou da vegetação "feral"[2], restando apenas na memória daqueles que ainda os percorreram, ou inscritos em cartas militares e antigos mapas da ilha.

Para preparar esta dissertação, que começou por ser inspirada por leituras antropológicas, adiante assinaladas a par e passo, percorri os caminhos antigos da ilha das Flores — ora sozinha, ora acompanhada —, realizei conversas etnográficas e várias entrevistas e, ainda, pesquisas na historiografia local e regional. Estas levaram-me a querer compreender de que forma os caminhos antigos enraizados na paisagem da ilha, ou as suas ruínas mais ou menos reconhecíveis, podem dar conta das suas ligações à economia global de um lugar tão frequentemente descrito como remoto e pristino, a que hoje cada vez mais turistas chegam, atraídos por tais descrições.

A presente dissertação está dividida em quatro capítulos, antecedidos pela introdução e pela metodologia. No primeiro capítulo pretendo situar os caminhos antigos no contexto histórico e geográfico, com a ajuda de literatura comparativa, introduzindo algumas referências teóricas que estruturaram a minha análise. No segundo e no terceiro capítulos, partindo sempre dos meus percursos nos caminhos antigos das Flores, tomo duas plantas

[2] "Emergem no âmbito de projetos promovidos por humanos, mas escapam ao seu controlo." (Tsing, 2021)

como mote para a presente reflexão. Refiro-me à *cana-roca* — nome dado pelos florentinos à espécie *Hedychium Gardenium,* planta exótica hoje classificada como *invasora,* que cobre grande parte da ilha — e ao trigo — produto que marcou a história económica das Flores nos primeiros séculos da ocupação da ilha. Procuro demonstrar como os caminhos antigos podem falar, de modo profuso, da inserção das Flores na economia global, em diferentes épocas. No último capítulo, em diálogo com a presença da árvore do *incenso* — nome dado pelos florentinos à espécie *Pittosporum undulatum*, também classificada como invasora e cuja multiplicação tem gerado divergências entre residentes nos últimos anos — proponho algumas reflexões finais sobre a paisagem, sobre as ruínas que podem ser encontradas, e sobre a forma como estas nos podem ser úteis para pensarmos os desafios do presente e do futuro deste e de outros possíveis contextos.

No âmbito desta pesquisa, apercebi-me de que o estudo do contexto em questão exige uma presença mais prolongada no terreno, bem como um maior aprofundamento do meu conhecimento histórico, teórico e analítico sobre o tema. Por esta razão, no último capítulo, proponho-me a refletir sobre possíveis vias de continuidade da pesquisa no âmbito do doutoramento que, entretanto, já iniciei.

Metodologia – Trabalho de campo

De uma forma estrita, o meu trabalho de campo decorreu durante cerca de três meses e foi pautado por duas fases bem delimitadas. Em ambas, o acesso ao terreno foi fluído, facilitado por forças de relações de amizade, que já tinha estabelecido durante viagens anteriores às Flores. Considero, nesta medida, que fiz um trabalho de campo "híbrido", em que não posso ser considerada uma "insider" a fazer trabalho de campo em casa, nem tão pouco uma "outsider" a fazer trabalho de campo num contexto totalmente desconhecido (Narayan, 1993).

A primeira fase, em agosto de 2024, foi exploratória. Nesse período mobilizei pessoas que já conhecia para participar na minha pesquisa e estabeleci novos conhecimentos que se tornaram relevantes. Por essa altura, também comecei a familiarizar-me com a historiografia local e regional. Nessa fase inicial, o meu tempo foi passado sobretudo nas Lajes, no Lajedo, na Fazenda e em Santa Cruz, lugares onde já mantinha relações de proximidade, criadas em estadas anteriores; também visitei a Fajazinha e a Fajã Grande pontualmente. Em todos os lugares aqui referidos dei prioridade à participação nos

quotidianos e nas festividades[3] que acontecem nos meses de verão na ilha, observando e participando nas suas diferentes atividades.

Na minha primeira estada, privilegiei uma observação participante em paralelo com conversas etnográficas, tendo em conta desde o início que a produção de conhecimento é relacional (Devillard, Mudanó, Pazos, 2012) e que no campo não nos envolvemos com "informantes", mas sim com "co-intérpretes" (Herzfeld, 2001, p. 49). As conversas foram sendo realizadas individualmente ou em grupo, em contextos de interação, nos quais procurei manter as dinâmicas próprias de cada momento sem a intromissão de gravações de áudio, de vídeo, da captação de fotografias e da redação de notas no caderno de campo[4]. No começo do meu trabalho antropológico, a prática de escrever no diário de campo não foi automática. Muitas vezes, a imersão nas situações, as conversas prolongadas ou o simples ritmo dos dias faziam com que a escrita ficasse adiada para momentos recolhidos da noite. Houve dias cujo registo ficou fragmentado entre notas dispersas no caderno de campo ou no telemóvel, que mais tarde fui reorganizando e complementando com base na memória através de notas mentais.

Para me familiarizar com a historiografia local e regional, visitei a Câmara Municipal das Lajes, onde está disponível uma listagem de publicações sobre a ilha das Flores e alguns exemplares para venda de publicações editadas pelo próprio Município das Lajes. Visitei, também, muitos dos museus das Flores[5] — incursões a que dei continuidade na segunda fase. Em agosto de 2024 tive ainda a oportunidade de conhecer Pedro, um continental que fez férias durante 20 anos nas Flores e que agora já ali vive há 8 anos,

[3] Dois exemplos que considero relevantes de dar nota são a oportunidade de apoiar na preparação da Festa da Nossa Senhora dos Milagres no Lajedo, entre os dias 13 e 16 de agosto de 2024, e o acompanhamento da regata em homenagem ao Sr. Raimundo antigo baleeiro e fundador do Museu do Clube Naval das Lajes das Flores, no dia 25 de agosto de 2024. Ambas foram ocasiões que me permitiram compreender os modos de organização coletiva, colaborando em tarefas e estreitando relações com interlocutores chave da pesquisa.

[4] Excecionalmente na regata e na Festa de Nossa Senhora dos Milagres fiz registos de vídeo, com o objetivo de documentar gestos, interações e ambiências, que dificilmente poderiam ser depois captados na escrita do diário de campo, pois estava, ainda, a aprender a integrá-lo no meu quotidiano de trabalho.

[5] Durante as minhas viagens e trabalho de campo tive oportunidade de visitar no Município de Santa Cruz a Fábrica da Baleia do Boqueirão, o Museu das Flores e o Centro de Interpretação Ambiental do Boqueirão. Já no Município das Lajes visitei o Museu Municipal, o Museu Casa do Lavrador, o Museu dos Lacticínios, o Museu da Agricultura e Lacticínios da Lomba e o Museu Baleeiro.

sendo reconhecido como alguém com muito conhecimento da historiografia e da literatura locais e regionais, que pesquisa e dá a conhecer com regularidade[6].

Nesta primeira etapa, e porque, como escreveu Tom Boellstorff "os mundos virtuais estão hoje diretamente acessíveis como a própria vida 'real' para um estudo etnográfico completo" (2012, p. 1), também realizei observação participante nesses mundos durante e após as duas fases de trabalho de campo que fiz na ilha. Nas Flores, o *Facebook* assume um papel central na vida social, funcionando nomeadamente como uma extensão das redes de convivência e de pertença entre florentinos e membros da diáspora. Nessa rede social são partilhadas atividades do quotidiano, divulgam-se eventos, e aí emergem debates riquíssimos sobre os desafios contemporâneos da ilha e há tentativas de construir a memória de um passado profundamente marcado pela emigração[7].

Paralelamente, o *WhatsApp* tornou-se igualmente um meio relevante de comunicação e organização comunitária nas Flores. Introduzido inicialmente por estrangeiros e continentais a residir nas Flores, o *WhatsApp* é hoje amplamente utilizado por muitos dos seus habitantes. Grupos como *Abundância Partilhada, Ride Share/Boleia, Flores Events and Workshops* ou *Selling Flores/Vendendo Flores,*[8] constituem exemplos de espaços digitais de troca e de colaboração, que integrei e acompanhei, nos quais se partilham bens, serviços e informações, mas também afetos e formas de solidariedade quotidiana.

[6] Pedro foi uma *biblioteca viva*, pelo carácter relacional e performativo que os meus encontros com ele tiveram. Em sua casa, ele apresentou-me obras que considerava relevantes para a minha dissertação com uma breve introdução sobre o autor, um resumo do conteúdo e, muitas vezes, com a leitura em voz alta de poemas ou de prosas que considerava particularmente relevantes.

[7] No âmbito destas redes sociais, destaco a página de Pedro, que tendo reconhecido a vitalidade destes recursos digitais para os florentinos, tem partilhado *online* as suas descobertas em arquivos, em jornais e em conversas com os habitantes locais, transformando o *Facebook* num verdadeiro arquivo das Flores. As suas publicações abundantes, muitas vezes acompanhadas de reflexões pessoais, excertos de textos históricos ou de fotografias antigas, geram debates intensos e interações constantes. As caixas de comentários nestas publicações, em particular, revelaram-se um espaço etnograficamente fértil — onde se cruzam memórias pessoais, interpretações sobre o passado e discussões sobre o presente.

[8] Todos estes grupos integram atualmente uma única comunidade de *WhatsApp*, designada "*FLO & BERU*", em homenagem a um casal de velejadores franceses que viveu nas Flores durante mais de vinte anos e cuja partida recente motivou esse gesto de reconhecimento. A criação do primeiro grupo havia sido uma iniciativa da Flo (Florence), com o objetivo de partilhar, entre um círculo de amigos, excedentes de plantios e colheitas. Numa fase inicial, o grupo era composto sobretudo por membros da comunidade estrangeira residente na ilha. Com o tempo, não apenas aumentou o número de participantes — contando hoje com mais de 197 membros, nacionais e estrangeiros — como também se multiplicaram os grupos associados, criados para responder a diferentes necessidades de circulação de informação, como a divulgação de eventos, a venda de produtos ou a partilha de boleias. Atualmente, todos estes grupos integram a mesma comunidade digital.

A segunda fase, como já disse, decorreu entre fevereiro e abril de 2025 e consistiu numa etapa de sistematização focada na realização de caminhadas e de entrevistas semi-diretivas e não diretivas com as pessoas já dispostas a ajudar-me e com outras que conheci durante este período. Nessa segunda fase da minha pesquisa, a realização de caminhadas acompanhada constitui-se como uma tática que utilizei de forma mais sistemática, nesse tempo já orientada por referências metodológicas mais específicas que valorizavam a caminhada como prática de conhecimento e de inscrição no terreno (Ingold, 2011; Pink, 2009; Vergunst, Ingold, 2016).

Ao princípio, a minha estratégia centrou-se em combinar a proposta de Sarah Pink de "caminhar com outros" (2009, pp. 111–116) pelos caminhos antigos das Flores e em acompanhar os quotidianos locais, marcados por ritmos e dinâmicas muito específicos no inverno. A observação participante e as conversas etnográficas revelaram-se sobretudo férteis para compreender as formas diversas de habitar a ilha. Estas permitiram-me estar próxima de florentinos, mas também de estrangeiros e continentais que vivem nas Flores. Estes encontros — nos caminhos, nas lojas, nos cafés, nas festas[9] e nas suas casas — foram essenciais para captar a variedade da vida social da ilha.

O acompanhamento dos quotidianos não apresentou grandes desafios. Pelo contrário, "caminhar com outros" foi bem mais difícil de pôr em prática na estação invernosa, algo que teria sido fácil de adivinhar, não fossem os meus entusiasmos de etnógrafa principiante. Isso aconteceu, por um lado, porque em fevereiro, março e abril, a chuva e o vento forte são uma constante na ilha. Pessoalmente, eu estava disposta a habitar o "weather-world*"* (Ingold, 2011, pp. 126–135) e desloquei-me apenas a pé nas primeiras semanas[10], sob quaisquer condições meteorológicas. Porém, até os mais solidários com a minha pesquisa reagiam com riso quando os convidava a acompanhar-me. Por outro lado, as pessoas com conhecimento mais aprofundado sobre os caminhos antigos e sobre as

[9] Na ilha das Flores, como por todos os Açores, o verão – entre junho e outubro é marcado por festas religiosas e peregrinações entre freguesias. Durante as minhas viagens e trabalho de campo tive oportunidade participar na Festa da Nossa Senhora dos Milagres no Lajedo, Festa da Senhora da Guia e Santo Amaro em Ponta Delgada, Festa da Nossa Senhora do Rosário na Fajazinha. Juntei-me ainda ao grupo que fez peregrinação a pé entre o Lajedo e a Fajazinha. Adicionalmente, tive oportunidade de organizar, juntamente com o Grupo Folclórico e Etnográfico das Lajes, um pequeno concerto de música florentina no Clube Naval das Lajes. Este momento, que se realizou na noite de 28 de março de 2025, transformou-se numa "jam session" onde florentinos e novos residentes de várias nacionalidades tocaram, cantaram e dançaram juntos.

[10] Eu própria, cerca de duas semanas depois acabei por abandonar a ideia de me deslocar apenas a pé ou de transportes públicos.

produções e indústrias a eles ligadas eram florentinos e florentinas idosos e com dificuldades de mobilidade.

Assim, a pouco e pouco, tive de ajustar as táticas nas minhas primeiras semanas de trabalho. Primeiro, deixei de andar sempre a pé e passei a fazê-lo sobretudo para fazer o reconhecimento de caminhos antigos. Segundo, mantive as caminhadas "com outros" nos caminhos antigos, principalmente com quem já tinha relações de amizade, e que desde o início se mostravam disponíveis para me acompanhar sempre que o tempo o permitisse (Pedro, Francisco, "Tio*"* Luís, Sr. José, Freia, Karl são exemplos de pessoas que me acompanharam).

Nas caminhadas, fiz-me sempre acompanhar de uma máquina fotográfica analógica e de um gravador para registar conversas. Pontualmente, também recorri ao uso do telemóvel para recolher alguns vídeos e fotografias e registar reflexões. Por último, gravei entrevistas com as pessoas que me foram indicadas como grandes conhecedores dos caminhos antigos ou de histórias sobre produções, indústrias e atividades ligadas a estes últimos – a da pesca, baleação, pastorícia, agricultura, moagem e tecelagem (Sr. Jorge, Sr. Raimundo, D.ª Rita, D.ª Conceição, Sr. António, Sr. Miguel são exemplos de pessoas com quem conversei sobre estes assuntos).

Nesta fase, o diário de campo tornou-se finalmente um verdadeiro companheiro de jornada. Para além dos registos que fazia ao final do dia — descrição das caminhadas, notas sobre as observações e conversas, e reflexões sobre o terreno —, o mesmo caderno também me acompanhava durante as entrevistas gravadas. Usava-o para anotar expressões e gestos dos entrevistados e também características do espaço que considerava relevantes. Nesse período consegui utilizar o diário/caderno de campo de maneira sistemática.

Após os três meses de trabalho de campo nas Flores, dei continuidade à investigação nas redes sociais — nos grupos de *WhatsApp* e nas páginas do *Facebook*. Também se tornaram frequentes as idas à Biblioteca Nacional, em Lisboa. Ali consultei os livros de história local e regional que me tinham sido referenciados ao longo do trabalho de campo e descobri outros novos recursos bibliográficos que se tornaram valiosos. Na Biblioteca Nacional também tive a oportunidade de consultar o semanário independente *As Flores* (1928–1930), assim como diversas cartografias da ilha[11].

[11] As cartografias da ilha que eu consultei incluem a planta das Flores de 1866, a carta militar de 1965 e a carta militar de 2002, anteriormente adquirida, que complementaram o mapa turístico já em minha posse.

Retrospetivamente, percebi que o meu trabalho de campo foi, também, como "um mix de práticas institucionalizadas entre dwelling [relações de confiança, de iniciação e familiarização] – e travelling [movimentos de ida e volta, dentro e fora e de passagem]", como há mais de 30 anos James Clifford registava, ao falar das transformações recentes nas práticas de terreno (Clifford, 1997, p. 67). Foi desse *mix* de práticas, de *dwelling* nas Flores, da feitura de notas no diário de campo à noite, de conversas, caminhadas, historiografia local e regional, cartografias e imprensa local, encontradas na ilha que emergiu uma compreensão mais densa das Flores e dos seus caminhos antigos. Mas também do trabalho em bibliotecas distantes da ilha, de encontros com especialistas da Macaronésia em colóquios, da apropriação de conceitos fecundos propostos em seminários, de encontros fortuitos nos aeroportos. Este entrelaçamento de práticas de "terreno" é o que dá forma a este trabalho.



Figura 3: *Companheiro de caminhada sobre a Ponte dos Castelhanos.* A imagem mostra um caminho antigo que liga o Lajedo ao Mosteiro.

OS CAMINHOS DA ILHA DAS FLORES

As condições meteorológicas nas Flores são sempre desafiantes para aqueles que lá precisam de chegar de avião, especialmente no inverno. Em fevereiro, antes de partir de Lisboa, já as previsões deixavam pressentir que chegar à ilha poderia demorar muito tempo. De facto, passei cinco dias no Faial, onde se faz escala, à espera que o vento diminuísse. Quando cheguei às Flores, o inverno estava a ser especialmente rigoroso. "É só chuva e vento, chuva e vento" — diziam-me os locais que tinham de trabalhar naquelas condições.

Decidida sobretudo a andar a pé, aqueles dias de atrasos imprevistos e de tempo negro deixaram-me perdida e confusa. Entre o tempo passado no Faial e a chuva e o vento que encontrei nas Flores, uma semana já tinha passado e pouco, ou nada, do que tinha planeado se concretizara. Mas, ao terceiro dia nas Lajes, como se o tempo soubesse que eu precisava de ânimo, o sol deu um ar da sua graça e energia para as caminhadas que trazia planeadas de Lisboa.

O primeiro caminho que fiz foi o que via da janela do quarto onde tinha ficado hospedada, no Morro das Lajes. Ali, passei bastante tempo a olhar a chuva que caía e a

ouvir o vento que soprava forte sobre a vegetação. Logo que os primeiros raios de sol entraram no quarto, percebi que tinha chegado a hora de saber onde me levava aquele caminho. Sem pedir qualquer informação, calcei as galochas e sai de casa, tomando o caminho estreito, delimitado por muros de pedra escura cobertos de musgo. O piso estava calcetado com pedras de várias dimensões, algumas largas, atravessadas de parede a parede, e outras mais pequenas encaixadas em sequência. À esquerda e à direita o caminho era ladeado por *relvas*, a designação local das pastagens de gado. Ao olhar as relvas lembrei-me de diferentes conversas com os florentinos, e também de registos históricos, que dão nota de, em tempos não muito distantes, as extensas áreas verdes que hoje se podem ver bordejando os caminhos já terem sido terras intensamente cultivadas. Muitos recordam que nelas se semeava sobretudo milho, ainda há cerca de 30 anos. Pessoas mais velhas também evocaram a presença do trigo, um tipo de cultivo antigo na ilha, já documentado em épocas recuadas do povoamento[12].

Pressenti o fim do caminho que tinha tomado, quando o muro de pedra vulcânica deu lugar a outro de betão. Desaguei numa estrada larga de *bagacina*[13], onde continuei a andar, curiosa por perceber onde ela me podia levar. A princípio, parecia não haver vestígios do antigo caminho na estrada recente, mas um pouco mais à frente, olhando atentamente por onde caminhava, percebi que pedras calcetadas há centenas de anos emergiam incrustadas na bagacina. Em vez de relvas, uma vegetação alta e densa agora bordejava a estrada, composta sobretudo de exemplares de cana-roca e de incenso.

Alguns metros mais à frente, cheguei a uma bifurcação. Naquela ocasião, segui pela esquerda. Ao virar da curva apertada observei, ao fundo, um enorme armazém branco de chapa — que descobri mais tarde pertencer à Câmara Municipal das Lajes — cercado por uma rede lassa. Ao aproximar-me mais, percebi que no recinto havia dois autocarros abandonados, um antigo camião betoneira, um carro enferrujado e ainda algumas ferragens dispersas. Enquanto descia, um pouco mais abaixo do armazém, vi um antigo cilindro bastante enferrujado, que marcava a entrada para um descampado pavimentado em bagacina voltado ao mar, onde estavam três veleiros varados. No fim do descampado, entre os contentores alinhados, começava a estrada alcatroada que unia aquele espaço à estrada principal das Lajes.

[12] Independentemente da cultura ou do tempo em causa, todos sublinham o mesmo: o trabalho da terra fazia-se sem máquinas, recorrendo apenas ao trabalho árduo de pessoas e animais.

[13] A bagacina é um termo popular na ilha das Flores atribuído à pedra vulcânica de pequenas dimensões, utilizada principalmente como brita.

Dias mais tarde, voltei à bifurcação e desta vez segui pela direita. A estrada de bagacina, ali marcada pelas rodas de uma moto quatro, transformava-se de novo num caminho antigo. Neste, o muro era apenas do lado direito e alcançava os três metros de altura. Era feito de pedras de grandes dimensões, ou *moledos* como dizem os florentinos, e perguntei-me como teria sido possível contruí-lo há centenas de anos. O caminho terminava abrindo para a encosta de um monte — ou *outeiro*, como chamam localmente — onde as relvas eram divididas por pequenos muros. A ruína de uma antiga *vigia* da baleia via-se no topo da elevação. O vento, que no caminho antigo protegido pela vegetação mal se fazia sentir, soprava com força na encosta que comecei a subir. Determinada em chegar à vigia, fui subindo entre pegadas de vacas e muros, que fui saltando. Da vigia avistava não apenas o mar aberto, mas também toda a vila das Lajes, incluindo o porto de onde partiam os botes baleeiros no passado.

Ao contrário das outras vigias recuperadas e preservadas que já tinha visitado, esta Vigia da Lomba Grossa estava entregue ao abandono. Sentada nas poucas pedras restantes, lembrei-me das várias histórias que já me tinham contado nas Flores sobre o tempo das vigias e da caça à baleia. Era na vigia que lançavam o olhar sobre o mar na esperança de detetar as baleias que se aproximavam da costa. Ao avistá-las, o vigia lançava um foguete e, pouco depois, na praia da Calheta os caçadores de baleias arriavam os botes e lançavam-se ao mar.

O "outro" e os seus fluxos

A ilha das Flores é a quarta ilha mais antiga das nove que fazem parte do arquipélago dos Açores. Formada há cerca de 2,15 milhões de anos, esta ilha de origem vulcânica já se situam na placa tectónica norte-americana, formando o Grupo Ocidental junto com a ilha do Corvo. Foi nesta última característica que encontrei o meu título: '*Noutra Placa'.*

Nas Flores — e no Corvo — o clima é mais húmido, ventoso e chuvoso. Os verões são mais curtos e os invernos são mais rigorosos do que nas restantes ilhas do arquipélago. Podemos dizer que a fronteira que separa as Flores — e o Corvo — das restantes ilhas dos Açores, de Portugal Continental e da Europa, por vezes, parece não estar no fundo do oceano, mas à tona dele, nas nuvens, na chuva e no vento, tão recorrentes. Esta pode ser uma imagem boa para descrever a prontidão com que turistas, investigadores e agentes políticos forâneos descrevem as Flores como *outro*. Às vezes descrevem-na como um

"Parque Jurássico", "paraíso[14] escondido" ou lugar no "fim do mundo"; há quem fale na "maldição do isolamento", na "necessidade de desenvolvimento" ou, mais recentemente, na "autossuficiência" como um valor. Seria expectável que as profundas transformações vividas nas últimas décadas nos Açores[15] — e no mundo — tivessem alterado significativamente a forma como as Flores é representada. No entanto, tal não se tem verificado. Pelo contrário, tem-se exacerbado o uso dos termos qualificativos que sublinham a diferença e o isolamento; de facto, tem-se vincado — e popularizado — por anos um discurso no qual a ilha das Flores surge como um lugar profundamente desconectado do mundo, à margem da história, da economia de mercado e da cultura cosmopolita. Dois anos de viagens recorrentes e três meses de trabalho de campo nas Flores, tornaram-me evidente que esta imagem se afasta da experiência dos florentinos, e que é uma construção recente, em grande medida. Tal como a maioria dos lugares do mundo, — marcados por fluxos de pessoas, bens e ideias — também a ilha das Flores sempre esteve em "constante contacto com o mundo" (Ardener, 1987, p. 528), estabelecendo contactos de que os seus caminhos também dão conta.

Hoje — de acordo com os Censos de 2021 — vivem nas Flores 3428 habitantes (INE, 2021), distribuídos por uma área de 142 km², repartida em dois concelhos e onze freguesias[16]. A maioria das freguesias são pequenas povoações com menos de duzentos habitantes. Algumas delas estão localizadas em fajãs, junto ao mar, como é o caso da Fajã Grande e da Fajãzinha; outras, pelo contrário, pontilham os vales e montes entre os 100 e os 200 metros de altitude, mais afastadas da linha da costa, como acontece com o Lajedo, a Lomba ou os Cedros. Atualmente, são as sedes de concelho — as vilas de Santa Cruz e das Lajes — que concentram a maioria da população. Também assentam ali as principais infraestruturas e serviços da ilha[17].

[14] "Paraíso" é uma expressão recorrentemente utilizada por quem visita a ilha. Não posso deixar de referir que, quando este adjetivo surgia numa conversa entre visitantes e florentinos, estes últimos apresentavam, sempre que me foi possível testemunhar, uma reação passível de ser notada por um olhar atento. O uso deste termo provocava reações que oscilavam entre expressões faciais e verbais de desdém, de riso, de sarcasmo, entres outras.

[15] A autonomia político-administrativa, a adesão à Comunidade Económica Europeia, a modernização das infraestruturas, os transportes, as conexões mais fluídas e a digitalização das comunicações são alguns dos exemplos das transformações vividas nos Açores, a par do mundo.

[16] A noroeste da ilha localizam-se as quatro freguesias do concelho de Santa Cruz —Ponta Delgada, Santa Cruz, Cedros e Caveira — e, a sudeste, as sete freguesias do concelho das Lajes —Lomba, Fazenda, Lajes, Lajedo, Mosteiro, Fajãzinha e Fajã Grande.

[17] Alguns desses serviços são o porto comercial, o aeroporto, os bancos, os supermercados, os correios, os restaurantes, as câmaras municipais, os lares, as creches e as escolas.

A escassa população da ilha na atualidade resulta de um movimento migratório constante, observável desde os finais do século XIX e ainda marcado nos últimos censos. Direcionada sobretudo para os Estados Unidos da América, a emigração reduziu quase a um quarto a população florentina, a partir de um máximo de cerca de 12 000 habitantes[18], contabilizados em 1872 (Gonçalves, 2019, p. 37).

No entanto, já são muitos os novos habitantes, ou como diria Edwin Ardener, muitos "estranhos" (1987, p. 527), que decidiram fixar-se na ilha, tanto estrangeiros como continentais. Segundo Isabelle — uma velejadora francesa a viver nas Flores há cerca de 20 anos —, houve, aproximadamente, seis momentos em que este movimento se tornou mais evidente nos últimos 30 anos. Para os descrever, falou de sucessivas "vagas[19]" de chegada de estrangeiros e continentais à ilha. Hoje, com base nos dados da Agência para a Integração, Migrações e Asilo relativos a 2024, vivem nas Flores 200 estrangeiros (*AIMA*, 2024).

Não foi apenas o fluxo de novos habitantes estrangeiros e continentais que aumentou na ilha. Nas últimas décadas cresceu exponencialmente o número de turistas nas Flores, que passaram de 2656 em 2001 para 31.081 em 2024 (SREA, 2025). Neste período impôs-se o turismo na ilha enquanto eixo central da economia e do desenvolvimento locais.

O turismo é um fenómeno bastante recente na história das Flores, mas não o primeiro — nem o único — que nos últimos cinco séculos conectou a ilha à "economia-mundo

[18] O declínio demográfico da Ilha das Flores acentua-se ao longo do século XX e início do século XXI. Após um máximo populacional estimado em cerca de 12 000 habitantes em 1872 (Gonçalves, 2019, p. 37), a população reduziu-se para 6 583 habitantes em 1960, 4 329 em 1991, 3 793 em 2011 e 3428 em 2021 (*PORDATA*, 2024).

[19] "Vagas" é uma expressão que a Isabelle utilizou para dar conta de ritmos, perfis e motivações distintas de quem chega às Flores, ao longo do tempo. Segundo a Isabelle, os primeiros estrangeiros a chegar à ilha antes de si foram velejadores originários da Alemanha, Bélgica e França. Os segundos, pertencentes a uma outra vaga, foram vários casais de reformados alemães e austríacos. Os terceiros eram também eles velejadores, alguns deles com filhos, criando negócios na ilha — grupo onde a Isabelle se insere. As duas vagas que se seguiram eram constituídas por pessoas que procuravam viver estilos de vida mais alternativos, a que Isabelle deu o nome de "Hippies". Alguns membros deste último grupo viram no turismo um espaço de oportunidade para a sua sustentabilidade financeira, outros viram na abundância de água e de terra para cultivo a possibilidade de se dedicarem à agricultura. A última vaga, segundo Isabelle, está ligada a emigrantes americanos que começaram por regressar para venderem as suas terras, mas que, ao reencontrarem uma ilha diferente daquela que tinham conhecido, optaram por reconstruir em vez de vender, passando a ocupar essas casas sazonalmente ou regressando de forma definitiva.

capitalista" (Wallerstein, 1990). Desde a ocupação efetiva das Flores, em 1504[20], até ao fim do século XX, esta foi um espaço predominantemente agrícola e de criação de gado, que esteve sempre ligado ao exterior de forma fluída. Estes acontecimentos produziram, também, emigrantes florentinos que integraram a partir de outros lugares a dita economia-mundo.

Por se encontrar desabitada à chegada dos navegadores portugueses, foi estabelecido um consenso de nomear este processo nas Flores — e nas restantes ilhas dos Açores — como povoamento e não como colonização. Esta escolha aparentemente neutra do termo "povoamento" tende a suavizar e a esbater a violência do processo sobre humanos e não humanos e a focar-se nos processos administrativos — como criação da capitania — e no estabelecimento de povoações, ignorando o desastre ecológico e humano que lhe sucedeu. Não querendo desafiar consensos estabelecidos ao utilizar o termo "colonização" — que pela sua definição me parece adequado — opto por fazer uso do termo "ocupação" para me referir ao projeto no qual a paisagem surgiu como inerte, pronta para ser desmembrada e embalada para exportação por mãos e nomes invisíveis na história.

Nas Flores, tal como aconteceu nas restantes ilhas dos Açores logo após a ocupação, a floresta nativa das zonas abaixo dos 400 metros foi destruída progressivamente para dar lugar à produção de pastel[21] e trigo, bem como à exploração genérica daquilo que Geraldo Lages, chamou de "riquezas naturais" (2000, p. 69), como nos mercados fora do arquipélago.

Tendo em conta a cronologia da expansão europeia dos séculos XV e XVI podemos dizer, afinal, que a lógica extrativista e produtivista do capitalismo, que ainda hoje governa o mundo, teve nos Açores um dos seus primeiros "laboratórios" extraeuropeus, à imagem do que contemporaneamente aconteceu na Madeira ou nas Canárias. As Flores não foi exceção neste processo e podemos dizer que, também ali, se experimentaram inúmeras produções agrícolas[22], tendo algumas delas sido exportadas desde os primeiros anos. Numa escala sempre pequena, as Flores integraram os "ciclos económicos" que são

[20] Há falta de certezas quanto à data exata do começo da ocupação da ilha das Flores. Uso como referência a data de 1504 correspondente ao ano em que D.ª Maria de Vilhena e seu filho venderam as foreiras a João da Fonseca, principal impulsionador da ocupação das ilhas (Lages, 2000, p. 44). De acordo com Lages, não há dúvida que no início do século XVI já se tinha desencadeado o processo, e que em 1515 já tinham sido formadas as vilas das Lajes e de Santa Cruz (2000, p. 45).

[21] Planta tintureira produzida e exportada nas Flores no primeiro século da ocupação da ilha.

[22] Uma dessas produções agrícolas foi a da cana-de-açúcar que apesar de ter sido experimentado o seu cultivo na ilha, tal não vingou de modo a ser um produto passível de exportação.

uma referência importante na historiografia dos Açores. Estes ciclos referem uma sucessão de produções sucessivamente favorecidas nas ilhas açorianas, na medida da sua procura exterior. Estas são interpretações influentes que deixam perceber a história económica regional como sequência ordenada de monoculturas animais e vegetais dirigidas para exportação[23].

É possível encontrar referências dispersas na historiografia regional — e mais detalhadas na local — relativas a exportações das Flores para outras ilhas do Atlântico e para países europeus nos princípios da ocupação, que permitem desafiar as narrativas da dedicação a uma economia de subsistência (Gomes, 1997, p. 200; Silveira, 2009; Gonçalves, 2019; Gil, 2017; Lages, 2000; Rego, 2005; Bragaglia, 2021).

Também os relatos sobre a alimentação nos princípios da ocupação de grande parte dos habitantes evidenciam que aquilo que se produzia não correspondia apenas ao que se consumia. Como observou Lages, baseando-se nos escritos de Gaspar Frutuoso[24]:

> *"*Livres ou escravos, os habitantes das Flores e do Corvo viviam muito frugalmente. Vestiam-se com panos por si próprios fabricados de linho (no Verão) e de lã (no Inverno) na sua cor natural e andavam descalços todo o ano. Alimentavam-se do que retiravam da terra (inhames, batatas, ervas, legumes), de leite e do abundante e barato peixe daqueles mares" (Lages, 2000, p. 82).

Esta discrepância entre produções variadas de que há registo e consumos tão frugais da maioria da população ainda no século XVI aponta que uma parte significativa da atividade agrícola e extrativa das Flores já, então, tinha como destino, não a subsistência local, mas os mercados externos, nomeadamente o pastel, a urzela e logo de seguida o trigo. Significativa também é aqui a referência à presença de pessoas escravizadas que podemos perceber como indício adicional das ligações aos mercados exteriores das produções feitas nas ilhas.

[23] É importante referir que já há historiadores que propõem interpretações mais plurais. Estes dão nota de uma maior pluralidade do que foi muitas vezes evidenciado pela historiografia. Como referiu Avelino Freitas Menezes "Nos Açores, o reconhecimento de preponderâncias produtivas, necessariamente periódicas, porque demasiado sujeitas à mutação irreversível das conjunturas euro-ultramarinas, motiva alguns historiadores à caracterização de toda a história económica insular pela crença na sucessão de ciclos bem distintos. Porém a averiguação dos factos desmistifica efetivamente esta visão, que apenas pela simplicidade granjeia simpatia e logra difusão" (Meneses, 2008, pp. 141–142).

[24] Gaspar Frutuoso, jesuíta micaelense que viveu entre 1522 e 1591, autor de Saudades da Terra, uma obra com seis volumes que documenta a história dos arquipélagos atlânticos, incluindo não só as ilhas dos Açores, mas também as ilhas da Madeira, das Canárias e de Cabo Verde. Crê-se que o manuscrito terá sido originalmente escrito entre 1586 e 1590.

Os casos da exportação precoce do pastel — cultivado — e da urzela — líquen que nascia espontaneamente nas Flores — ilustra bem esta dinâmica perene de ligação com o mercado. O pastel era cultivado nas fajãs, e a urzela era de colheita difícil e perigosa nas rochas costeiras. Embora estas fossem plantas tintureiras cultivadas, ou colhidas na ilha, não eram utilizadas na produção têxtil local e destinavam-se quase exclusivamente ao mercado europeu. Como refere Pierluigi Bragaglia, estas plantas eram empregues "nas prestigiosas oficinas italianas e flamengas, que alimentavam os caprichos têxteis e cromáticos de nobres e burgueses da Europa continente" (2021, p. 123).

Frutuoso, no *Livro VI de Saudades da Terra*, regista a presença de caravelas que aportavam às Flores para carregar pastel, incluindo inglesas, testemunhando que as exportações eram significativas. Referindo-se à Fajã Grande, escreve: "Dali a um quarto de légua está uma fajã, chamada Grande, que dá pão e pastel, em terra rasa, com algumas engradas onde entram caravelas de cinquenta moios de pão a tomar o pastel que nela se faz" (Frutuoso, 2011, p. 130). Segundo Lages, no final do século XVI a cultura do pastel diminui justamente porque os ingleses deixaram de aparecer, pouco antes de Frutuoso escrever sobre o tema (2000, p. 69).

O trigo — cujo impacto nos caminhos e na paisagem florentina desenvolvo com mais detalhe no capítulo "Trigo" — segue uma trajetória semelhante à dos produtos tintureiros. Frutuoso também fez referência à entrada de caravelas para recolha desta produção no século XVI: "entram navios e caravelas de cento e cento e cinquenta moios de pão, recolhendo-se um navio em uma poça e outro na outra" (Frutuoso, 2011, pp. 128–129). No século XVII, Maria Olimpia Gil assinala que das Flores era enviado trigo para a Terceira e para a Madeira (1979, p. 218). Já no século XVIII, Maria Margarida Vaz do Rego Machado — ao estudar a casa comercial de Nicolau Maria Raposo em São Miguel —, encontrou referências a exportações de trigo e madeira anualmente feita a partir da ilha da Flores (2005, p. 349). As últimas referências da exportação do trigo que encontrei datam aos princípios do século XIX. Por sua vez, as referências à produção do cereal remetem-nos ao início do século XX, pelo que hoje não há evidentemente pessoas vivas nas Flores que tenham produzido trigo de forma significativa. Porém, os florentinos com quem tive a oportunidade de conversar produziram outras coisas, algumas delas também destinadas à exportação. Falam, por exemplo, da produção de milho — presentes na ilha

desde o século XVIII (Gomes, 1997) — e da batata[25] que, como me diziam, eram cultivados sobretudo para consumo interno[26]. No caso do milho — cereal de climas húmidos, passível de ser intercalado com outras culturas —, desencadeou nas Flores, tal como no continente, aquilo que Orlando Ribeiro descreveu como a "Revolução do Milho" (Ribeiro, 2001, p. 167). Embora o autor se refira ao contexto continental, a paisagem agrícola que hoje observamos na ilha permite reconhecer algumas semelhanças. A dependência deste cereal pelos Florentinos no passado fica evidente ainda hoje pelas dezenas de ruínas de moinhos de azenha que ainda existem na ilha; na terra intensamente parcelada por pequenos muros de pedra atravessada por dezenas de caminhos; mas também pelo desgosto generalizado dos Florentinos mais velhos por pão de milho[27]. Muitos recordam também a centralidade do inhame na alimentação quotidiana[28], bem como a crónica falta de lenha para queimar[29] devido à ausência de árvores na ilha, provocada por séculos de plantios e pela exportação de vários produtos.

A criação de gado — *vacum* e *ovelhum* — também aparece repetidamente referida nas conversas sobre outros tempos. Muitos descrevem como antigamente a criação das ovelhas era feita sobretudo nos terrenos baldios nas zonas altas da ilha[30], maioritariamente

[25] Segundo Machado, a produção de batata só se difundiu no arquipélago a partir de meados do século XVIII, apesar de já estar presente no continente europeu no século XVI (Machado, 2008, p. 484).

[26] Encontrei referências à exportação de milho e de batata para outras ilhas do arquipélago, no início do século XIX (1809 e 1811), porém em quantidades muito inferiores às do trigo (Gomes, 1997).

[27] Em conversa com a D.ª Ana — responsável pelo moinho da Fajazinha ainda em funcionamento — referi gostar de pão de milho, ao qual me respondeu que desse já tinha comido o suficiente e que se puder não volta a comer.

[28] Até à introdução do milho no século XVIII, o inhame e a junça, um tubérculo e uma raiz, asseguraram a alimentação de grande parte da população. O milho terá sido introduzido como um complemento à dieta da população, incluindo a das pessoas escravizadas, segundo o relato de Luís Filipe Vieira no vídeo Azores Taste. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=RG_4H7tggno&t=17. [Consultado em: 14/03/2026]

[29] Durante os dias que fiquei no Faial, em fevereiro, a aguardar pelo voo, tive a oportunidade de conversar com vários florentinos. Numa das refeições, um senhor de uns 60 anos que tinha emigrado para os Estados Unidos da América, quando tinha apenas uns meses de vida, lembra que os seus pais diziam que emigraram porque nas Flores "nem lenha havia para queimar". Adicionalmente, também me deram conta que muitos dos utensílios da agricultura de madeira hoje não existem – como teares, rodas de fiar, entre outros – porque foram queimados dada a necessidade de lenha.

[30] Como narra Gomes, antes da passagem da administração dos baldios para a Direção-Geral dos Serviços Florestais nas Flores, o que aconteceu por volta de 1964, "os baldios da ilha vinham sendo explorados coletivamente pelo povo, desde tempos imemoriais, sem que por isso nada pagasse" (Gomes, 2003). Uma das expressões mais evidentes dessa prática coletiva, ainda bem lembrada, era o *dia do fio*, ocasião em que se procedia, de forma conjunta, à tosquia de todas as ovelhas dispersas nos terrenos baldios.

para consumo interno[31]. No entanto, é a exportação de manteiga e de gado bovino vivo que marca as memórias de muitos. Também se destaca muito nitidamente na paisagem onde se alargaram relvas e novos caminhos e onde se abriram ou receberam novos usos, desde há mais de um século.

As Flores foram das primeiras ilhas a exportar gado bovino. Como descreve Luís Filipe Vieira[32], o início da exportação de gado e dos seus derivados iniciou-se nos fins do século XIX, provavelmente nas décadas de 70 e de 80, deixando o autor, também, claro que na década de 90 a decisão pela produção pecuária — versus a produção de trigo — estava plenamente assumida[33] (2012, p. 80). Como nos dá a conhecer Fátima Sequeira Dias, a primeira exportação de gado açoriano para Lisboa data de 1874 e reuniu gado da ilha das Flores e das ilhas do grupo central (2008, p. 45). Associada à exportação de gado aparece a indústria transformadora do leite e a famosa manteiga da ilha das Flores. Os primeiros postos de desnatação e fábricas de manteiga surgiram na Lomba e no Mosteiro no fim do século XIX (Gomes, 1997). No primeiro quartel do século XX, esta indústria estava plenamente estabelecida e as Flores já eram um importante centro de produção e de exportação de manteiga para as restantes ilhas dos Açores e Lisboa[34] (Bragaglia, 1997; Gomes, 1997; Trigueiro, 2003).

Foi um grupo restrito, detentor de maior poder económico e com influência política, que lucrou, sobretudo, com o comércio de gado vivo e com a industrialização dos seus derivados. Cresceu esta indústria à custa do trabalho, mas também, por vezes, à custa da privação dos produtos para consumo local da maioria dos habitantes (Bragaglia, 1997, p. 33). Já assim acontecera com o trigo em tempos anteriores, como adiante quero dar conta. Bragalgia reflete que "Os destinos dos lavradores florentinos, ou seja, da grande maioria da população, dependiam então completamente da ação especulativa dos industriais e dos

[31] No âmbito da criação de ovelhas, a lã constitui-se como uma exceção, pois há registos históricos que dão conta da sua exportação. Conheci duas tecedeiras — D.ª Rita e D.ª Conceição — cujas colchas, há algumas décadas, eram vendidas para outras ilhas e para os Estados Unidos da América.

[32] Luís Filipe Vieira é um historiador e diretor do Museu das Flores, que tive a oportunidade de conhecer e cuja dissertação de Mestrado agora cito.

[33] No ano de 1897 chegaram a ser exportados num ano cerca de 400 cabeças de gado. O trabalho de identificação dos produtores era realizado por comerciantes florentinos, mas também continentais, tendo sido identificada uma lista relativa a 1918 que contava com mais de 54 comerciantes (Vieira, 2012, pp. 78–79).

[34] Por exemplo, em 1916, foram exportadas 69 toneladas de manteiga para outras ilhas e para Lisboa (Bragaglia, 1997, p. 27).

comerciantes dos seus produtos, que não sujavam as mãos com os trabalhos da terra" (1997, p. 33).

Curiosamente, o movimento cooperativo — associativo e sindicalista — dava passos na Europa e tinha os seus primeiros ecos em Portugal e nas suas ilhas, entre elas nas Flores. Este é uma evidência, uma vez mais, do contacto desta ilha com "o mundo". O carácter pioneiro das Flores no movimento e a sua relevância para a ilha, levaram Bragaglia a estudá-lo em profundidade, resultando na publicação do livro da *História dos Lacticínios da Ilha das Flores*, referência central neste parágrafo (1997). Na ilha, o movimento foi liderado por um eclesiástico, o Padre José Fortuna Mota, que depois de esforços de mobilização de lavradores chegou a constituir o Sindicato Agrícola da Ilha das Flores na freguesia do Lajedo, em 1915. Enquanto primeiro sindicato na ilha, e um dos três primeiros nos Açores e no País para a indústria dos lacticínios, este chegou a contar com mais de 400 lavradores, cujos produtos podiam ser vendidos sem intermediários no mercado de Lisboa, a preços melhor remunerados. Entre 1915 e 1940 foram fundadas nas Flores no total sete cooperativas sindicais (no Lajedo, na Lomba, na Fazenda, nas Lajes, na Fajã Grande, em Santa Cruz e em Ponta Delgada) que competiam diretamente com as três grandes sociedades privadas que na ilha exploravam os mesmos produtos (duas de origem local, António Caetano Serpa & Filhos, e Maurício António Fraga & C.ª, e uma de origem continental, a Martins & Rebelo). Nas décadas de 60 e 70 a queda na venda da manteiga levou à extinção de algumas das cooperativas e a que outras passassem para a produção de queijo, como alternativa. Também neste mesmo período as duas sociedades florentinas venderam os seus alvarás e respetivos equipamentos à Martins & Rebelo que, assim, se tornou na única empresa a operar no setor dos lacticínios nas Flores. A empresa continental — que começara a fabricar um queijo que imitava o produzido na ilha de São Jorge —, em 1981, já absorvia 85% da produção de leite da ilha (1.366.545 litros).

Atualmente a produção de manteiga na ilha é inexistente, as cooperativas de lacticínios foram todas extintas e a exportação de leite por empresas privadas também. Apenas resiste a produção de queijo artesanal por duas pequenas empresas e a exportação de gado vivo para carne mantém-se. Resta deste surto de especialização uma associação agrícola e uma paisagem muito marcada por um século e meio de interesse do mercado exterior nos produtos pecuários florentinos.

A partir do século XIX, também o mar das Flores — que até ali servia essencialmente o consumo interno através da pesca artesanal, da recolha de *sargaço* para adubação das

terras, e da apanha de lapas, de caranguejo, de *erva do calhau*, entre outros — começou a integrar-se em circuitos económicos externos (Eanes, 2008, p. 197). Inúmeras pessoas partilharam comigo as memórias do tempo em que se caçava a baleia na ilha, hoje património imaterial extensivamente estudado por historiadores e antropólogos. A exportação do óleo de baleia manteve relevo económico até à década de 1970, tendo sido a última baleia caçada na ilha em 1981 (Gomes, 1992). Para além da baleia, vários dos meus interlocutores lembravam outras atividades ligadas ao mar que serviam a exportação no século XX, algumas das quais ainda persistem. Este foi o caso do *sargaço,* também nomeado como *agar-agar*. A maioria das pessoas, homem ou mulher, que já trabalhavam na década de 50 e de 60, às vezes ainda muito novos, referiu ter participado na apanha desta alga específica, utilizada durante muito tempo na indústria cosmética. Um outro exemplo, também ele fugaz, foi o assentamento da indústria de conservas, da qual ouvi falar por alguns locais, com menos detalhe. Como indica o *website* Conservas de Portugal[35], foi a firma António Caetano de Serpa e Filhos — uma das grandes firmas na exploração dos lacticínios e também da indústria baleeira — que abriu uma fábrica, que funcionou desde 1930 até cerca de 1970, nas Flores. De todas as atividades comerciais ligadas ao mar a única que permanece ainda no presente é a da pesca, sendo grande a variedade de peixes que continua a ser exportada, como o atum, o goraz, o pargo, o lírio, a moreia, entre muitos outros.

Nas dezenas de conversas que tive sobre as diversas produções das Flores foram frequentemente evocadas formas de mobilidade bastante diferentes das que hoje se observam. Os meus interlocutores referiram deslocações feitas a pé, e muitas vezes descalços, por caminhos seculares, como forma mais usual de percorrer a ilha e aceder aos locais de trabalho. O Sr. Raimundo, de 93 anos, que foi um baleeiro nas Lajes e na Fajã Grande, lembrou nas nossas conversas como percorria a pé e descalço, de dia e de noite, os caminhos que ligavam as duas localidades.

Os caminhos e canadas da ilha foram construídos e mantidos ao longo de séculos pelos próprios florentinos. Faziam-no no cumprimento das "imposições" ou "faxinas", tributo que consistia em um dia de trabalho anual por cada fogo empregue na construção ou na conservação dos caminhos (Trigueiro, 2003, p. 60). Além das "faxinas", os florentinos também contribuíam, voluntariamente, para esta manutenção dos caminhos

[35] Conservas de Portugal, "Os açorianos e as pescas: 500 anos de memórias – António Caetano Serpa & Filhos". Disponível em: https://conservasdeportugal.com/os-acorianos-e-as-pescas-500-anos-de-memorias-antonio-caetano-serpa-filhos/ [consultado em 18 junho 2026].

indispensável às suas vidas (Trigueiro, 2003). De facto, muitas ligações importantes nas Flores eram feitas por mar, pois os caminhos por terra estão intensamente marcados pelo relevo acidentado da ilha, alguns deles sendo estreitos de mais para a utilização de carro de bois e, muitos deles, ainda, atravessados por ribeiras que, sem pontes, em certas alturas do ano, eram impossíveis de atravessar. Faziam-se as ligações por mar em barcos a remo e à vela construídos pelos próprios, que navegavam entre as freguesias da ilha servidas com pequenos portos – Lajes, Santa Cruz, Fajã Grande, Ponta Delgada, Lomba, Cedros e Lajedo.

O reconhecimento da necessidade de construção de estradas, principalmente de uma que ligasse as duas vilas da ilha, Santa Cruz e Lajes, remonta ao século XIX. Não obstante, esta obra só se viria a concretizar em 1951, permanecendo ainda assim incompleta (Gomes, 2003). O primeiro carro, que chegou à ilha em 1948, durante anos apenas pôde percorrer os únicos 10 km de estrada existente entre Santa Cruz e a Caveira[36] (Gomes, 2003). Hoje, em diálogo com os meus interlocutores e através do que pude observar, a realidade é bastante contrastante com a do passado, não apenas porque há novas estradas e se usa o automóvel de forma assídua, mas também porque a produção agrícola é muito reduzida. De facto, a agricultura que hoje se faz está muito cingida a pastagens, onde ainda se cria gado para exportação, e a pequenas hortas mantidas principalmente por pessoas mais velhas que nutrem o hábito do cultivo (ou pelos novos residentes que procuram retomar essa prática na ilha).

Com o recuo do trabalho na terra das últimas décadas, muitos trechos da ilha deixaram de ser cultivados e estão agora cobertos de vegetação "feral" e não nativa, como a cana-roca (*Hedychium gardnerianum*) e incenso (*Pittosporum undulatum*), um tipo de vegetação que vinga nas zonas mais baixas deste lugar. Ambas as espécies foram introduzidas no século XIX, a cana-roca para adornar jardins e o incenso para sebes de proteção de pomares e alimentação de gado no inverno, e tendo escapado há décadas ao controlo humano, cobrem atualmente grandes extensões da ilha. Ao mesmo tempo, os terrenos acima dos 400 metros, que tinham sido lugar das pastagens durante séculos, estão parcialmente velados por uma "nova" floresta, não nativa, composta de criptomérias, com grande expansão a partir dos anos 60, para servir a produção de madeira. Como relatam

[36] Conheci um senhor oriundo de Santa Cruz que me contou ter ainda memória da chegada deste primeiro automóvel quando ele era ainda uma criança. Só na década de 1970 é que todas as freguesias da ilha ficaram ligadas à estrada nacional constituída nesse tempo ainda de paralelos.

os locais, é pouquíssima a madeira cortada daquela espécie, por não ter usos no quotidiano[37].

As alterações dos usos da terra ao longo dos séculos e a construção da rede de estradas estão ligadas de forma estreita com o destino dos caminhos antigos da ilha. Alguns desapareceram, truncados porque se emparcelou a terra; outros foram abandonados e tomados pela vegetação; outros, ainda, foram destruídos para dar lugar à rede de estradas, que lhes foi sobreposta; alguns, por sua vez, mantêm-se preservados e continuam a ser usados no quotidiano pelos residentes e por turistas, particularmente aqueles que foram convertidos em trilhos turísticos[38].

A única parte da ilha que permaneceu menos humanizada ao longo dos cinco séculos de ocupação humana são as zonas altas, entre os 600 e 800 metros, que se situam no planalto central. Ali se encontra a maior mancha contínua de vegetação nativa das Flores. Trata-se de um ecossistema dominado por turfeiras e matas húmidas de altitude, onde subsiste a maior mancha de cedro-do-mato (*Juniperus brevifolia*) dos Açores, juntamente com outras espécies endémicas como a queiró (Reservas da Biosfera Portugal, 2022, p. 8). As turfeiras, que são essenciais para o equilíbrio hídrico da ilha, funcionam como esponjas naturais que regulam o caudal das ribeiras e alimentam as numerosas cascatas existentes neste território insular (Reservas da Biosfera Portugal, 2022). É também na zona do planalto central, em diferentes altitudes, que se encontram as principais caldeiras vulcânicas — a Caldeira Funda, Caldeira Rasa, Caldeira Negra, Caldeira Comprida, Caldeira Seca e Caldeira Branca

A relevância ecológica deste ecossistema do planalto central tem vindo a ganhar maior destaque nas últimas décadas, acompanhando o crescente fluxo global de ideias e de políticas associadas à conservação e à preservação da natureza. A integração das Flores na Rede Mundial de Reservas da Biosfera da UNESCO, em 2009, trouxe a criação do

[37] Na ilha há apenas uma pequena empresa que faz a serração, a secagem natural e a comercialização da madeira de criptoméria.

[38] Segundo o site oficial Azores Trails, existem quatro trilhos sinalizados na ilha. Três encontram-se abertos: o PR2 Lajedo – Fajã Grande (13,1 km, dificuldade média), PR3 Miradouro das Lagoas Negra e Comprida – Poço do Bacalhau (7,3km dificuldade *hard*) e o PR4 Fajã Lopo Vaz (3,4 km, dificuldade alta). O quarto, PR1 Ponta Delgada – Fajã Grande (12,9km dificuldade alta) encontra-se encerrado (Trilhos Açores, 2025). Existe ainda a Grande Rota das Flores, um percurso de longa distância que acompanha grande parte do litoral da ilha. Esta rota divide-se em duas etapas: a primeira liga Santa Cruz a Ponta Delgada e a segunda Ponta Delgada ao Lajedo. De acordo com a informação oficial dos Trilhos dos Açores, esta segunda etapa encontra-se atualmente encerrada. Disponível em: https://trails.visitazores.com/pt-pt/trilhos-dos-acores/flores [Consultado em 18 junho 2025].

Parque Natural da Ilha das Flores pouco depois em 2011, a integração das Flores no Geoparque dos Açores em 2010, e, ainda, o acesso a vários programas de financiamento — de âmbito regional, nacional e internacional — que favoreceram e beneficiam ainda hoje os esforços de conservação de espécies endémicas e o controlo de espécies invasoras na ilha. Esta valorização das "paisagens naturais" tem vindo a atrair cada vez mais ambientalistas e conservacionistas, que veem nas Flores um território de elevado interesse científico. Mas também ali têm chegado cada vez mais amantes do "turismo de natureza", que veem o lugar como pristino e intocado.

Os cientistas e os governantes têm multiplicado estudos e ações de conservação orientados para a proteção das pequenas manchas de vegetação autóctone que resistem nas áreas do Parque Natural das Flores. Segundo opiniões que ouvi, estes últimos omitem, não raras vezes, que a ação humana existiu e moldou profundamente mesmo os trechos de paisagem que hoje se procura preservar com mais empenho. Os "turistas de natureza", na medida do que lhes é vendido pelos promotores do turismo na ilha, tomam por virgem e imaculado um lugar que não o é. Exemplo desta assunção é o ícone turístico das Flores, o Poço da Ribeira do Ferreiro, pois só com uma lupa, neste lugar tão visitado, se encontram plantas autóctones entre a vasta mancha de plantas invasoras em presença. O mesmo acontece em muitos dos pontos turísticos naturais da ilha. Já no planalto central, a região com mais vegetação nativa da ilha, a experiência turística da maioria dos visitantes, do que me foi possível constatar, resume-se principalmente a viagens de carro entre as "lagoas", comumente nomeadas pelos florentinas por *caldeiras*.

As Flores hoje são intensamente procuradas e usufruídas na medida de valores e representações que têm vigência global. Demonstra-se não só a inserção da ilha na proliferação capitalista contemporânea, como também na abertura da possibilidade de uma leitura etnográfica das interconexões globais (Tsing, 2005, p. 6), neste território, onde, como já fui sugerindo, estas são multiseculares. Como Anna Tsing nos lembra "a especificidade cultural das formas do capitalismo resulta da necessidade de pôr em ação os universais capitalistas através de *worldly encounters*" (Tsing, 2005, p. 4). À luz deste entendimento podemos perguntar-nos, no caso das Flores, que histórias alternativas podemos contar para demonstrar que as Flores nunca foram "um lugar remoto" e fora do tempo, desde a sua ocupação no início do século XVI. Considero que os caminhos antigos das Flores — os que ainda podem ser percorridos e outros só indiciados por ruínas, memórias ou registos escritos — podem referenciar as constâncias das ligações com o mundo desta ilha situada entre dois continentes, onde cada vez mais turistas chegam.

Ruína

> *"* 'History' stands written on nature's countenance in the sign-script of transience"
> (Benjamin 2019, p. 188; escrito em 1925).

Cruzei-me cedo nesta investigação com um artigo de Ardener, publicado há muito, em 1987, intitulado "Remote Areas – Some theoretical considerations". O título e o tom de Ardener funcionaram primeiro como armadilha, já que me escaparam as ironias que o autor pôs no texto. Só depois de algumas aulas de antropologia e doutras leituras este texto acabou por me servir de guia. Antes disso, porém, várias vezes pensei abandonar esta ideia de lugar *remoto* — e as suas ironias — e utilizar, por exemplo, o conceito de *insularidade*.

Remoto – como explica Ardener – é um adjetivo que parece poder aplicar-se a qualquer lugar, dependendo da nossa perspetiva ou do ponto a partir do qual olhamos. Foi exatamente esta premissa que me levou a fazer uso deste texto antigo. Parece-me mais interessante e indicado transformar as Flores e os seus caminhos no centro de uma reflexão sobre o mundo contemporâneo e as conexões globais, que sempre estiveram ativas nesta pequena ilha, do que fazer uma reflexão mais sobre as maleitas da vida na "periferia" ou "ultraperiferia" num contexto insular.

Ardener enfatiza que "remoto" e "áreas remotas" são "meros grãos semânticos a partir dos quais crescem alguns cristais teóricos" (Ardener, 1987, p. 530). O autor apura a categorização de nove paradoxos da "remoteness" e faz notar, por exemplo, que as "áreas remotas estão cheias de ruínas", mas também de "estranhos", "empreendedores" e "lixo" (Ardener, 1987); cheias, ao fim ao cabo, de tantas coisas "fora do lugar" (ver Mary Douglas (1966) "Mattter out of place") que podem chocar o visitante mais ingénuo e as suas expectativas de encontro com a natureza num lugar intocado.

Ardener acrescenta ainda que a presença de ruínas de "áreas remotas" são fragmentos que restam de "inovações falhadas", de "períodos económicos mortos", espelhando visões de desenvolvimento passadas na paisagem[39] (1987, p. 528). Com o intuito de documentar como as Flores sempre estiveram inseridas na economia global, atentei cuidadosamente às "ruinas" destas ligações globais ao longo das minhas caminhadas.

[39] As visões de desenvolvimento passadas na paisagem podem, como sugere Ardener, simbolizar as promessas não cumpridas de progresso e de transformação industrial, oferecendo muitas vezes "imagens de um pessimismo desenfreado e, outras vezes, de um otimismo utópico, de mudança e decadência" (Ardener, 1987, p. 528).

Anteriormente já deixei identificadas nas descrições que introduzem este capítulo algumas das ruínas mais flagrantes, todavia sugiro que os próprios caminhos e vegetação conhecem processos de ruinação que me podem referenciar as constâncias das ligações com o mundo de um lugar tão frequentemente tido como "remoto".

Aqui, o meu fascínio por ruínas ultrapassa a nostalgia pós-moderna por um passado perdido ou o impulso para projetar futuros restaurados. Inspira-me o que Svetalana Boym fundamentou sobre o que chamou de "ruinofilia contemporânea": um fascínio por ruínas que integra as "dimensões prospetivas da nostalgia", que é reflexiva em vez de restauradora, permitindo imaginar futuros em vez de reconstruir passados idealizados (Boym, 2008). Esta nostalgia é, como sublinha Boym, simultaneamente intelectual e sensorial (Boym 2008). É intelectual na medida em que, à semelhança de Walter Benjamin, reconhece na ruína uma "allegory of thinking itself" (Benjamin, 1977, apud Boym, 2008) "uma meditação sobre a ambivalência" (Boym, 2008). É sensorial, porque as ruínas "dão-nos um choque de materialidade em desaparecimento", no qual o nosso olhar crítico se desloca e deixamos de nos deslumbrar com grandes obras e projetos utópicos e começamos a reparar no que os envolve (Boym, 2008).

Hoje, nas Flores, metáforas poderosas como desenvolvimento e conservação, continuam a produzir zonas de invisibilidade, diluindo a complexidade das relações entre humanos e não humanos, ao fixarem a paisagem numa imagem cristalizada como "pristina", "selvagem", "ameaçada" ou "subdesenvolvida", "tradicional" e "marginal".

Como Tsing nos lembra, o mundo nos últimos séculos integrou uma longa história de concentração de riqueza que transformou tanto humanos como não humanos em recursos de investimento (Tsing, 2015, pp. 5–6). O ato de ocupação das Flores há 500 anos, assim como de tantos outros espaços "vazios", não foi, na minha perspetiva, um gesto inocente, ou neutro, mas sim parte de um movimento de exploração desses recursos que começava a ter escala global. Tsing fala de *sonhos de alienação* "que transformam pessoas e coisas em ativos móveis*;* que podem ser removidos dos mundos onde habitam, sujeitos a transportes que desafiam a distância para serem trocados por outros ativos de outros mundos, noutro lugar" (Tsing, 2015, p. 5). Estes "sonhos" inspiraram e continuam a inspirar uma modificação radical da paisagem, especialmente quando só importa recolher, colher, extrair e/ou exportar um ativo, isto é, um produto e todos os outros são considerados como "ervas daninhas" e "lixo" (Tsing, 2015, p. 6). Essa simplificação, dirigida para a alienação ao longo de séculos até aos dias de hoje produz espaços de ruína,

ou seja, lugares de abandono, nos quais a produção de valor deixa de acontecer, assim que se cumpra um ciclo de alienação (Tsing, 2015, p. 6).

A própria forma como se escreve a história económica dos Açores, e em particular das Flores, cristaliza bem o reconhecimento de uma lógica recorrente de exploração de recursos. Nas páginas da historiografia insular encontramos frequentemente a referência à sucessão de ciclos económicos relativamente fechados: primeiro o pastel, depois o trigo, o milho, a laranja, a baleação, a criação de gado e, mais recentemente, o turismo. Esta narrativa de ciclos sucessivos sugere uma espécie de substituição contínua de recursos e atividades, acompanhando as transformações das economias atlânticas e globais.

Neste sentido, as reflexões de Tsing ajudam-nos a compreender melhor este padrão histórico, inclusive na ilha das Flores. Como a autora esclarece, a "escalabilidade[40]" não é uma "característica comum da natureza", mas antes um projeto associado à expansão da economia global (Tsing, 2015, p. 38). A possibilidade de ampliar a escala desse projeto, sem alterar o seu modelo de base, cria uma certa indiferença face às indeterminações do encontro, facilitando a expansão e reduzindo significativamente a diversidade (Tsing, 2015, pp. 37–43). Contudo, tornar projetos escaláveis exige um enorme trabalho de simplificação e padronização. Isto é, quando existem interações e dependências entre elementos escaláveis e não escaláveis, os primeiros são geralmente os que acabam por receber "the lion's share of attention" — a maior parte da atenção (Tsing, 2015, p. 38).

É importante ainda referir que essa atenção não recai apenas sobre os produtos escaláveis, mas também sobre os principais protagonistas destes processos. Invisíveis ficam por regra aqueles, muitos, cuja memória não tem inscrições duradouras, que não tinham terras suas para cultivar, lenha para queimar, pão para comer e estradas para andar; aqueles para quem a precariedade era — e que para muitos continua a ser, de diferentes formas — a condição quotidiana. Será que, tal como Tsing questiona, "o nosso tempo (...) [está] 'maduro' para sentir ("*sensing"*) essa precariedade"? (Tsing, 2015, p. 20). Talvez esteja, se deixarmos de tomar a precariedade apenas como pobreza ou carência.

Deste modo, proponho-me, a partir dos caminhos antigos das Flores, entre ruínas materiais e conceptuais, entre projetos de escalabilidade e não escalabilidade, entre narrativas hegemónicas e lacunas persistentes, entre a riqueza de uns e a pobreza de

[40] Para Tsing o conceito de Escalabilidade "consiste na capacidade de um projeto de alterar as escalas suavemente sem mudar o enquadramento projeto" (Tsing, 2015, p. 38).

outros, entre humanos e não humanos, a reconhecer aquilo que Tsing considera por "fricção", "lembretes de encontros heterogéneos e desiguais que levaram a novas dinâmicas de cultura e poder" (Tsing, 2005, pp. 2–6); neste caso, na ilha onde comecei a fazer trabalho de campo.

Tim Ingold é outra referência que me inspira quando diz que o "in between" — "é do reino da vida das linhas": arterial, fluído, continuo (2015, p. 147). Os caminhos antigos são afins desta vida das linhas, emergem como arquivos vivos e não somente como meros vestígios do que já foram; não são tampouco apenas percursos pedestres para turistas que chegam. Os caminhos antigos são, a meu ver, um meio que torna visíveis as ligações das Flores com o mundo. Ao percorrê-los não procuro reconstruir uma linearidade histórica impossível, mas sim, tal como Walter Benjamin nos sugere "escovar a história a contrapelo" (2012, p. VII), mostrando que a "ambiguidade está em toda o lado em contradição com a pureza e a unidade de significado" (2019, p. 187).

Caminhada

> "For all wisdom of the melancholic hearkens to the deep; it is won from immersion in the life of creaturely things, and nothing of the voice of revelation reaches it."
>
> (Benjamin, 2019, p. 157).

Em dois anos de viagens às Flores, e três meses de trabalho de campo, percorri — umas vezes sozinha, outras acompanhada — dezenas de caminhos antigos. Aqueles que ainda se encontram preservados foram percorridos a pé, e os que já foram abandonados e eventualmente apagados — pela vegetação, pela força natural do mar e das ribeiras ou pela força humana da bagacina e do alcatrão — foram evocados, algumas vezes reabertos à força de braço e da catana. Percorri-os, se assim posso dizer, em diálogo com as pessoas que os mantêm vivos na memória e, outras vezes, com os registos da história e da literatura locais.

Caminhar tornou-se uma metodologia central no meu trabalho de campo. Foi algo que se tornou mais consequente quando me começaram a inspirar as conceptualizações de "in between", "inhabiting" e "weather world" de Ingold (2011; 2015). Desde então, ao caminhar, não me deslocava apenas do ponto A ao B. Ao fazê-lo, abria linhas no espaço e no tempo, inscrevia o meu corpo *entre* o sólido da terra e o volátil do ar; *entre* o passado e o presente; *entre* humanos e não humanos.

Ao caminhar, também encontrei formas diferentes de me envolver com a paisagem. Primeiro, procurei não a reduzir à materialidade construída. Simon Schama em *Landscape and Memory* afirma que "parece correto reconhecer que é a nossa perceção modeladora que estabelece a diferença entre matéria crua e paisagem" (1995, p. 10). Ou seja, o autor explica que a paisagem é o produto de uma cultura partilhada, construída a partir de mitos, de memórias e de obsessões. À luz desta ideia interpretei a paisagem das Flores, assim como os seus caminhos antigos, através de um diálogo contínuo que estabeleci entre as minhas caminhadas, as memórias daqueles que habitam e visitam as Flores, os produtos da historiografia, a etnografia e a literatura locais.

Os que escreveram sobre as Flores foram, muitas vezes, seus habitantes, outras vezes estiveram somente de passagem. Alguns destes escritores tiveram a oportunidade de percorrer os seus caminhos e falar a seu propósito. E se a historiografia muitas vezes está marcada por silêncios e ausências, a poesia e as prosas mais literárias sobre a ilha estão marcadas com presenças vinculativas da paisagem e enunciações de "gritos" férteis. Gritos, como os de Pedro da Silveira, poeta florentino nascido na Fajã Grande em 1922, que tentam dar voz àqueles que durante muito tempo foram silenciados, abrindo-lhes "caminho":

> "Ah! Ergue-te poema,
> ergue-te como um grito
> espantando sombras e silêncios.
> Ergue-te, canto do meu povo,
> amassado de esperanças e de mundo.
> - Há sempre um caminho livre ao querer dos nossos passos."
> (Silveira 2019, p. 98; originalmente publicado em 1952)

Outros, forâneos, como Raul Brandão também talharam os caminhos da ilha "perdida no mar" com a sua presença e perspetiva:

> "[…] Desembarco e subo por um carreirinho cortado na rocha em pequenos degraus. Ao lado o abismo. Subo sempre por entre incenso e sarça-das-ilhas, calcando a cidreira brava e o mentrasto, que esmagados embalsamam. […] Outra subida e estamos na povoação da Lomba, duas vezes perdida no mundo, perdida no mar e perdida nos montes. […] Aqui nem o eco do mundo chega*."* (Brandão 1926, p. 80; nota feita a 5 de julho de 1924)

Assim, por último, inspirada pelo trabalho de Pedro da Silveira e de Raul Brandão, e dos seus convites às emoções e aos sentidos, explorei nas minhas caminhadas a metáfora da "conversa" que Katrín Anna Lund e Karl Benediktsson introduzem no livro *Conversations with Landscape*. Para os autores, explorar a metáfora da conversa implica reconhecer o carácter mais-do-que-humano presente em todas as trocas significativas

envolvendo humanos e paisagem; incluir outros sentidos para além da visão — como a audição, o olfato e o tato; manter uma abertura para ser afetado por essas interações (Benediktsson, Lund, 2010, pp. 1–2). Ao "conversar com a paisagem", como sugeriu Ingold no epílogo do mesmo livro, condensamos a experiência a vários níveis e em vários registos, na singularidade da paisagem.

Rizoma teórico-analítico

Em abril de 2023, durante a primeira caminhada que fiz nas Flores, a cana-roca (*Hedychium gardnerianum*) — vegetação "feral" que reveste grande parte da ilha — ainda não tinha florido. Então, mergulhada na vegetação densa que me acompanhou grande parte do caminho entre a Ribeira Funda e a Lomba, as suas folhas não se destacavam ao meu olhar de turista, deslumbrada com todo aquele verde. Já o rizoma da cana-roca tinha presença mais ostensiva, porém não me deslumbrava. Lembro-me com nitidez da primeira vez que me dei conta do rizoma naquele primeiro passeio. Enquanto caminhava, já perto da povoação, algo sobre um muro de pedra me deteve. Ao aproximar-me percebi que era um emaranhado compacto de rizomas que parecia gengibre — neste caso uma quantidade de gengibre *que daria para uma vida*. Eram dezenas de rizomas, talvez centenas, segmentos espessos e muito entrelaçados, que se empurravam mutuamente para fora da pedra. As fotografias que captei nesse momento (Figura 3 e Figura 4) mostram exatamente essa minha impressão inicial: um muro quase inteiramente substituído por aquilo que parecia ser gengibre, monstruosamente desenvolvido, como se a planta tivesse decidido emergir e ocupar o lugar da pedra, tornando-se ela o próprio muro.





Figura 4 (à esquerda) e Figura 5 (à direita): *Rizoma cana-roca (Hedychium Gardenium)*

Dias depois, subi à cascata da Ponta da Fajã — na companhia de Mia e de Andrea, como já descrito no capítulo "Caminhos da ilha das Flores". Seguimos um caminho não delineado por pedras, mas marcado apenas pelos passos mais antigos. Cruzei de novo com aquilo que me parecia ser gengibre, ali sobre a terra, formando um pequeno monte compacto com quase um metro de altura. Os caules que davam suporte às folhas e às flores tinham sido cortados recentemente. Aproveitei a oportunidade de estar com alguém que vivia na ilha para desmontar aquele enigma e perguntei à Mia se aquilo era o que pensava ser. Recordo que ela disse que era um rizoma de uma planta que chamam de cana-roca e que não tinha qualquer utilidade culinária. Ainda no decorrer dessa minha primeira estada na ilha, enquanto ajudava o casal que me dava alojamento a arrancar as ervas, apercebi-me que de cada vez que arrancava uma raiz ou um tufo de ervas daquela horta, encontrava quase sempre múltiplos pequeníssimos rizomas de cana-roca que inesperadamente apareciam na terra.

Foi só quase dois anos mais tarde, já no final dos meus três meses de trabalho de campo e de volta a Lisboa, que compreendi que estes e outros encontros com o rizoma de cana-roca nas Flores iriam ser muito frutíferos. Apercebi-me de que serviriam para pensar acerca das dezenas de caminhadas e de encontros com humanos e não humanos na ilha das Flores. As conversas guardadas no gravador e na memória, as leituras e as notas no diário de campo tinham crescido como um rizoma de cana-roca. Enquanto estas últimas se entreteciam desafiavam o descortinar de uma ordem de pensamento prévia que existia em mim e afogavam a estrutura e a narrativa que tinha ingenuamente imaginado para esta reflexão.

O rizoma é um conceito que nasce da botânica, mas é a sua reapropriação filosófica, por parte de Gilles Deleuze e Félix Guattari, que mais me é útil para esta dissertação (1988, pp. 3–25). A conceptualização que ambos propõem não se trata de uma aplicação da categoria botânica. Esta permitiu-me, sobretudo, reconhecer a vitalidade da cana-roca como referência metafórica para pensar de modo lato e profundo a minha pesquisa.

Por ser uma planta rizomática, a cana-roca desafia qualquer ideia de ordem única ou de linearidade. Em vez de uma raiz pivotante que a organiza a partir de um centro, encontramos um emaranhado de linhas que se expande horizontalmente em múltiplas direções. Essas linhas são um elemento central no pensamento "rizomático" de Deleuze e Guattari e motivaram usos diversos por parte de outros autores.

Ingold, talvez mais do que ninguém, explorou em profundidade o motivo não só no seu livro *Being Alive*, mas acima de tudo, já de forma sistemática, noutras duas obras suas

(2015; 2011). A partir da ideia de linha, Ingold ajuda-nos a compreender a constituição relacional do ser, desafiando-nos a pensar qualquer organismo não como uma entidade fechada, mas como uma linha em movimento (2011, pp. 69–71). Ora, por norma nós estamos habituados a pensar organismos de forma abstrata como um círculo, com um dentro e um fora, e uma fronteira a separar o organismo do seu ambiente. Porém, Ingold insinua que, da mesma forma que desenhamos um círculo, podemos desenhar uma linha. Qual a diferença entre estes dois exercícios? Nas palavras de Ingold, na segunda formulação deixamos de ter um dentro e um fora. Não há fronteiras a separar o organismo do seu ambiente, mas sim um trilho do movimento ou do crescimento que revela relações. A vida é vivida com cada um a ser um fio num tecido de trilhos que forma a textura do mundo da vida (Ingold, 2011, pp. 69–71).

Tsing (2015, pp. 242-3) também fala de linhas de vida, que os *mushroom pickers* das florestas do Oregon seguem quando procuram sinais do crescimento subterrâneo dos cogumelos. Como Anna Tsing nos conta, as linhas de vida são seguidas pelos apanhadores através dos sentidos, dos movimentos e das orientações no terreno o que faz emergir a vitalidade dos *matsutake* como seres que são experienciados como sujeitos em vez de meros objetos[41].

Com o "rizoma" de Deleuze e Guattari como referência, os caminhos antigos deixaram, assim, de se apresentar apenas como uma rede de ligações entre pontos, para se revelarem como uma verdadeira "malha" — linhas que cruzam organismos, pessoas ou coisas. Esta imagem permite-me pensar que tal como a cana-roca e os caminhos antigos, também as pessoas se prolongam em trilhos traçados pelo seu próprio envolvimento com o mundo.

Ingold declara que "é no interior de um emaranhado de trilhos entrelaçados, continuamente a enredar-se aqui e a desenredar-se ali, que os seres crescem ou 'emergem' ao longo das linhas das suas relações" (Ingold, 2011, p. 72): eis um rizoma.

O rizoma, tal como o "mapa" Deleuziano — e não uma cartografia que envolve uma alegada competência na arte de traçar — é orientado para a experimentação em contacto com a realidade (Deleuze, Guattari, 1988, p. 12). O mapa sobre o qual debatemos é

[41] Deleuze e Guattari também descrevem este movimento incessante das linhas como "devir". O devir não fixa identidades, mas dissolve-as na continuidade de fluxos e encontros: "Becoming everybody/everything (tout le monde) is to world (faire monde), to make a world (faire un monde). By process of elimination, one is no longer anything more than an abstract line, or a piece in a puzzle that is itself abstract. It is by conjugating, by continuing with other lines, other pieces, that one makes a world that can overlay the first one, like a transparency" (Deleuze, Guattari, 1988, p. 280).

"aberto e conectável, em todas as suas dimensões; destacável, reversível e suscetível de constante transformação"; não tem centro nem hierarquia fixa; pode ser acedido por múltiplas entradas, permitindo que o pensamento se reconfigure a cada passo (Deleuze, Guattari, 1988, p. 12). Por conseguinte, nesta dissertação proponho-me a fazer um mapa. Este não é obviamente um mapa material. Ao invés disso, no presente mapa, os caminhos antigos são linhas introduzidas mediante descrições etnográficas que marcam o início de cada um dos cinco capítulos, e de alguns dos subcapítulos, permitindo que o texto tenha diversas vias de entrada. Após cada descrição, o texto entra numa nova zona de composição, onde se entrecruzam as referências bibliográficas e as análises por mim propostas. Mais do que um exercício de explicação, o "mapa" é um processo e um produto de experimentação: tentarei tocar novas possibilidades de pensar os caminhos da ilha das Flores na sua relação aberta com o mundo.

Neste espaço de experimentação, mantenho os vocativos pelos quais os *co-intérpretes* convocados para esta etnografia — pessoas, mas também plantas, animais, pedras, entre outros não-humanos — são reconhecidos localmente; introduzo o nome científico, quando necessário, e atribuo pseudónimos aos interlocutores, de modo a preservar a sua identidade. Porque mantenho os vocativos? "Por hábito, exclusivamente por hábito" (Deleuze, Guattari, 1988, p. 1)*;* não para fixar identidades, mas precisamente pela sua razão contrária. Ao preservar os vocativos procuro conservar aquilo que Hugh Raffles descreveu como *intimidade*, quero celebrá-la, agradecida, sempre com disposição crítica para perceber com se produz; Raffles diz:

> "Este amplo e abrangente campo de socialidade afetiva é aquilo a que chamo intimidade. Trata-se de um espaço para a produção social de conhecimento e para a reconfiguração das fronteiras entre humano e natureza. Está sempre inserido num campo de poder, sempre situado num lugar, sempre incorporado nos corpos e, acima de tudo, sempre relacional." (Raffles, 2002, p. 326)



Figura 6: *Flor da cana-roca.*

CANA - ROCA

Sempre que fui às Flores passei grande parte do meu tempo no município das Lajes, na metade sudeste da ilha. Algumas vezes fiquei na Fazenda, outras no Lajedo e, na última vez, durante os últimos dois meses de trabalho de campo, fiquei no Morro das Lajes. Porém, em todas as estadas pude sempre passar alguns dias na parte nordeste, no concelho de Santa Cruz. Ali, alojava-me Freia, uma jovem continental que vive há nove anos nas Flores. Conheci-a na primeira viagem, quando nos fizemos amigas. Freia não vive no centro da freguesia, como fazem a maioria dos florentinos, mas num *lugarejo* — como se diz na ilha — chamado Alagoa.

Um dia, estava Freia a preparar as sementeiras do ano, tentei ir sozinha até uma cascata, só acessível por um caminho antigo que atravessa os seus terrenos. O início do caminho estava aberto, mas fechava-se com as folhas e os caules da cana-roca, logo uns metros mais abaixo. Percebi que descer o vale coberto de cana-roca e incensos sozinha, sem saber por onde passa o caminho antigo, ia ser um pouco perigoso e, por isso, retomei o caminho de volta à casa. Freia viu-me regressar e disse, com ironia, que tinha sido rápida a ida à cascata. Então, foi a casa buscar a filha e duas catanas, entregou-me uma e dirigimo-nos até ao início do caminho onde a cana-roca me tinha travado. Freia começou

a cortá-la e a abrir caminho, com uma rapidez impressionante. Já eu era bem lenta e só a secundava a custo, pois poucas vezes tinha pegado numa catana... A Freia alertou-me que era mais fácil se cortasse de baixo para cima e foi, desse modo, que comecei a fazer. Em vinte minutos, cortámos toda a cana-roca que cobria o caminho até chegarmos a um pequeno espaço plano de onde avistávamos a cascata. Ficámos por lá um pouco, com a cascata como pano de fundo, a apreciar a *paz e o sossego*, como dizem os florentinos; depois voltámos para cima.

Enquanto subíamos, a Freia partilhou que, ainda que outros não comunguem da sua postura de aceitação face à floresta de incenso[42] e de cana-roca: "Esta é a floresta que temos. A que hoje existe". Por esta razão, Freia não considera haver motivos para a desflorestar, se não se pretende dar um outro uso à terra. Freia considera, ainda, importante dar continuidade a algumas *práticas dos antigos*. São exemplos: podar os incensos com frequência de modo a possibilitar o seu uso enquanto bardos de proteção da salmoura e dos ventos, para alimentação de gado e como lenha para queimar; cortar o caule e a flor da cana-roca, no período da floração, para controlar a sua dispersão e utilizá-los como composto[43].

Para Freia, a continuidade destas práticas nas suas propriedades é uma forma de cuidar a floresta que hoje existe, mas também de nutrir a terra, de preservar os muros e de estimar os caminhos, que durante séculos foram construídos, percorridos e trabalhados, usufruindo dos seus benefícios e minimizando a probabilidade de deslizamentos de terras, bem como o risco de a terra se tornar inculta ou inapta para outros usos.

Através do seu discurso, Freia dá-me também conta de que é pelo amor que tem à terra e à ilha que não usa qualquer tipo de químicos nos seus terrenos, nem sequer para eliminar as plantas que hoje os *vestem* em grande parte. Ela acrescenta ainda que, ao presenciar a ilha a ser "vendida ao turismo", enquanto proprietária de terrenos na Alagoa, se vê também como guardiã do lugar. Acredita que apesar de não poder parar o "comboio

[42] O incenso, tal como a cana-roca é considerado uma planta invasora, que compete de forma desigual com outras espécies. Segundo Freia, tanto as suas folhas – sobretudo quando chove – como as suas raízes, libertam toxinas, que quando em contacto com algumas plantas as levam à morte. Por exemplo, a árvore faia da terra, de crescimento mais lento e que dá lenha e alimento de melhor qualidade, é uma das espécies que fica ameaçada com a sua presença.

[43] Já cortar o rizoma da cana-roca, ou as *cepas*, como lhe chamam os florentinos, é uma tarefa trabalhosa e de grande responsabilidade, uma vez que qualquer fragmento permite que a cana-roca se disperse e cresça em novos núcleos. Por isso, aquando do seu corte, segundo Freia, é importante colocar todos os fragmentos num pequeno monte e cobri-los com um saco plástico preto, para que sequem e morram lentamente. Caso não o façam, estes unem-se formando uma pequena montanha compacta, só possível de destruir com uso de picareta.

do turismo", pode, a partir da forma como cuida a terra e a floresta, dar o exemplo à sua filha e a outras crianças e jovens da ilha. Para Freia, devemos ter consciência que somos "filhos da mãe terra" e que é o nosso dever cuidar dela, sendo o agir mais importante do que o falar.

Caminhos *desertos de passos*

No livro *Fui ao Mar Buscar Laranjas*, na poesia reunida de Pedro da Silveira, encontrei um poema intitulado "Caminho..." (Silveira 2019, p. 118; originalmente publicado em 1962, no livro *Sinais do Oeste*):

> "Tão deserto de passos,
> Pedra e erva.
> Ervas
> onde morrem as ervas.
>
> Sobre as pedras-mestras
> musgo roxo;
> e os líquenes, cinzentos.
>
> Pedras,
> ervas bravas.
> Deserto."

Este poema, para além do título sugestivo, parece-me permeado por algo que Svetlana Boym reconhece no trabalho de Walter Benjamin, uma "nostalgia pelo presente", "que se esforça não tanto em recuperar o presente, mas antes [em] expor a sua fragilidade" (Boym, 2001, p. 23). As ervas, que não se sabe onde morrem, são bravas; as pedras-mestres tomadas pela vegetação são pedras; o caminho deserto de passos, deserto. Ao mesmo tempo, o poema, tal como o *Anjo da História* em Walter Benjamin (2012, p. IX), volta o seu olhar para o passado, mas o vendaval tão característico da ilha arrasta-o para o futuro, voltando as costas, enquanto as ervas bravas crescem. O "vendaval é o progresso" (Benjamin, 2012, p. IX) e o deserto "situado no limiar entre passado e o futuro" (Boym, 2001, p. 29), convoca-nos a "uma compreensão alternativa da temporalidade, não como teleologia do progresso ou da transcendência, mas como superimposição e coexistência de tempos heterogéneos" (Boym, 2001, p. 30).

Inspirada por Pedro da Silveira, Svetlana Boym e Walter Benjamin, neste capítulo olho para os caminhos "desertos de passos" (Silveira, 2019, p. 118), como lugares que "incessantemente acumularam ruínas sobre ruínas" (Benjamin, 2012, p. IX), sobre os quais me proponho a fazer uma "meditação sobre a ambivalência" (Boym, 2008). Neste

exercício, em vez de tentar restaurar ou reconstruir passados idealizados associados aos caminhos "desertos de passos", procuro dar conta da materialidade que hoje os constitui e, daí, imaginar também futuros que deles podem emergir.

A materialidade dos caminhos "desertos de passos" transformou-se com a passagem do tempo, e é hoje diferente daquela que foi apresentada no poema de Pedro da Silveira. Com a ausência de passos ao longo das décadas recentes, os velhos caminhos que o poeta florentino ainda vislumbrava tornaram-se praticamente invisíveis a olho nu. A única razão pela qual eu sei da sua existência é porque, ao longo das minhas viagens e do meu trabalho de campo, me foram apontados por aqueles que os guardam na memória, os reencontram reabrindo-os à catana ou com o foicinho — como Freia —, ou que os identificam, por exemplo, inscritos nas duas cartas militares (1964, 2002), traçados a partir de imagens aéreas feitas em 1959 e em 1999.

A carta militar mais recente (de 2002) é a que os novos residentes costumam ter, enquanto que para os florentinos, como me disse Francisco, "o mapa está na cabeça". Para quem veio de fora, a carta militar torna-se numa ferramenta para explorar um território desconhecido. Seguindo os traçados dos caminhos de pé posto e as referências partilhadas por alguns florentinos, os forâneos reabrem percursos há muito "desertos de passos". Contaram-me ser esse o caso do Bragaglia, uma referência central neste trabalho pelo interesse e conhecimento dos textos que produziu sobre os caminhos da ilha ao longo dos 20 anos que ali viveu. Mas ele não foi o único. Pedro contou-me que, não raras vezes, se junta aos domingos com algumas pessoas, que partilham do mesmo entusiasmo por fazer caminhadas, à descoberta desses antigos caminhos por baixo da vegetação. Noutra ocasião, ao oferecer o mapa que eu tinha comprado ao meu amigo topógrafo Roland, um austríaco residente na ilha há cerca de dez anos, a primeira coisa que ele fez foi abri-lo e procurar por um caminho que achava existir, mas de que não estava certo.

Foi com todos eles que percebi que muitas das pedras, das ervas, dos musgos e dos líquenes, referidos por Pedro da Silveira, jazem hoje submersos sob uma espessa cobertura de cana-roca (*Hedychium gardenerianum)*. Esta não é nativa das Flores, como as que foram identificadas por Pedro da Silveira no poema que transcrevi, mas uma espécie exótica, com origem no Nepal central e oriental, no Butão, no Nordeste da Índia e no Norte do Myanmar (Pereira et al., 2021). Classificada como invasora nos Açores é considerada uma das principais ameaças à biodiversidade e ao equilíbrio hídrico das Flores (Reservas da Biosfera Portugal, 2022). A presença na ilha da espécie *Hedychium gardenerianum* é um exemplo ajustado do que o Feral Atlas chama de "efeitos ferais

catastróficos" (Tsing, 2021). Estes emergem de projetos infraestruturais humanos, mas escapam ao seu controlo, fazendo emergir um "novo selvagem" (Tsing, 2018).

Nas Flores, os anos de exploração agrícola para exportação em regime de monocultura encorajaram um conjunto de novas forças difíceis de conter e que nutriram modos de existência assustadores, espalhados e dispersos muito para além do controlo dos humanos. No entanto, importa sublinhar que semelhantes efeitos ferais podem ser fantásticos ou terríveis e, em muitos casos, são condição de possibilidade da própria vida (Tsing 2021). Imaginemos se os peixes não escapassem às redes e se reproduzissem ou se as florestas não crescessem depois de cortadas (Tsing, 2021). Nestas instâncias temos, como sublinha Tsing, sorte de viver com efeitos ferais (2021).

A cana-roca é uma das várias espécies[44] que constitui este "novo selvagem". Conhecida pela sua flor perfumada de um amarelo intenso e estames vermelhos, chegou aos Açores no "frenesim da botânica colonial", no século XIX, como diz Nelson Ari Wilhem (2025, p. 12).

45





Figura 7 (à esquerda) e Figura 8 (à direita): Desenho e fotografia do século XIX da *Hedychium Gardenium* (Pereira et al., 2021).

[44] No guia de controlo de espécies exóticas invasoras dos Açores são indicadas as seguintes espécies: acácia (*Acacia melanoxylon R. Br.*), cana (*Arundo donax L.),* Feto-arbóreo de Cooper (*Cyathea cooperi* (Hook. Ex F. Muell.) Domin.), Feto-Arbóreo da Tasmánia (*Dicksonia antarctica Labil*l), Hortência (*Hydrangea macrophylla* (Thunb.) Ser.), Incenso (*Pittosporum undulatum* Vent). O guia contém informação detalhada de cada espécie e pretende dar a conhecer, de acordo com os seus autores "as melhores técnicas existentes de controlo das principais espécies invasoras", através de métodos físicos, químicos (herbicidas) e mistos (Jiménez et al., 2013).

[45] Um dos primeiros desenhos, que circulou desta planta na Europa, foi feito por artistas indianos, tendo sido publicados em 1832 pelo botanista Nataniel Wallich, no terceiro volume de uma obra com um título revelador do seu imaginário colonial — *Plantas Asiáticas Raras*. O botanista deu os créditos dos desenhos aos artistas indianos, mas não sem os colocar num nível inferior em relação aos restantes desenhos feitos no mesmo período por europeus (Wallich et al., 1832). A fotografia da *Hedychium gardnerianum* em flor no Jardim Botânico de Glasgow, captada em 1892, foi provavelmente a primeira fotografia conhecida da espécie (Pereira et al., 2021)

O autor refere que as novas espécies serviram inicialmente para adornar os pomares e jardins botânicos das elites açorianas e como, desafiando os desejos de controlo ambiental pelos humanos, logo ultrapassaram os limites que lhe foram estabelecidos inicialmente (Wilhelm, 2025). Pouco depois da sua introdução nas ilhas, acontecida entre 1851 e 1877, já havia relatos de botanistas surpreendidos por encontrarem a planta ornamental fora dos jardins e dos pomares onde tinha sido introduzida (Wilhelm, 2025). Nelson Ari Wilhem também assinala que um relatório do Jardim Botânico do Missouri, de 1897, dava conta de a *Hedychium Gardenium* já se encontrar estabelecida em grandes extensões ao longo das ilhas (Wilhelm, 2025). Hoje, mais de cento e setenta anos depois da sua chegada aos Açores, esta planta não passa despercebida a ninguém que visite qualquer das noves ilhas.

Nas Flores, habituei-me a ver, por toda a ilha, a lá chamada cana-roca[46]. Esta planta oculta a totalidade de alguns caminhos e ladeia outros ainda usados, assim como estradas e ribeiras; também reveste, inteira ou parcialmente, antigos terrenos agrícolas e pastagens e o sub-bosque das manchas de criptoméria e incenso. As poucas manchas de vegetação nativa da ilha nas turfeiras nas zonas altas, no meio da floresta laurissilva nas zonas de média altitude e nas zonas junto à costa, também estão ameaçadas pela sua presença que é cada vez mais extensiva e difícil de conter.

A visão do avanço da cana-roca na ilha pode parecer aterradora; por outro lado, é uma evidência como Tsing escreveu de que "fazer mundos não é limitado aos humanos. (...) todos os organismos [humanos e não humanos] criam lugares de vida ecológica alterando a terra, a água e o ar. Sem essa capacidade de criar arranjos de vida viáveis, as espécies humanas e não humanas morreriam" (Tsing, 2015, p. 22).

Nas Flores, os humanos começaram a fazer esses arranjos ao longo dos primeiros séculos de ocupação quando desflorestaram, queimaram, arrotearam e abriram caminhos para a introdução de monoculturas animais e vegetais, transformando a paisagem em campos de cultivo e pastagens, e numa densa rede de muros e de caminhos. Alguns séculos mais tarde, a cana-roca entrou nessa paisagem humanizada, e começou também ela a construir o seu mundo e a dar os primeiros passos na criação de um "novo selvagem". Com as suas sementes e rizomas a serem transportadas por humanos, por animais e pela

[46] A Hedychium Gardenium tem nomes diferentes nas diversas ilhas dos Açores. Por exemplo, em São Miguel chamam-lhe *conteira* e no Pico *roca-da-velha*.

água que na ilha abunda, a cana-roca — como os botânicos do século XIX já davam nota — escapou-se dos jardins e começou a espalhar-se amplamente.

Enquanto os humanos ainda faziam um uso intensivo da terra e dos caminhos, o espalhamento da cana-roca encontrou alguma resistência. Como vários florentinos lembram, até ao último quarto do século XX, grande parte dos terrenos eram cultivados ou usados para a criação de gado e havia um trabalho constante de mondar a cana-roca nos caminhos e canadas. Muitos florentinos, recordam-se ainda de a planta ser utilizada no quotidiano. Usava-se para alimentar gado, para forrar abrigos ou para fazer camas de animais nos palheiros, mas também servia para manter frescas[47] as carnes de vaca do Espírito Santo e as de porco na "matança", acomodar queijos frescos e, ainda, servir de *chupa-chupa* para crianças.

Todavia, nos últimos trinta anos, com a progressiva diminuição da atividade agrícola e da pecuária e com a criação de áreas protegidas, a cana-roca encontrou terreno livre e hoje prospera nas ruínas do que foi uma paisagem fortemente humanizada ao longo de cinco séculos pelo trabalho na terra. Neste capítulo, irei procurar vida nessas ruínas, nesses caminhos "desertos de passos", refletindo sobre a materialidade que hoje os constitui e desimpedida das simplificações de narrativas de progresso, imaginando os futuros que dela podem surgir.

Caminhos restaurativos

Quando fiz a pé o caminho que liga o Mosteiro ao Lajedo, acompanhada pelo "tio" Luís — um lavrador — a presença da cana-roca surgia não só junto ao caminho, mas tapando grande parte dos terrenos que o ladeavam. Enquanto avançávamos naquele percurso, o "tio" Luís ia apontando para zonas da encosta à nossa vista, referindo terrenos onde em tempos cultivaram milho, batatas e inhames, ou que utilizaram para criação de gado, quase todos hoje atapetados de cana-roca. Também quando atravessámos a Ponte dos Castelhanos, sobre a Ribeira da Lapa, ele referiu que antigamente tão pouco existiam incensos (*Pittosporum undulatum*) na ribeira, hoje cheia deles. Como me explicou o "tio" Luís, uma das razões para a dispersão da cana-roca é que, apesar dos vários esforços dos proprietários ao longo dos últimos 15 anos para abrir uma pequena estrada que permitisse aceder àqueles terrenos com carrinha e tratores, este atravessamento não foi autorizado

[47] Quando caminhamos descalços sobre as folhas de cana-roca percebemos o porquê do seu uso para este fim: a superfície húmida das folhas produz uma sensação imediata de frescura e de conforto no contacto com a pele.

pelo Governo por aquela ser considerada uma área protegida e porque o caminho que percorríamos integra a rede de trilhos dos Açores. Em jeito de desabafo, o "tio" Luís lamentou: "Está destinado... Está destinado... Destinado para os turistas".

Ao entrar no *website* do Parque Natural das Flores, entendi melhor o desabafo do "tio" Luís. Um detalhe que me saltou à vista foi o web*site* surgir configurado em língua inglesa, sendo o português apenas uma opção a selecionar, uma escolha já indicativa do público a que se dirige. Numa pesquisa rápida nesse endereço *online*, chego facilmente à área protegida e ao caminho que tinha feito com o "tio" Luís. Neste site, o caminho aparece inserido na área ali designada "Costa Sul e Sudeste – Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies", nomeado como "Lajedo – Fajã Grande (PR02 FLO)" (*Parques Naturais dos Açores* [23/12/2025]). No *website*, a paisagem humanizada que vi na caminhada que fiz com o "tio" Luís, moldada por práticas agrícolas remanescentes e pela dispersão da cana-roca, surgia descrita como uma paisagem pristina[48]. O destaque daquela narrativa recai quase exclusivamente sobre as formações lávicas, as espécies endémicas e os monumentos naturais, com a rocha dos bordões assinalada como ex-líbris do lugar. As restantes presenças surgem apenas de forma residual, como no caso do trilho, com as pastagens e os campos de cultivo a servir apenas como pontos de orientação.

Ainda neste *website*, o caminho entre o Mosteiro e o Lajedo, que está marcado por histórias e memórias, é apenas um trilho de acesso ao espetáculo da natureza. Esta forma de apresentar a paisagem parece-me traduzir aquilo que Svetlana Boym identifica como nostalgia restaurativa: uma narrativa que "enfatiza o *nostos*", isto é, o desejo de regresso a um passado idealizado, que se propõe a "reconstruir a casa perdida" (Boym, 2001, p. 41). O deslocamento que a nostalgia induz é, assim, curado "pelo regresso à casa coletiva" que a mãe natureza criou (Boym, 2001, p. 44).

Diria, porém, que não é a uma "casa" — perdida e coletiva — a que se quer regressar neste caso, visto que no tempo que se procura reconstruir, a presença humana não integra a equação.

Pedro chegou a partilhar comigo, numa conversa de *WhatsApp,* alguns detalhes sobre uma reunião que aconteceu nas Flores, no mês de novembro de 2025. Apresentou-se ali

[48] Também no *website* do projeto de conservação da Natureza LIFE BEETLES — financiado pela União Europeia e a ser implementado nas Flores, no Pico e na Terceira — encontrei uma notícia publicada com o título "Controlo de espécies invasoras nas áreas pristinas efetuado com sucesso na ilha das Flores" (*Life Beetles Azores* [26/02/2026]). Disponível em: https://www.lifebeetlesazores.com/noticias/controlo-de-especies-invasoras-nas-areas-pristinas-efetuado-com-sucesso-na-ilha-das-flores/

um Plano de Gestão de Áreas Terrestres do Parque Natural das Flores promovido pela Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática. Percebi, nesta partilha de Pedro, como esta forma de nostalgia restaurativa marca sobretudo o pensamento político sobre os desafios que a ilha enfrenta na atualidade. O plano em causa, que na voz de Pedro surge com catorze anos de atraso, baseia-se num processo de consulta pública de que poucos tiveram conhecimento. Tem o seu foco na conservação de espécies autóctones e caracteriza-se por uma omissão quase total da paisagem humanizada. Revela ainda a ausência de um pensamento integrado sobre a ilha enquanto território, em que muitas das espécies fugiram ao controlo humano e tomam hoje conta de áreas cada vez maiores. A partir da caminhada que fiz com o "tio" Luís — mas também de muitas outras que fiz na ilha —, percebi como esta nostalgia restaurativa não só falha em responder ao desafio de travar a expansão da cana-roca, como, a partir de medidas *top-down*, restringe o acesso dos residentes às suas terras e aos seus recursos. Ao mesmo tempo, alimenta narrativas que culpabilizam as populações locais pelos danos ambientais e pela incapacidade de cuidarem do território que habitam. Neste sentido, daquilo que pude observar ao longo do meu trabalho de campo, privilegiar uma determinada ideia de natureza — homogeneizada, hierárquica e supostamente intocada — está a produzir exclusões e a agravar os processos de abandono das terras e caminhos. Como refere Nelson Ari Wilhem, citando James Carrier e Page West (2009): "A preocupação e a fetichização de uma natureza pristina comportam o risco de legitimar danos materiais e epistemológicos, e as práticas de conservação tornam-se uma estratégia material-semiótica para virtualizar as paisagens"(Wilhelm, 2025, p. 45), isto é, numa paisagem entendida como uma natureza pura, através da qual são criadas narrativas que transmutam esses lugares em imagens idealizadas — uma manifestação da virtualização. Ao mesmo tempo, esta ideia plasma uma não dissociação entre o material — a paisagem — e o semiótico — as narrativas, os significados, os discursos — dando conta de uma influência e de uma produção mútua entre ambos.

Nos últimos vinte anos, nas Flores, essa paisagem virtualizada tem se transformado progressivamente no ativo central da economia *de todas as cores do arco-íris* — economia verde, economia azul, entre outras — onde o turismo de natureza é o ativo central. Imensas pessoas têm chegado à ilha das Flores partilhando estados de espírito nostálgicos caracterizados pela procura de uma natureza supostamente intocada. A distância percorrida, que se traduz na pegada ecológica de quem chega de tão longe, é redimida no confronto com o seu objeto de desejo. Este desejo de procurar a natureza no

seu estado primordial é sentido por muitos turistas e tem resposta no seu encontro com a vegetação densa de espécies exóticas que abunda no lugar. Ironicamente, apesar de estes visitantes buscarem uma natureza pristina, massivamente promovida, esta última está oculta ou confunde-se com espécies não autóctones da ilha.

Aqueles que habitam a ilha — que são praticamente invisíveis para quem chega pronto a deslumbrar-se com o espetáculo da natureza — têm de adaptar a sua realidade social e laboral à sazonalidade dos incómodos da nova economia imposta. Convivem, entre maio e setembro, com as disputas que partilham com os turistas pelos voos limitados, para se dirigirem a consultas ou visitarem famíliares fora da ilha; encontram, nessa época, supermercados com prateleiras muitas vezes vazias, devido ao aumento da procura; lidam com um acréscimo de carros em circulação e/ou parados em lugares perigosos. Mais ainda, os residentes das Flores enfrentam com apreensão o aumento da degradação dos caminhos antigos, provocado pelo aumento dos seus usuários, e temem que as suas vacas ataquem turistas que insistem em aproximar-se delas e em captar fotografias à sua passagem.

Não pretendo, com esta análise, defender o abandono dos esforços de conservação, nem desvalorizar a importância económica que o turismo representa nas Flores. Contudo, a partir de um olhar atento à materialidade que constitui os caminhos "desertos de passos" e da paisagem que os envolve, torna-se claro que tanto a conservação como o *turismo de natureza*, ambos "universais" (Tsing, 2005) que viajaram até às Flores, entram em fricção com histórias, práticas e ecologias locais, criando novos interesses e identidades, mas também novos desafios e conflitos.

Caminhos radicais

Em novembro de 2025 fui a São Miguel participar no Simpósio "Gestos de Abundância", enquadrado na Bienal Walk&Talk[49]. Esta foi uma iniciativa que procurou promover o encontro com as artes na ilha e abrir uma reflexão sobre o território, os seus imaginários e transformações (*Walk&Talk* [28/02/2026]). Cruzei-me com a publicidade à Bienal enquanto fazia *scrolling* nas redes sociais — foi o algoritmo a fazer das suas. Apercebi-me de que esta era uma oportunidade que não queria perder. Das várias ações da Bienal, que decorreram de setembro a novembro, escolhi participar no Simpósio que parecia estar

[49]Bienal Walk Walk&Talk – Gestos de Abundância. Disponível em: https://2025.walktalkazores.org/en/ [consultado em 28 de fevereiro de 2026]

muito alinhado com os meus interesses de pesquisa. Tendo como pergunta de partida "Como podemos mudar a nossa perceção de escassez para uma de abundância cooperativa?", o evento propunha-se repensar a abundância:

> "Abundância aqui não é excesso nem acumulação, mas uma densidade de relações: entre mundos, saberes, espécies, práticas e temporalidades. Um convite a mapear outros modos de ver e sentir, a pensar com o território e não apenas sobre ele — a partir das suas camadas geológicas, espirituais, culturais e políticas" (*Walk&Talk* [28/02/2026]).

De acordo com a organização da Bienal, procurava-se responder ali às crises ambientais, políticas e sociais crescentes, a partir de outras formas de ver, de sentir e de pensar com o território e não apenas sobre ele (*Walk&Talk* [28/02/2026]).

No dia 7 de novembro, às 6 da manhã já estava no aeroporto de Lisboa, com o caderno na mochila e pronta para ir para São Miguel. Porque cheguei cedo, andei às voltas pelo centro de Ponta Delgada a fazer tempo para o início do colóquio, marcado para as 10h, ansiando que começasse. A primeira pessoa que iria apresentar era Candace Fujikane e eu expectava saber mais sobre o seu *Mapping Abundance for a Planetary Future: Kanaka Maoli and Critical Settler cartographies in Hawai*, cujo título e a sinopse me despertaram muita curiosidade. Suspeitava que aquela obra e a sua apresentação estivessem próximas da *virada ontológica,* algumas vezes debatida nas aulas de Antropologia numa perspetiva teórica. Esperava agora conhecer a sua aplicação prática por parte da autora.

A apresentação de Fujikane lançou de facto uma via de resposta à principal questão lançada no simpósio. Para a oradora, a abundância é uma urgente insistência na vida e, simultaneamente, uma recusa radical da lógica capitalista da escassez, que disfarça o seu medo da abundância enquanto fabrica um imaginário de plenitude. Esta última perspetiva de Fujikane aproxima-se daquela a que Freia nos convidava no início deste capítulo. Tal como para a autora, para Freia, restaurar não é apenas intervir tecnicamente sobre a paisagem, é também reativar genealogias, fortalecer vínculos de interconexão e reconhecer a água, a terra, o vento, o relevo (Fujikane, 2021). Pelas referências frequentes em conversas que tivemos sobre a importância do conhecimento ancestral e indígena, Freia percebia também as divindades como entidades vivas, integradas numa rede de parentesco (Fujikane, 2021). Na minha perspetiva, Freia encarna uma forma de ser e de estar na ilha, em que também ela recusa a lógica de "*desfuturização* e de crise temporal" (Godinho, H. Contreras Román, 2024), que atravessa uma grande parte dos discursos hegemónicos sobre as Flores. Freia vive o futuro no presente enquanto ajusta práticas,

decisões e expectativas face à incerteza. Esta é uma forma de ser e de estar na ilha que se aproxima da de Inês Milagres, artista plástica que conheci na ilha e que ali vive há alguns anos. No seu trabalho Milagres convida-nos a olhar a ilha, mas também os seus caminhos a partir de uma perspetiva sensível e própria. No calendário intitulado "O tempo das Coisas — Consociações ou Encontros Improváveis a Verdadeira Simbiose", que produz anualmente e onde a ilha é sempre uma inspiração, a artista diz:

> "Um jardim "Vivo" faz-se de 'Simbiose'*:* Na natureza não há vazios! Nenhum ser, nenhuma planta, crescem sozinhos, ainda que o nosso olhar distraído os possa ver isolados ou o nosso 'brio', de jardineiro rigoroso/obcecado, os possa querer num certo lugar, domados. Um jardim, vivo, é um corpo colectivo! Sob a superfície do solo, sob as folhas, entre cada flor e o insecto que a procura, existe maior, e as consociações constituem a estratégia secreta para que o benefício seja mútuo. Falamos de SIMBIOSE!" (Milagres, 2026)

A proposta de Milagres, que incide sobretudo numa reflexão artística sobre a cooperação entre humanos e não-humanos, acerca-se da intervenção de Teresa Castro, uma historiadora e investigadora da área dos estudos cinematográficos, no âmbito do Simpósio já referido, nomeadamente porque ambas usam o conceito de "simbiose". Inspirada no trabalho de Donna Harraway, e num formato inovador que ligava imagens em movimento e narração em tempo real, Castro, convidou-nos a "navegar nas águas turvas" dos líquens, a "ficar na turbulência do pensar com e não do pensar como" e a reimaginar-nos como seres simbióticos tal como os ditos líquenes.

A apresentação, de Castro, intitulada "A Balada da Urzela", transportou-nos numa viagem com a planta da urzela. Esta é uma espécie de líquen que foi exportado das ilhas da macaronésia, incluindo das Flores, durante os primeiros séculos da ocupação destas ilhas, e que ainda hoje continua a marcar presença nos caminhos do arquipélago. Através da fala de Castro, adentramos o mundo dos líquenes que acompanham os caminhos da ilha e que nos remetem, ao mesmo tempo, para as "pedras-mestras", que eu própria pude observar e de que Pedro da Silveira deu conta no seu poema que escolhi para inaugurar esta meditação.

Milagres e Castro, sem que soubessem, inspiraram-me a ir além do pensamento rizomático que guiou a minha dissertação e que consistiu, de certa maneira, numa forma de conceber esta reflexão partindo da ideia de *pensar como* a cana-roca. A influência das autoras consolidou a forma como penso a presença da cana-roca na ilha, particularmente no modo como pude pensar, ao mesmo tempo, *com* a planta no decorrer da pesquisa. Com isto quero dizer que a minha compreensão da presença da cana-roca

na ilha beneficiou de ter começado a pensar em redes de interdependência, reconhecendo que a vida se sustenta em alianças e coabitações (Castro, 2021, p. 82).

Afinal, eu pude testemunhar durante as minhas caminhadas exemplos dessas alianças e coabitações, nomeadamente entre humanos, não humanos e a cana-roca. Um dos exemplos mais evidentes é aquele que se dá entre humanos, vacas e cana-roca. Muitos dos lavradores que conheci, quando está demasiado frio e ventoso para os animais nas terras altas, principalmente durante o inverno, levam as suas vacas pelos caminhos antigos para os terrenos mais junto à costa revestidos de cana-roca. Para as vacas, uma forma de sustento do *lavrador*, a cana-roca é uma espécie de guloseima. O lavrador, a vaca e a cana-roca estabelecem uma relação de simbiose. Nesta relação de interdependência, tanto os lavradores como as vacas são colaboradores invisíveis nos esforços de conservação. Mas não os únicos.

Enquanto caminhava sob a floresta de incenso, apercebi-me de que, por baixo desta, a cana-roca cresce, mas não com a mesma força que demonstra noutros locais da ilha. Na floresta, as toxinas que o incenso liberta tanto nas suas folhas como nas suas raízes, não matam a cana-roca; porém, enfraquecem o seu crescimento e expansão. Quero com isto dizer que devemos ter mais vacas e incensos na ilha? Evidentemente que não, mas a partir destes exemplos percebemos que a paisagem, tal como Tsing explica, "é produto de um design não intencional, isto é, da sobreposição das atividades de *world making* de muitos agentes, humanos e não humanos" (Tsing, 2015, p. 152). Assim, pensar os desafios que hoje se colocam nas Flores implica, antes de mais, reconhecer que esta é uma paisagem profundamente humanizada — não pristina —, também marcada por "efeitos ferais catastróficos" (Tsing, 2021) que resultaram da ação humana. Ao mesmo tempo, esta ideia incita-nos a pensarmos a presença de humanos e não humanos não apenas como ameaças à conservação ou como uma presença indesejada num lugar, mas também, como nos é sugerido por Milagres, como espécies que persistem através da cooperação.

No final do segundo dia do simpósio algo muito interessante aconteceu, quando um dos participantes do simpósio, Julian, veio ter comigo. Percebera, pelas questões que fui pondo, que eu estava a estudar os caminhos da ilha das Flores e que tinha particular interesse pela cana-roca. Ficou curioso sobre a minha pesquisa, mas também queria falar-me da dissertação de mestrado que o seu filho Nelson Ari Wilhelm, um antropólogo, tinha escrito sobre a espécie *Hedychium gardenerianum* nos Açores — já citado anteriormente. Na hora fiquei surpreendida, porque já tinha pesquisado bastante e não tinha encontrado

nenhuma dissertação de antropologia sobre a planta. Curiosa por saber mais, convidei Julian para tomar um café, ao qual se juntou Débora, uma outra participante no evento. Os três conversámos durante algumas horas. No dia o seguinte, Julian enviou-me a muito pertinente dissertação do filho, entregue e defendida em 2025 – um texto ainda muito "fresco". "Proliferating Intensive Landscapes Literacies" é o título do trabalho, que tem como referências teóricas centrais os estudos de Anna Tsing, de Donna Haraway e de Isabel Stengers, e realizado, sob a orientação de Heather Anne Swanson, na Universidade de Aarhus.

Wilhelm procurou responder à questão "Como é que a Hedychium afeta os esforços de conservação da natureza nos Açores e que possíveis formas de coexistência, convivialidade e conservação (mais-do-que-humana) emergem do encontro assimétrico entre conservador e invasora?" (Wilhelm 2025, p. Summary). A leitura desta tese permitiu-me pensar a cana-roca à luz do debate teórico elencado pelo autor. Após seis meses de trabalho de campo, Wilhelm apercebeu-se de que o encontro entre os técnicos que zelam pela conservação nas ilhas dos Açores e a cana-roca enquanto espécie invasora não é tão assimétrico como imaginava à partida. Wilhelm fundamenta que, na prática, os esforços de conservação são sempre influenciados, não só por orientações técnicas exteriores, mas também pelas próprias experiências e leituras da paisagem dos técnicos que aplicam as ações de conservação.

Esta discussão é interessante para a minha investigação porque alargou a minha compreensão acerca das ações de conservação nos Açores. Mais ainda, a sua tese evidencia a ideia central de Tsing em *Friction* acerca de como se adaptam "universais que viajam" de diferentes formas aos contextos (2005, p. 8).

Wilhelm alerta-nos para olharmos para os caminhos "desertos de passos" e para os corredores entre pastagens e terrenos agrícolas onde a cana-roca abunda. Segundo o autor, estes acolhem um potencial de transformação e são verdadeiros fragmentos de esperança radical, onde pode emergir uma forma intensiva de conservação convivial — uma forma de olhar a conservação — inspirada no trabalho de Bram Buscher e Robert Fletcher (cit. Wilhelm, 2025) —que nos convoca a "deslocar o foco da proteção e mercantilização de áreas para a promoção da abundância; a substituir o turismo do espetáculo da natureza por um reconhecimento mais atento, informado e apreciativo do que nos rodeia; e que democratiza o acesso e o envolvimento com a natureza" (Wilhelm, 2025, p. 71).

A dissertação de Wilhelm encontrou-se com o meu estudo na medida em que ambos atentaram aos caminhos, à cana-roca e às resistências e oportunidades que se manifestam

a partir deles. Ainda assim, não cabe na minha pesquisa uma reflexão mais profunda sobre o tema da conservação convivial, considerando ainda que este último, apesar de ser um conceito teórico interessante para refletir sobre a problemática da cana-roca na ilha, carece da minha parte de um conhecimento das suas teorizações e aplicações na prática, quer nos Açores, quer noutros contextos.

Adicionalmente, sendo a ilha das Flores o território açoriano onde a presença da cana-roca é mais extensa, parece-me particularmente urgente reconhecer que nela existe um espaço de oportunidade, não apenas para reforçar políticas de erradicação, mas para fazer uma reflexão mais ampla sobre convivência com estas e outras espécies de plantas, animais, fungos. As propostas lançadas por Fujikane, Castro e Wihlmen, quando colocadas em diálogo com os testemunhos de residentes como a Freia, a Milagres, o Pedro e o "tio" Luís, apontam para a necessidade de escutar outras formas de conhecimento, saberes incorporados, práticas quotidianas de cuidado, memórias de uso da terra e leituras da paisagem. Como os próprios residentes já o reconheceram, o futuro dos caminhos "desertos de passos", e consequentemente da ilha, não passa por um regresso a um passado idealizado, nem por uma erradicação total da cana-roca, mas, parece-me a mim, que passa por reconhecer que o "deserto" é também ele um espaço repleto de vida, que requer novas formas de convivência e de esperança.



Figura 9: Moinho da "tia Brísita" — Ribeira Funda/Fazenda

TRIGO

Do Miradouro de *Cima da Fonte* até ao mar, a encosta desce tapada por canas (*Arundo donax L.)*, cana-roca *(Hedychium gardenerianum)* e com algumas manchas de relva a descoberto. Ao fundo, junto ao mar, vemos uma enorme laje escura que deu o nome ao lugar: o Lajedo. A pedra escura lembra-nos que estamos numa ilha criada há 2,2 milhões de anos de um conjunto de erupções vulcânicas. No mar pontua o majestoso Ilhéu do Cartário, com cinquenta e nove metros de altura, separado da costa ao longo do tempo pela força da erosão marítima. É a partir do miradouro que eu, Francisco[50] e Caroline[51] demos início a mais uma caminhada. Parados de frente para o ilhéu, à direita vimos a

[50] Conheci Francisco logo na minha primeira visita à ilha. Ainda antes de iniciar o trabalho de campo, já nós eramos grandes amigos. No lugar onde é residente, ele é visto por todas as pessoas como alguém que "sabe das histórias dos antigos". Francisco foi um dos meus principais interlocutores locais.

[51] Caroline é uma fotógrafa que se encontrava de passagem nas Flores e se juntou espontaneamente a esta caminhada. Apesar de nós não falarmos francês, e ela não falar português nem inglês, todos encontrámos forma de comunicar.

entrada para o *caminho de baixo* que liga ao antigo porto do Lajedo e ao Mosteiro[52]; à esquerda, uma estrada de alcatrão, que não conseguimos perceber onde nos podia levar, escondia-se por de trás de um pequeno monte. Seguimos a pé por esta estrada alcatroada, que afinal terminava um pouco depois do monte na vacaria do Sr. Ernesto. A partir dali não tivemos um *caminho típico*, que é habitualmente calcetado com pedras, delimitado por muros e rodeado de terras arroteadas de cada lado. Começamos por caminhar numa relva com o piso bem irregular pisado pelas vacas que ali pastavam. Depois passámos por entre uma parte revestida de cana-roca densa. Por fim, caminhámos por mais vinte minutos entre as pedras, os cedros *(Juniperus Brevifolia)*, a queiró (*Erica azorica)* e o junco *(Juncus acutus L.)*.

Francisco, que nos guiava até ao lugar onde íamos ver a ruína de um moinho junto ao mar, disse-me que no passado havia — "um caminhozinho limpinho". Já não é do seu tempo, mas ainda sabia dizer por onde passava, apontando para as árvores ao fundo. Não fomos por lá, porque como não passava lá ninguém há muitos anos "está em vida selvagem", como ele diz.

Durante cerca de meia hora descemos por entre as pedras e a vegetação de toda aquela encosta. Eu umas vezes a andar, outras a rastejar, mas Francisco sempre com os pés firmes na terra e nas pedras. É impressionante a naturalidade com que se movia, sem nunca se perder, sabendo sempre exatamente por onde ir e onde colocar os pés. Quando estávamos a cinco minutos do moinho vimos uma cascata, ou não fosse a ilha das Flores, como descreveu Frei Diogo das Chagas em 1654, "um chafariz perene de água, porquanto se não andam vinte passos assim pela costa, como pelo sertão, que não deem em ribeiras, regatos e fontes de água"[53]. A água desta cascata vem da Ribeira do Campanário. Ao

[52] O *caminho Lajedo – Mosteiro* integra um dos quatro trilhos pedestres oficialmente sinalizados na ilha. Bragaglia escreveu no *Roteiro Histórico e Pedestre da Ilha das Flores* que seria possível sinalizar entre vinte a trinta percursos na ilha, dada a riqueza e extensão da rede de caminhos locais (2009, p. 52).

[53] Partilho aqui a descrição completa de Frei Diogo das Chagas, escrita entre 1646 e 1654, sobre as nascentes de água nas Flores: "Toda ela (Ilha das Flores), assim no centro como na costa do mar é um chafariz perene de água, porquanto se não andam 20 passos assim pela costa, como pelo sertão, que não deem em ribeiras, regatos, e fontes de água; e assim que a água que a natureza nega a muitas das outras ilhas superabunda nesta porque, dizem ter dentro em si 362 ribeiras, e que tantas se mandaram por letra ao conde de Santa Cruz sendo capitão dela, que por grandeza o quis mostrar em Lisboa o que não será excesso, contando-se todas as que há pelo sesso e sertão onde nascem; e há ribeira a que se ajuntam mais de 30, e rara é a que não se ajunta com outras tantas, que as que entram no mar, que são não só ribeiras, mas algumas delas rios caudalosos; mas as que tem seus nomes particulares são 41, por mim bem contadas e tão distantes em roda da ilha umas das outras, que se caíram todas do alto, como algumas caem, ficariam saindo da ilha, com tanto concerto como fica água do chafariz"(Chagas, 2007, p. 149).

acercar o moinho, apercebi-me de que a água já não era encaminhada até lá, mas Francisco confirmou que fora a força da água que o fizera trabalhar durante muitos anos.

À chegada ao moinho, a possibilidade de descanso já há alguns minutos era desejada por mim. Estamos nos últimos dias de agosto e, apesar de termos optado por caminhar pela manhã, o calor já se começava a sentir e ainda tínhamos de fazer o custoso caminho ascendente de regresso a casa. Durante o mês de agosto, as temperaturas máximas rondaram os trinta graus, mas com a humidade típica das Flores pareciam quarenta. Toda a gente falava de não ter memória de um calor assim na ilha.

Felizmente, o moinho tinha uma localização ideal para ser um abrigo em dias como este, pois situa-se junto ao mar e à sombra de uma pedra enorme, o *Calhau do Moinho*[54]. Durante todo a caminhada nunca conseguíramos ver os restos do edifício do moinho, bem escondido debaixo do calhau de que parece fazer parte. Identificámos os seus usos antigos porque na ruína ainda encontramos a pedra da mó, o canal por onde chegava a água e os restos das antigas paredes. Enquanto estávamos sentados à sombra, Francisco contou-me que aquele moinho tinha provavelmente mais de 200 ou 300 anos e que o último dono que nele tinha trabalhado fora o *tio* João Silveira[55].

Caminhos *nos quais pedras são mais que pedras*

Nas Flores, os caminhos antigos, os moinhos, os muros, os palheiros e as casas, abandonadas ou não, revelam uma constante utilização de um material que abunda por toda a parte da ilha — a pedra vulcânica. Como observa Ribeiro, deve-se à utilização da pedra a persistência das ruínas que só lentamente se desmoronam. "Material resistente, de que séculos não apagam todos os vestígios é assim, nestas regiões impregnadas de história, uma recordação indelével" (Ribeiro, 2001, p. 57). Ao longo das caminhadas que

[54] Em *Moinhos das Flores* tomamos conhecimento de que este moinho tem o nome de Moinho da Baía (Trigueiro, 2007). Para Francisco, aquele lugar chama-se *Calhau do Moinho*. Como é pratica nas Flores muitas das suas pedras têm nome. No Lajedo há algumas tão conhecidas que os locais dizem que os turistas e investigadores de todo o mundo vão lá para as ver, exemplos são a Rocha dos Bordões ou o Pináculo.

[55] No livro *Moinhos das Flores*, encontrei não só as informações sobre o registo do moinho no município, mas também a confirmação de que pertencia a João Silveira. Por curiosidade, confirmei ainda no pequeno livro *O Lajedo das Flores e as suas gentes* — que me tinha sido dado por Francisco — se havia alguma informação sobre o proprietário. Qual foi a minha surpresa, quando percebi que ele não era apenas um moleiro, mas também "marceneiro, serralheiro, ferreiro, latoeiro e 'faz-tudo'" (Trigueiro, 2010). De facto, o livro em causa, nem faz referência à experiência de João Silveira como moleiro, mas dá nota de que tentou construir um pequeno gerador numa altura em que ainda não havia luz nas Flores. O exemplar encontra-se hoje no Museu das Flores.

fiz com florentinos, era recorrente vê-los deterem-se diante de muros, de casas, de moinhos e de caminhos, contemplando, não apenas a mestria que essas construções revelam, mas interrogando-se também sobre como aquelas pedras — muitas vezes grandes e pesadas a que chamam de *moledos* — teriam sido transportadas por terrenos de relevo tão acidentado e colocadas com tamanha precisão no seu lugar. Tanto eu como os meus companheiros de caminhada demorávamo-nos a imaginar o esforço corporal e a inteligência prática que deram forma e lugar a todas aquelas pedras. Para Pedro da Silveira, também ele florentino, o trabalho humano que marca a paisagem da ilha também é espaço de contemplação. No seu poema *Terceiro*, o autor esboçou um retrato poético desse trabalho anónimo que moldou a paisagem das Flores ao longo de cinco séculos de história:

> "Estas casas onde a sabedoria dos arquitectos nada fez
> e os caminhos de coração nos quais as pedras
> são, mais que pedras, a força de as ter trazido e plantado
> sob os passos futuros;
>
> e estas paredes dividindo,
> contendo,
> sobre o corpo do chão,
> cerrados e courelas
> e belgas trepando
> - duras cordas de cinza –
> pelos flancos dos outeiros até onde
> permite o vento uma qualquer
> utilidade vegetal;
>
> estas terras
> revolvidas,
> minadas,
> com moroiços nas margens e moledos esparsos;
>
> estas árvores,
> mais velhas que a memória
> do mais velhos dos velhos:
> laranjeiras disformes,
> figueiras torcidas
> alastrando, subindo;
>
> e os poços,
> as levadas,
> as pontes,
>
> ISTO TUDO!
> Flores de diligência e força
> com raízes de tino,
> ei-la, é a nossa
> história.

Que não foi escrita
- nomes de heróis –
nos compêndios.

Grande de mais para palavras mortas."
(Silveira 2019, p. 139–140; originalmente publicado em 1962, no livro Sinais do Oeste)

Para falar desse trabalho anónimo, dessas "Flores de diligência e força / com raízes de tino", são úteis as palavras, ainda que Pedro da Silveira as insinue como mortas, mas também as pedras dos "caminhos de coração", e demais ruínas deste material dispersas na paisagem, onde, contrariamente aos compêndios, ficaram inscritos os "heróis" — aqueles cuja força os trouxe e os plantou sob os passos futuros.

Se pensarmos essas pedras como imagens dialéticas, tal como Walter Benjamin nos sugere, o "ocorrido no passado encontra o agora num lampejo, formando uma constelação" (cit Bolle 2007, p. 504). Como Theodor W. Adorno interpretou nas palavras de Walter Benjamin, "a dialética detém-se na imagem e cita no acontecimento histórico mais recente, o mito como passado antigo: a natureza primeva" (cit Bolle 2007, p. 503). Uma interpretação que se aproxima de Schama quando diz que o mito persiste nos "contornos fantasmagóricos de uma antiga paisagem sob a cobertura superficial do contemporâneo", sugerindo que tanto as ruínas como a própria paisagem não são apenas "places of delight" criados para agradar o olhar, nem as suas memórias meros "picnics pastorais" (Schama, 1995, pp. 16–18).

Manifestando-se nas Flores de forma particularmente visível o "paradoxo" assinalado por Ardener de que as "áreas remotas estão cheias de ruínas", marcadas por vestígios — muitos deles de pedra — de períodos económicos mortos de antigos empreendimentos (1987, p. 528), diria que as Flores estão cheias, ao mesmo tempo, de imagens dialéticas.

Desde os primeiros tempos da ocupação, alguns historiadores sugerem-nos que a economia das Flores foi dirigida sobretudo para exportação, mais do que para consumo local. Pastel, trigo, milho, linho, leite e manteiga, gado vivo são algumas das culturas que tiveram lugar nas Flores com destino à exportação. Cada uma delas marcou um período de suposta prosperidade, "um ciclo", seguido de declínio e abandono. São muitas as ruínas destes empreendimentos que deixam tanto rasto na paisagem das Flores quanto nos seus caminhos.

Poderia dizer-se, assim, que as Flores são uma espécie de *terra assombrada* pela constância das suas relações com mercados distantes. As pedras dos caminhos, dos muros e dos moinhos, modos de talhar os campos, cobertos vegetais, mas também fotografias

antigas e memórias de habitantes podem ser convocadas como *fantasmas* de cinco séculos em que se sucederam períodos económicos hoje mortos. Estes *fantasmas*, tal como as ruínas para Boym, sugerem a "coexistência de várias camadas históricas, e uma pluralidade de possibilidades de futuro", onde diferentes visões podem colidir ou existir simultaneamente (2001, p. 136).

Tomo o exemplo da fotografia de uma eira de trigo no Lajedo (ver Figura 8), tirada em 1926, por Manuel de Gusmão de Mascarenhas Gaivão OSE (1 de Março de 1901 — 9 de Outubro de 1971), no tempo em que foi Procurador nas Comarcas das Flores e do Pico[56]. A imagem foi publicada no Facebook de Pedro, também entusiasta da coleta de imagens antigas das Flores e dos Açores. Publicou-a junto com outra fotografia tirada em 2025 no mesmo sítio (ver Figura 9). Como Pedro descreve, "o lugar tem hoje vistas menos amplas devido ao bardo que cerca hoje a eira"; ao mesmo tempo, dá nota que ainda havia mais duas eiras no Lajedo.

Apesar de muitas caminhadas e conversas a propósito do Lajedo, nunca ouvi falar, nem cheguei a ver as ruínas de qualquer das três eiras mencionadas por Pedro. E isto não se deveu à falta de interesse da minha parte, já que muito procurei nas Flores por rastos e memórias da produção e da exportação do trigo — que tem sido tão exaustivamente investigada por historiadores e economistas no arquipélago —, mas foram poucas as vezes que encontrei referências diretas. A maioria das pessoas com quem conversei não mantinham essa memória, de alguma maneira era já um passado esquecido. Eventualmente tinham ouvido sobre o trigo pelos antigos ou pelos que se interessavam pela história das Flores. As suas memórias mais vivas dos aproveitamentos da terra para a produção de cereais ligavam-se sobretudo à produção de milho para consumo interno. Nos dias de hoje, o cultivo de milho sofreu uma redução substancial, sendo mantido só por hábito por algumas pessoas mais velhas.

Por esta razão, quando vi esta fotografia — alguns meses depois de ter voltado do meu trabalho de campo — fiquei genuinamente surpreendida. Primeiro, porque, ao contrário de outras memórias do Lajedo, como a do *Slavonia* — navio que naufragou ao largo do Lajedo em 1909 (Gomes, 1997, pp.370) — esta parecia pouco presente na lembrança dos locais, ainda que a fotografia das eiras fosse mais recente.

[56] Desde 2014 os Açores constituem uma Comarca única.



Figura 10: Fotografia da eira de trigo no Lajedo em 1926



Figura 11: *Fotografia da eira de trigo em 2025* (fotografia de Pedro)

De facto, a história do naufrágio era tantas vezes evocada, com tal vivacidade e detalhe, que quase parecia que todos os habitantes do Lajedo a tinham testemunhado, quando na realidade nenhum deles era ainda nascido. Essa memória, transmitida de geração em geração, permanecia muita viva a propósito do Lajedo, enquanto a memória das debulhas que se faziam — e na qual tantos participavam como a imagem sugere — desaparecera.

Mas regressemos à análise da fotografia de 1926. A imagem documenta uma prática agrícola muita antiga e que foi duradoura na ilha, mas que não parecia ter ecos na memória local. Pergunto-me até hoje como é que cem anos tinham diluído as referências de uma produção com quase cinco séculos atestados de história. Talvez tenha sido apenas uma questão de pouca sorte, não ter encontrado quem ainda guardasse essas recordações... Ainda assim, continua a surpreender-me que, entre tantas conversas e caminhadas pelo Lajedo, ninguém me tenha falado da produção de trigo, nem dos tempos da sua exportação. Mais do que um passado esquecido, parece ser um passado que não quer ser lembrado, e foi pouco o meu tempo de trabalho de campo para que conseguisse desentranhá-lo em conversa.

António Maria Gonçalves — residente nas Flores e que desde muito jovem tem procurado recolher registos orais e escritos sobre a ilha e as suas gentes — escreveu no seu livro *Flores de Outros Tempos* "o trigo era para os ricos que o cultivavam e exportavam" (2019, p. 48). Os restantes, segundo o autor, cultivavam apenas o trigo necessário para o pagamento de rendas e foros, que era feito neste cereal. Os senhorios, que o autor descreveu serem de uma ambição insaciável, praticavam valores de venda do cereal avultados, em prejuízo da alimentação da própria população cuja dieta consistia essencialmente de inhame e de junça (Gonçalves, 2019, p. 48)

Embora muitos historiadores associem a produção de trigo à subsistência, os relatos recolhidos por Gonçalves, e os que eu reuni por parte dos florentinos quando recordavam o fastio de comer pão de milho, sugerem que tal associação é, pelo menos nas Flores, pouco provável de ter acontecido no que concerne uma parte significativa da população. O trigo só começou a integrar de forma mais regular a alimentação dos florentinos a partir do final século XIX, mas sobretudo para aqueles que o podiam comprar enquanto produto importado, principalmente dos Estados Unidos[57] (Gonçalves, 2019).

[57] O impacto das importações na produção deve ter sido de tal ordem que o Semanário Independente "As Flôres" — um jornal afim da ditadura —, a 4 de janeiro de 1930, publicou um artigo intitulado "Campanha do trigo – Aos lavradores de Portugal", com dois excertos que aqui

A ausência do trigo na mesa e na memória de muitos não se reflete na paisagem, onde é descortinável em diversas marcas. Afinal, foi em nome da exportação do trigo que se desflorestou, queimou e arroteou a ilha radicalmente, desde o início da sua ocupação. Também foi em seu nome que se abriram alguns dos caminhos por onde hoje caminhamos, que se ergueram alguns dos muros que hoje ladeiam os terrenos e que se construíram alguns dos moinhos mais antigos dos quais sobram apenas algumas pedras.

Digo *alguns,* porque, apesar da sobreposição das ruínas da "revolução do milho" que lhes sucederam, assim como das de criação de gado que ainda hoje se mantêm, há ainda vestígios da produção de trigo. E é por esta razão que hoje, em lugares junto à costa, referidos por vários historiadores como os espaços de produção de trigo, somos convidados a recuar à paisagem desse período histórico através da observação das ruínas pedrosas, imaginando a floresta nativa em vez do trigo, o trigo em vez das relvas.

A Fajãzinha é um desses lugares. Foram vários os caminhos que percorri ali, grande parte deles sozinha. A partir deles, consegui percorrer muitos dos cantos daquela fajã formada pelo desabamento do lado ocidental das crateras da ilha e vê-lo a partir de diferentes perspetivas. De costas para o mar, junto à costa, ficamos com a sensação de estar num anfiteatro natural, em que as cascatas que descem pela Rocha da Fajazinha assistem ao espetáculo. Foi aí que um dia me encontrei com Pedro, a sua companheira, e o seu irmão, para fazer uma caminhada, desta vez acompanhada. Partimos do Restaurante Pôr do Sol — nome indicativo do espetáculo que nos esperava dentro de pouco tempo — , e descemos a estrada alcatroada. Eu fiquei um pouco confusa, sem perceber para onde nos estávamos a dirigir. Já ali tinha estado e lembrava-me de a estrada não ter saída. Mas foi no fim desse percurso que, de repente, os três começaram a subir por entre os arbustos para acederem aos terrenos que ladeavam a estrada, a um nível superior desta. Pedro levou-me ali porque me queria mostrar o que sobrava de um antigo caminho que ali existiu, que a força do mar levara. Mostrou-me as fotografias antigas e era realmente impressionante a medida do desgaste acontecido. Foram largos metros de costa que se perderam; levada um pouco mais todos os anos pelo mar. O caminho antes seguia paralelo ao mar e ligava a Fajazinha à Fajã Grande. Hoje, os terrenos que haviam servido a

destaco: "Lavradores: - Reparai que por cada importação de trigo vai com ela o resultado do esforço não só dos trabalhadores do campo mas também o de todos nós, ricos e humildes, fortes e mesquinhos, donos e ganhões"; "Quanto maior a quantidade de trigo, de centeio e de milho se colher, maior será a vossa pátria". Esta notícia insere-se no âmbito de uma campanha nacional, possivelmente ideologizada e da qual não estou certa da sua correspondência com as realidades florentinas.

produção de trigo e talvez de milho estão subterrados por erva seca queimada pela salmoura tão comum no inverno. Plantado havia apenas alguns pés de inhame, junto de um curso de água que atravessava os terrenos. Percebíamos que todo aquele lugar há muito tinha sido transformado, pois também os muros acompanhavam a passagem do tempo. Grande parte destes estão ainda de pé, demonstrado a mestria daqueles que os construíram, apesar de neles contemplarmos os buracos na pedra agora lassa. Já perto do fim da nossa caminhada, Pedro chamou-me à atenção para uma outra particularidade de alguns dos muros. Bem mais largos do que comumente havia visto — com cerca de 1 metro de largura —, tinham o seu interior preenchido com pedra miúda. Os muros volumosos tinham sido, assim, a solução encontrada para tornar aqueles terrenos pedregosos em campos aptos para cultivo.

Frutuoso, no *Livro Sexto de Saudades da Terra*, oferece-nos uma ideia do que foi transformar a paisagem da ilha, com relevo mais acidentado do arquipélago, para que nele se pudesse produzir o trigo para exportação:

> *"*De leste, correndo pela banda do norte até o sudoeste, todas as terras lavradias são íngremes e sempre sobem. Tem muita pedra, sem número, que, pera ficar lavrada, atrás de um arado andam três, quatro enxadas, a cavar ao longo das pedras grandes, afora infinda pedra miúda, que nunca se poderá alimpar, porque, se botam fora uma camada, o arado logo alevanta outra tanta. A mais parte da ilha tem menos pedra, mas é muito dependurada*."* (Frutuoso, 2011, p. 131).

Noutro passo, Frutuoso permite-nos sentir a violência inicial deste processo de transformação de uma ilha, que até ali era tida como desabitada, num lugar de produção para exportação. O historiador quinhentista refere-se, então, à ilha de São Miguel diretamente, no entanto, tal poderia, a meu ver, aludir às Flores, dada a semelhança dos processos que deixaram marcas inequívocas na paisagem das duas ilhas em datas precoces.

> "O que em longíssimos anos foi criado, em tão poucos se queimou, roçou e consumiu quase tudo depois de achada que estando ao presente a maior parte de toda a terra escalvada, tomaram os ventos tanto posse dela e é tão lavada deles que levam-na em pó ao mar, e, escalvando e ensuando os frutos da terra, a deitavam a perder quase de todo, fazendo mais dano nela que nenhum dos outros elementos" (Frutuoso 1522-1591, citado por Gil 2017, p.6).

Foi também em nome da exportação do trigo — assim como da do pastel e da urzela — que nas Flores foram exploradas pessoas escravizadas, assim como pessoas livres sem acesso à terra que trabalharam para grandes proprietários que exportavam a maior parte das produções conseguidas. Um autor florentino, Jacob Tomaz, tocou o tema da presença

de pessoas escravizadas nas Flores no final do século XVII, listando aqueles que então nasceram, casaram ou morreram na ilha. O autor, nesse documento, assinala um número significativo desses casos que não era exaustivo, dada a respetiva condição (Tomaz, 1966). Curiosamente, Tomaz refere que teria ganhado interesse em fazer esta pesquisa porque um inglês de passagem nas Flores tinha encontrado em algumas "toadas" da música folclórica florentina sinais de África, nomeadamente do "Sudão" e "Abissínia" e identificado alguma palavras de origem "africana"[58](1966).

No que respeita às pessoas livres sem acesso à terra, Pedro da Silveira recorda que Frei Diogo das Chagas — um natural das Flores — no *Espelho Cristalino em Jardim de várias Flores*, escrito no século XVII, denunciava a persistência de um sistema *feudalizante* na ilha desde o início da ocupação, no qual a exploração e a precariedade de uma grande parte da população foi regra e não uma exceção (2022, p. 184). A dependência estrutural de muitas das suas gentes face a proprietários detentores de terra perpetuou-se ao longo dos séculos, havendo ainda quem guarde memórias suas ou de familiares desse período. Por exemplo, o Sr. Jorge, de 92 anos, residente nos Cedros, recordou numa conversa comigo a sua infância. "A fome era de bicho". Nesse nosso encontro, o Sr. Jorge contou-me que ele, os seus treze irmãos e os seus pais comiam muitas vezes apenas um pouco de pão com leite partilhado por todos. Ele revelou-me ainda que, até ao primeiro quartel do século XX, nos Cedros havia apenas cinco famílias que viviam bem e que tinham acesso à terra, enquanto a maioria — incluindo os seus pais — tinham somente a sua pequena casa e trabalhavam em regime de dependência em troca de géneros, milho sobretudo.

Ainda que haja uma ausência de dados específicos sobre a produção e exportação de trigo nas Flores, a historiografia regional sugere que todas as ilhas alimentaram o "celeiro nacional" e as elites açorianas, em prejuízo da alimentação de grande parte da população das ilhas. Segundo Francisco António N. P. Gomes, nos séculos XVI, XVII e XVIII, o trigo foi exportado das Flores com abundância e, sobretudo após a criação da capitania geral, em 1766, foi imposto à ilha das Flores, que diziam ser por tradição mais fértil, o

[58] Também Pierluigi Bragaglia, aprofunda a presença de pessoas escravizadas nas ilhas das Flores e do Corvo, referindo que, no caso do Corvo, houve um período em que a população seria composta exclusivamente por pessoas escravizadas (2017). Em 2016, o livro "Novas luzes sobre o povoamento e topónimo das Flores e Corvo: João da Fonseca e António Carneiro, em São Tomé e Príncipe, em Cabo Verde e nos Açores (SÉCs. XV-XI" recebeu o Prémio de Humanidades, Daniel de Sá, para melhor ensaio.

dever de suprir as carências frumentárias que surgiram no centro do arquipélago, particularmente das ilhas do Faial e do Pico (1997, p. 225).

As referências à fertilidade do solo das Flores, tanto na historiografia local como na regional, são frequentes. Não obstante, essas descrições parecem ecoar aquilo que Tsing define como uma "economia das aparências": uma economia sustentada na encenação de promessas, na criação de imagens de abundância e de potencialidade capazes de atrair investimento e trabalhadores (2005, pp. 55–77). Uma espécie de performance dramática de uma terra de fertilidade vitalícia, onde o lucro podia ser imaginado antes mesmo de ser extraído (2005, pp. 55–77). Foi nesse *espetáculo* que se inscreveu a ocupação das ilhas e que se atraíram os primeiros colonos, mas também as pessoas livres sem acesso à terra que, fugindo à miséria vivida em Portugal continental nesse tempo, viam nestas ilhas uma possibilidade de ascensão e futuro.

Parece-me importante lembrar que, tanto no continente como nas ilhas, o trigo foi uma cultura de baixo rendimento por hectare, quando comparada por exemplo com o milho mais tardiamente introduzido. Adicionalmente, o seu cultivo exigia longos períodos de lavoura e de descanso da terra, uma utilização intensiva de bois e arados, uma força de trabalho constante, operada sobretudo por um trabalho escravo e servil. Apesar do seu baixo rendimento e das elevadas exigências de mão de obra, a produção de trigo para exportação manteve-se nas Flores, mesmo após a introdução do milho que aconteceu no século XVIII, como sugere a historiografia local. Há dados concretos, apesar de pontuais, sobre a produção de trigo e a sua exportação no século XIX, relativos ao concelho de Santa Cruz: em 1800 - 582.660 L; 1811 – 464.800L; 1867 – 166.982 L, 1871 230.238L; 1890 – 54.665L; 1900 – 5.596 L (Vieira, 2012, p. 22). Fica assim sugerido um declínio nítido da produção do cereal durante aquele século. Estes registos de produção surgem acompanhados de uma listagem de exportações que inclui mais de cinquenta outros produtos. Para além do trigo, estas listas integram referências à exportação de outros cereais, produtos agrícolas, manufaturas, animais e madeira, revelando que nesse período praticamente tudo o que era produzido na ilha encontrava destino fora dela (Gomes, 1997, pp. 531–532). Já para o século XX — e em contraste com outras ilhas onde persistem referências ao trigo —, não encontrei qualquer informação relativa à sua produção e exportação nas Flores, ainda que a imagem partilhada anteriormente revele que este ainda era cultivado.

Os moinhos de água são também uma figura central na produção de cereais na ilha, incluindo de trigo. A moagem foi considerada a primeira indústria nas Flores e a única a

existir durante muito tempo. Mais do que simples engenhos, os moinhos representaram a inscrição material da presença de uma economia cerealífera na ilha. Durante quase três séculos, a indústria da moagem esteve monopolizada pela Coroa e pelos capitães donatários, que detinham o direito exclusivo de construção e exploração de moinhos (Gil, 2017, pp. 9–15). A sua localização e funcionamento obedeciam a lógicas de privilégio e hierarquia social, servindo sobretudo os proprietários de terras e os circuitos de exportação. Durante esse longo período, a maior parte dos habitantes das Flores permaneceu afastada do acesso à moagem, tendo de recorrer a formas rudimentares de transformação do grão como mós de braço e as atafonas (Gil, 2017, pp. 9–15).

Foi só com a liberalização da indústria de moagem, a partir da segunda metade do século XIX, que um número crescente de pessoas teve acesso aos moinhos, até então controlados por aqueles que detinham o seu monopólio. Este processo deu também início à construção de muitos outros moinhos destinados à moagem de milho, cereal consumido por grande parte da população — como é referido na descrição que abre o capítulo do livro *Moinhos das Flores* (Trigueiro, 2007).

Numa caminhada que fiz com o Sr. Miguel, partimos do miradouro da Baia da Alagoa e descemos até à ribeira. Foi nesse curto trajeto que o meu companheiro de caminhada apontou vestígios dispersos na paisagem associados às antigas produções daquele vale, entre elas a do trigo[59]. Segundo me explicou, a Baía da Alagoa terá sido um dos primeiros pontos de acesso à ilha por mar e uma referência às memórias que remontam aos princípios da ocupação das Flores, passadas de geração em geração. Ali se construiu, em 1759, um dos primeiros moinhos de trigo das Flores, a que chamam "Moinho do Rei". Logo após atravessarmos a chamada ponte dos Castelhanos, edificada há cerca de quatro séculos, durante o domínio filipino nos Açores. Entrámos por um pequeno portão à direita da ponte e descemos por entre rochas até à ribeira, onde antes se encontrava o moinho, do qual hoje resta apenas a mó e um conjunto de pedras soltas para contar a história.

Antes de iniciarmos a descida para as ruínas do moinho, permanecemos cerca de uma hora à conversa no miradouro. Dalí, o Sr. Miguel referiu que até há cerca de 50 anos todo aquele vale era cultivado, desde o ponto mais baixo ao ponto mais alto. Trigo e milho eram essencialmente as culturas ali cultivadas, todavia ele também fez referência a ter havido uma grande plantação de laranjas destinadas à exportação no século XIX. Indicou-

[59] Conheci o Sr. Miguel através de Freia nos últimos dias do meu trabalho de campo nas Flores. De acordo com o próprio, muitas das histórias que partilhou comigo tinham-lhe sido transmitidas por José Teves, um florentino entusiasta da etnografia e da historiografia da ilha, já falecido.

me, ao longe, uma das várias grutas que existem ao longo da encosta construída nos princípios da ocupação e ainda o antigo posto de vigia de navios a cerca de duzentos metros de onde estávamos. Ambas as infraestruturas de pedra foram construídas para responder aos ataques frequente de corsários.

As Flores, juntamente com as restantes ilhas mais pequenas dos Açores — Santa Maria, Graciosa e Corvo — foram as mais frequentemente atacadas por corsários franceses e ingleses que, impossibilitados de chegar à India ou à América pela doutrina do *Mare Clausum*[60], não só atacavam navios que faziam as travessias do Atlântico como atacavam as várias ilhas que marcavam esses percursos. Foi neste sentido que os historiadores Gilberta Pavão Rocha, José Damião Rodrigues, Artur Boavida Madeira e Albertino Madeira foram levados a descrever as ilhas dos Açores como uma "região de fronteira", sublinhando que no curso da história as ilhas dos Açores não devem ser entendidas como espaços isolados, mas como lugares de circulação e passagem, integrados em circuitos de navegação e conectados a escalas mais amplas do mundo atlântico[61] (2005).

O olhar atento aos caminhos, à paisagem, à presença de corsários e à historiografia das Flores, em particular à produção de trigo, transporta-me para uma outra noção de fronteira, explorada por Tsing (Tsing, 2003; 2005, pp. 28–33). À luz do pensamento da antropóloga, "fronteira" é um "projeto imaginário que molda lugares e processos", nos quais se confundem os limites entre lei e roubo, entre governação e violência, entre uso e destruição, possibilitando o surgimento de novas formas de lucro, mas também de prejuízo (Tsing, 2005, p. 33). Tsing cunhou o termo a partir da sua etnografia em Kalimatan, porém como a própria referiu, na sua investigação encontra-se apenas uma reprodução de um modelo de outros "tempos e lugares selvagens" (2005, p. 33). Na minha perspetiva, o contexto em estudo das Flores constitui-se como um reflexo do conceito de "fronteira" de Tsing, quando estamos conscientes de que também nesta ilha a paisagem por si apareceu inerte, pronta a ser desmembrada, plantada e embalada para exportação.

Em suma, o percurso da produção de trigo nas Flores é mais "uma história de pioneiros, progresso e transformação de espaços "vazios" em campos de exploração

[60] Informação retirada dos painéis informativos dispersos pele ilha, "*A ilha das Flores na Rota dos Corsários*", que fazem parte de um circuito interpretativo temático nas Flores, criado pelo antropólogo Paulo Ramalho.

[61] Contudo, no seu enquadramento a referência ao termo fronteira, privilegia sobretudo a dimensão geoestratégia que ainda hoje continua a marcar os vários discursos sobre as ilhas dos Açores.

industrial de recursos", humanos e não humanos (Tsing, 2015, p. 18). Afinal, foi com a ocupação das ilhas da Macaronésia que se definiu um modelo de paisagem replicável, "escalável", modelos de plantação que viriam a replicar-se também cedo no Brasil, nas Caraíbas e, mais tarde, por todo o mundo colonial, servindo de inspiração para a industrialização e modernização dos séculos mais recentes.

Este modelo foi testado mais notoriamente na Madeira e no Brasil, acontecendo também nas Flores: primeiro destruía-se as plantas autóctones, depois preparavam-se os terrenos vazios e sem posse declarada, a seguir fazia-se chegar a mão de obra precária (incluindo escrava) e procedia-se ao cultivo de produtos agrícolas exóticos destinados a mercados distantes (Tsing, 2015, p. 39). Um projeto de escalabilidade que, como diz Tsing, requer que os seus elementos sejam alheios às indeterminações do encontro e que se elimine a diversidade que pode "transformar" as coisas (Tsing, 2015, p. 38).

Até hoje vimos o mundo através das lentes da plantação, porque quase tudo na Terra pode ser escalável e trocado segundo valores de mercado. Contudo, como Tsing adverte, se terminarmos a história com a decadência de uma paisagem que foi duradoura e se arruinou abandonamos toda a esperança (2015). Durante o meu trabalho de campo — e também das experiências que vivi em viagens prévias à ilha —, inspirada pelo trabalho de Tsing (2015; 2005), nas interações entre humanos e não humanos e na paisagem das Flores procurei sinais de outras instâncias de vitalidade e novas configurações emergentes de cultura e de poder.

Caminhos invisíveis

Certo dia, perto do fim da tarde, decidi ir sozinha à Fajã Lopo Vaz. O caminho para a Fajã começa num miradouro sobre a costa sul da ilha. Fui a pé até lá desde o morro das Lajes, onde estava hospedada, andando durante quinze minutos por entre caminhos e estradas secundárias alcatroadas. A estrada de alcatrão termina nos degraus que dão acesso ao caminho que desce até à Fajã. Mesmo antes dos degraus, vê-se do lado direito vegetação, do lado esquerdo um parque de merendas ajardinado; e em frente abre-se o céu. Aquela entrada para o caminho parece literalmente uma entrada para o céu. Quando nos aproximamos mais alguns metros, percebe-se que estamos numa arriba e que nesta, à direita, se talha um caminho íngreme que baixa para a fajã.

O caminho a que me refiro, pertencente à rede de trilhos da ilha, e apesar de não ser fácil porque estamos a descer uma arriba, é bastante seguro, com um corrimão de madeira que *nos dá uma mãozinha* sempre que é preciso. Depois da primeira ladeira, um pouco

mais abaixo, é por uma escadaria de pedra que se desce a arriba, ao longo de 20 minutos. A descida é tão apelativa que nos faz esquecer o quão desafiante será subi-la no regresso. Pelo caminho cruzei-me com um pequeno santuário esculpido na rocha com uma imagem em porcelana da Virgem Maria. Baixando mais na escadaria, a vegetação que nos acompanhou até ali começava a desaparecer e passei a ter uma visão de 180 graus da paisagem, já que os outros 180 são a rocha onde os degraus se talham. Presenteada com aquela vista, sentei-me um pouco para descansar e tirar uma fotografia com a câmara analógica. Depois de tirar a fotografia, continuei a descer por mais cerca de dez minutos até chegar à praia. Apesar de ter algumas pedras e lixo, aquele areal cinza era para mim impressionante. No lado direito da fajã, ao fundo, vi a ruína de uma povoação que ali existiu, mas que há muito está desabitada. A grande maioria dos terrenos da praia até à ruína da antiga povoação são terrenos cultiváveis, havendo três ou quatro casas. Só uma das casas está habitada em permanência e as restantes são utilizadas essencialmente para turismo. Quanto aos terrenos de cultivo, alguns são ocupados por relvas e outros por bananeiras.

Por ali fiquei uns vinte minutos a correr todas as *ruas* das ruínas da antiga povoação, que terminava numa outra praia, esta feita de calhaus enormes. No horizonte do meu olhar avistava um casal de turistas a refugiar-se do mundo num lugar inóspito que, ironicamente, é considerado um dos locais mais propícios à agricultura desde o princípio da ocupação (2009, p. 147).

Com o pôr do sol a aproximar-se, chegava a hora de começar a subir. No caminho de volta, dei com alguns inhames perdidos entre a cana-roca. Estavam junto de uma pequena ribeira, em terras que pareciam alagáveis com frequência. Os pés de inhame pareciam ali de alguma forma abandonados, porque já conseguíamos ver o seu rizoma a sair da terra. Aqueles inhames eram uma marca daquilo que permanece vivo e persiste em lugares abandonados. Ao andar pelos caminhos antigos que se cruzam com grotas e ribeiras, é inevitável não nos depararmos com as folhas do inhame em forma de coração invertido. O inhame — assim como a junça — foi, como já referido, o principal alimento de grande parte da população das Flores que não tinha acesso à terra nem ao consumo de trigo em tempos recuados. Segundo Gonçalves, as pessoas sem terra e sem trigo dedicavam o seu melhor esforço à produção de inhame, com o qual garantiam a sua alimentação (Gonçalves, 2019, p. 44). Miguel Teixeira Brasil, — referindo-se à ilha de São Jorge nos primeiros séculos da ocupação (de uma maneira que a meu ver se aplica também à ilha das Flores) — narra que uma parte assinalável do solo arável era dedicado à produção de

bens para exportação. O cultivo e a colheita do inhame era isento de impostos e fazia-se em veredas íngremes a centenas de metros de altura, pondo em risco a própria vida de quem o cultivava (1989, p. 30). Hoje, nas Flores, é nos possível ainda contemplar os rochedos tingidos pelas folhas largas de inhame, em lugares à primeira vista impenetráveis. Já ali chegaram muitos caminhos hoje invisíveis, nesse tempo abertos para possibilitar o acesso da população mais pobre da ilha em tempos de maiores dificuldades.

A partir do fim do século XVII esta realidade foi-se progressivamente alterando. Os proprietários começaram a cobrar renda a quem fazia os cultivos esparsos do inhame nas rochas, mas também junto de cursos de águas em lugares de difícil acesso (Brasil, 1989, pp. 21–25). Sobre a ilha de São Jorge — à semelhança do que se pensa ter acontecido nas Flores — o autor assinala, ainda, que à cobrança de rendas seguiu-se a regulamentação que obrigava cada pessoa que vivesse na ilha a plantar cada ano meio alqueire de inhames, com multas para quem não o fizesse, tendo também sido fixado um preço para as rendas a pagar aos proprietários (Brasil, 1989, pp. 25–28). E se para uns era impossível pagar as rendas, para outros, que o conseguiam fazer, viam os proprietários tomar os terrenos arroteados para seu próprio benefício (Brasil, 1989, pp. 25–28).

Garantido o lucro dos proprietários através das rendas e esbulhos, faltava apenas à Coroa reclamar o seu *tostão* com a cobrança do dízimo sobre a produção do inhame (Costa, 1948; Brasil, 1989). Em 1694, em São Jorge, as pessoas não aceitaram a exigência do dízimo sem resistir, erguendo-se num protesto coletivo conhecido como o "Motim dos Inhames" — para aqueles que os reprimiram e prenderam — ou a "Revolta dos inhames" — para aqueles que viam neste dízimo mais uma forma de exploração (Costa, 1948; Brasil, 1989). Sobre as Flores, apesar do registo da aplicação do dízimo ter sido também efetivo, não encontrei qualquer referência a movimentos de resistência à medida[62].

Com o passar dos anos, a cobrança do dízimo e as rendas sobre a produção de inhame mantiveram-se, mas com a obrigatoriedade da produção o seu cultivo também aumentou. Não tendo conhecimento preciso, apesar dos meus esforços, sobre o período em que tal aconteceu na ilha das Flores, percebi que os inhames deixaram de ser cultivados apenas junto de cursos de água nas escarpas para passarem também a ser cultivados em terrenos junto a ribeiras e a moinhos — *inhames de água* — e em terrenos mais secos onde uma espécie a que chamam *inhames de terra* começou a ser cultivada. Se são incertas as

[62] Apenas Gonçalves refere que a cultura de inhame chegou a afetar a produção de trigo (Gonçalves, 2019, p. 44).

referências cronológicas anteriores, no século XIX, os registos de produção elevados que se conhecem sugerem que este espalhamento do cultivo se tinha consolidado. As notas de Pedro da Silveira e Jacob Tomaz no *Anais do Município de Lajes das Flores* referem terem sido produzidos na ilha 391.156 Kg de inhame, aproximadamente 400 toneladas, em 1867 (Silveira, 2009, p. 100). No livro de Carreiro da Costa há referência a uma produção nas Flores de mais de 700 toneladas em 1871(1948). A tabela partilhada por Carreiro da Costa apresenta os valores de produção discriminados por localidade em três das quatro ilhas do distrito da Horta, onde salta à vista que as freguesias do concelho das Lajes tinham produções bastante inferiores às do concelho de Santa Cruz, mas também em relação às restantes freguesias do distrito da Horta. Esta informação causou-me alguma estranheza, e apenas a consegui destrincar com as notas escritas à mão por Pedro da Silveira no — único — exemplar do livro de Carreiro da Costa que encontrei na Biblioteca Nacional. Inscreve ali Pedro da Silveira o seguinte comentário: "Os números relativos ao concelho das Lajes são demasiado baixos. Velho costume de não dar a manifesto senão duma pequena parte da produção – medo de os ladrões do governo os virem roubar... O concelho das Lajes creio foi sempre o maior produtor da ilha" (Costa, 1948). Se assim for, a diferença nos números revela indícios de práticas de resistência quotidiana. Relativamente às exportações de inhame a partir das Flores, no mapa relativo ao ano de 1808 a 1810, no livro *Ilha das Flores da Redescoberta à Atualidade* é referido que foram exportados dois sacos, não tendo encontrado mais nenhum dado relativo à exportação deste produto nas Flores (Gomes, 1997, pp. 529–530).

Um dia, aquando da minha visita ao moinho onde trabalha a D.ª Ana, ela disse-me que os terrenos ali em volta, onde hoje pastam vacas, eram utilizados para a produção de inhames de água. Em muitas outras ocasiões, durante caminhadas com florentinos, foram-me indicados alguns terrenos que noutros tempos tinham sido dedicados ao seu cultivo. Comparativamente ao trigo, do qual atualmente as memórias e a produção são raras, o inhame continua a ocupar um lugar central na memória de muitos dos meus interlocutores, mas também no seu quotidiano, sendo o seu cultivo uma prática ainda preservada por alguns locais.

Numa visita ao Museu do Lavrador nas Lajes, conheci a D.ª Maria a quem pedi que me acompanhasse na visita aos vários espaços e que me identificasse alguns dos objetos e as práticas a eles associadas. Entre os objetos do museu, observei uma enorme panela de ferro, o que ocasionou que perguntasse à D.ª Maria pelo nome que lhe davam, ao que ela me respondeu "caldeirão". De acordo com D.ª Maria, este era utilizado para cozer os

inhames e as carnes nas casas do Espírito Santo. Ao perguntar-lhe quanto tempo demoravam a cozer os inhames no *caldeirão*, respondeu-me que o tempo de cozedura era de cerca de nove horas. Este relato transportou-a para a sua juventude, quando o cozer festivo dos inhames, mais do que uma simples tarefa, era um momento de convívio e de ligação ao mundo. Na família da D.ª Maria era costume, quando coziam os inhames em casa, juntarem-se crianças, jovens, adultos e pessoas mais velhas a ouvi-la ler histórias de livros de "cowboys" americanos, sendo esses momentos apreciados por todos.

No quotidiano, o inhame permanece ainda vivo e é considerado um produto tradicional do qual todos se orgulham. Assim, nas festas, um pouco por toda a ilha, o inhame é presença garantida na ementa. Por exemplo, na festa da Nossa Senhora dos Milagres — que conta com uma equipa de mais de vinte voluntários e que serve mais de quinhentos refeições — os inhames ali preparados foram oferecidos pelo Sr. Joaquim (pai do Francisco), que aos oitenta anos os continua a cultivar. Tive o privilégio de almoçar algumas vezes na sua casa e o inhame nunca faltou à mesa. Percebi ainda que, tendo em conta o tempo que demora a sua cozedura, é frequente estes serem cozidos após serem colhidos, sendo de seguida congelados para que possam ser comidos ao longo de todo ano. O inhame cozido está ainda disponível para venda nos supermercados locais.

Achei surpreendente o modo como são raras as referências à produção de inhame na historiografia, tanto local quanto regional dos Açores, quase sempre assumindo-se em meras menções ao que "comiam os pobres". Isto acontece apesar do inhame estar muito presente na memória oral e no quotidiano; de ter sido produzido em grandes quantidades; de se ter constituído como o alimento que assegurou a alimentação de grande parte da população pouco tempo após a ocupação das Flores; e de estar presente em todas as ilhas. A ausência das referências ao inhame na historiografia local e regional de que falo revela a persistência de uma hierarquia simbólica que atravessa a escrita da história destas ilhas: aquilo que sustentou a vida quotidiana das populações é frequentemente desvalorizado, omitido, a favor do destaque dado às culturas associadas ao lucro, à exportação e ao progresso, que claramente nunca teriam existido se não fosse o inhame a alimentar os produtores locais durante séculos. Por exemplo, nos dois volumes da *História dos Açores do descobrimento ao século XX*, que são uma referência importante nesta minha dissertação, o inhame é mencionado em 4 páginas das mais de 1200 páginas, enquanto o trigo surge mencionado em mais de 40 páginas (Matos, Meneses, Avelino de Freitas de, Leite, José Guilherme Reis, 2008). Para além desta referência, na Biblioteca Nacional de Lisboa só encontrei, no que toca ao inhame nos Açores, dois recursos adicionais: a

separata de Carreira da Costa *Inhame – Apontamentos para a história da sua cultura nos Açores* (1948), no qual constam algumas notas escritas à mão por Pedro da Silveira, como já referi; e o livro *Algumas Notas Sobre a Cultura do Inhame em S. Jorge* de Manuel Teixeira Brasil (1989).

A invisibilidade do inhame na historiografia, em contrapartida com a sua forte presença na paisagem, na memória e no quotidiano das ilhas, levam-me a perceber o inhame como um exemplo do que Tsing refere como "elementos não capitalistas dos quais o capitalismo depende" (2015, p. 66). Durante séculos este foi o alimento que servira para assegurar a subsistência das muitas pessoas livres, sem ou com acesso limitado à terra, e também de pessoas escravizadas que nas Flores trabalharam para as exportações e para os lucros dos grandes proprietários. Através do inhame, é possível compreender como formas capitalistas e não capitalistas podem interagir. Como Tsing escreveu para "compreender o capitalismo (e não apenas as alternativas a este), temos de sair das lógicas do capitalismo e ter um olhar etnográfico para ver a diversidade económica através da qual a acumulação é possível" (2015, p. 66). O inhame inscreve-se precisamente nessa diversidade: não integrou mercados de grande escala, não definiu rotas de exportação, mas sustentou corpos, assegurou a reprodução social e permitiu a continuidade de regimes produtivos para a acumulação externa[63].

Mais ainda, o inhame constitui também um exemplo de vitalidade. Por ser um rizoma — tal como a cana-roca —, e apesar da diminuição do seu cultivo, continua a crescer espontaneamente e é dos poucos alimentos que consegue crescer por de baixo da "nova floresta" de incenso que hoje se alastra por grande parte da ilha. A sua presença discreta, mas insistente, sugere uma forma de continuidade que escapa aos ciclos de expansão e abandono que marcaram outras culturas e assegura que sempre que seja necessário o seu cultivo possa continuar, ou ser retomado. Quando Michael Herzfeld em *Cultural Intimacy: Social Poetics in the Nation-State*, em 1947, argumentou a favor da centralidade da "intimidade cultural" no seu contexto de estudo, tal permite-me pensar o caso do inhame no meu contexto de investigação. Elemento da vida social que permanece

[63] Neste contexto insular, o inhame também evidência como, apesar de invisíveis, há sempre ligações entre elementos escaláveis e não escaláveis coexistindo no projeto colonial impulsionado pelo capitalismo (Tsing, 2015, p. 38), revelando não só a base que sustentou economias voltadas para o exterior, mas também como essas interações produzem novas configurações de cultura, com a do inhame a ser um elemento central na identidade das Flores, mas também de poder, como se torna evidente na cobrança de rendas e impostos a pessoas que já tinham a sua alimentação tão limitada.

pouco visível e pouco valorizado fora do arquipélago no contexto português, o inhame assume-se, simultaneamente, como um denominador comum a todo o grupo, a partir do qual é estabelecida uma *common sociality*, o que reitera a importância deste alimento quando pensamos em exemplos de formas de pertença que escapam repetidamente às narrativas predominantes (Herzfeld, 1947, p. 3). Nas realidades que estudei, o inhame assume-se, ainda hoje, deste modo, como um elemento que une os habitantes da ilha das Flores, ao mesmo tempo que dá conta de uma "familiaridade com as bases do poder que, num momento, pode assegurar aos marginalizados um certo grau de irreverência criativa e, noutro, reforçar a eficácia da intimidação" (Herzfeld, 1947, p. 3).

Como me disse Freia, o inhame "é uma dádiva de verdade e não veio aqui parar em vão". Esta pequena afirmação convoca-me para a dádiva no sentido de Marcel Mauss, onde a reciprocidade é central e, apesar de ter sido cunhada para as relações entre humanos (2001), me parece poder ser também pensada na relação entre humanos e não humanos. A sua permanência na memória e no quotidiano, séculos depois da sua introdução nas Flores, pode ser lida como uma evidência dessa reciprocidade. O inhame foi cultivado, partilhado e transmitido entre gerações, ao mesmo tempo que continua a crescer, a regenerar-se, a ser cultivado e a servir de alimento num contexto de abandono agrícola.

Pensando no que me disse Freia, interroguei-me sobre como terá chegado às Flores esta planta tão intimamente conectada à identidade e à cultura dos florentinos e demais açorianos. Tendo em conta a produção de inhame não ter sido foco de muitas aproximações historiográficas, esta não é uma pergunta fácil de responder, tendo encontrado, no entanto, diferentes versões de possíveis respostas para a mesma. Alguns historiadores, nas referências breves que fazem à planta, ligam a sua chegada aos Açores com a chegada da batata da América do Sul (Meneses, 2008). Esta versão faria sentido, se o inhame fosse um produto desta região e desconhecido para os europeus à data da sua ocupação dos Açores. Todavia, a espécie presente nestas ilhas é a *Colocasia esculenta L. Schott* que está hoje distribuída por várias regiões tropicais e subtropicais do planeta, difundindo-se há mais de dois mil anos até à China, Península Arábica e zonas do leste do Egipto. Como nos esclarece Edmilson Silva, o inhame tornou-se, nestes últimos territórios, uma cultura de grande relevância, tanto do ponto de vista económico como cultural, tendo sido introduzido na África Ocidental através das rotas comerciais árabes (Silva, 2011, p. 9).

Manuel Teixeira Brasil desafiou os historiadores que defendem a hipótese mais convencional da origem do tubérculo: "Então no primeiro século do povoamento, os nossos avós, só tinham cereais, carne, leite, queijo e peixe para a sua alimentação, com o inhame ali à porta, nas Canárias, Norte de África, Mediterrâneo e próprio Algarve? Com condições excelentes para esta cultura?" (Brasil, 1989, p. 13). Esta pergunta provocatória, com a sua dose de ironia e simplicidade, impõe uma reflexão pertinente. Uma provável resposta à mesma revela uma verdade sombria, que de alguma forma explica o desconhecimento deste tubérculo até hoje por muitos continentais. Já para José Eduardo Mendes Ferrão[64], apesar de o autor não se referir aos Açores, os portugueses transportaram o inhame de São Tomé para o Brasil com vista à alimentação de pessoas escravizadas (2013). Valentim Fernandes (1940, p. 128), um intelectual ativo a partir dos finais do século XV e que se destacou na disseminação internacional de notícias sobre a colonização portuguesa, relata em 1506 a presença de duas espécies de inhames em São Tomé, uma delas com as mesmas características da dos Açores[65] e que também partilhavam — como pude verificar — do mesmo nome, tanto nas Flores, como nas restantes ilhas dos Açores: "cocos". Carreiro Costa cita Frei Diogo das Chagas, quando este dizia que as Flores tinham *"*campinas de cocais tão bons e melhores que os do Faial, com que engordam os animais de que não pagam dízimo*"* (1948, p. 4). Ademais, como a investigação de Bragaglia sugere, o processo de ocupação das Flores, do Corvo, de São Tomé e de Santo Antão (Cabo Verde) aconteceu, sensivelmente, ao mesmo tempo, sendo conduzido pelos cunhados João da Fonseca e António Carneiro, que em todas as ilhas recorreram a pessoas escravizadas de várias regiões da África subsaariana ao redor do Golfo da Guiné para trabalhar (2017).

Com a reunião destes relatos apresentados anteriormente, tive a intenção de iluminar os caminhos invisíveis, na paisagem e na história, de um tubérculo que também eu, até chegar às Flores, desconhecia e pelo qual fui sendo influenciada por florentinos e florentinas, que tanto dele me falaram e que tanto dele me deram a comer — sendo afetada pelo seu sabor, textura, história, cultura, identidade e até cultivo. Daqui a dois anos saberei se também cresce no quintal em Colares onde o plantei. Talvez tenha elencado algumas

[64] Professor catedrático jubilado do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, que fez um estudo sobre o intercâmbio de plantas entre a África Ocidental e a América

[65] "Tem nesta ilha outra raiz de que usam no seu comer como inhame. E se chama coco. E é erva e tem a folha comprida como de jaro e a sua raiz de faz tão grande como uma grande talha, porém se não as colhem e transpõem cada ano não são tão boas para comer e então engordam os porcos com elas" (Fernandes, 1940, p. 128)

ilações — minhas e de outros entusiastas da historiografia e etnografia local — que podem vir a necessitar de um aprofundamento posterior por via documental. Porém, essa será uma tarefa a constituir uma pesquisa futura que farei com entusiamo e dedicação. A persistência da presença do inhame na memória, na paisagem, no quotidiano e na identidade dos florentinos e dos açorianos, convida-nos e justifica a pertinência de tal aprofundamento de estudos sobre o tubérculo. Diria que o inhame é um dos exemplos de heterogeneidade e vitalidade que encontramos nas Flores, "uma possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo" que Tsing glosou de forma exemplar ao traquear os ritmos e os percursos dos cogumelos Matsutake. Tsing afirma: "É ao escutar essa cacofonia de histórias atribuladas que poderemos encontrar as nossas melhores esperanças de uma sobrevivência precária" (Tsing, 2015, p. 34). O inhame faz parte dessa *cacofonia* e é, a meu ver, um sinónimo de esperança nas ilhas.

Caminhos de *estranhos*

Na casa de Isabelle e de Jules[66] vivem-se ritmos diferentes ao longo do ano. Durante o verão, há um constante vai-e-vem de turistas que ficam três ou quatro dias, antes de seguirem viagem para a próxima ilha do arquipélago. De acordo com os anfitriões, o verão marca-se por um ritmo acelerado, com constantes entradas e saídas, chegadas e partidas, em que muitas vezes nem conhecem aqueles que partilham o espaço. Já no inverno, quando o tempo de permanência na ilha depende frequentemente da meteorologia e das ligações aéreas, o ritmo abranda. Os turistas são raros e a casa transforma-se numa pensão familiar onde os quartos são alugados a pessoas que pretendem permanecer na ilha por períodos mais longos e os espaços comuns se tornam lugares de convívio e de partilha. Foi nesta casa que fiquei alojada durante os dois meses de trabalho de campo, tendo ali tido a oportunidade de partilhar muito do quotidiano com os anfitriões e viajantes: refeições, conversas ao fim do dia, impressões sobre a ilha, histórias de viagens, enquanto se intercambiava conhecimento diversificado. Neste contexto conheci Erik, um jovem alemão que ali trabalhou remotamente durante três semanas. Estando pela primeira vez nas Flores e apaixonado por *hiking*, Erik ocupava grande parte do seu tempo livre a percorrer os caminhos sinalizados na ilha. No inverno,

[66] Isabelle, interlocutora que já introduzi anteriormente nesta dissertação, e Jules, seu companheiro, são um casal francês de velejadores que vive na ilha.

porém, muitos desses trilhos tornam-se difíceis de percorrer, devido à humidade constante, à chuva e ao vento, que os tornam escorregadios e por vezes perigosos.

Na maioria das vezes, eu não acompanhei Erik — as minhas exigentes caminhadas já me eram suficientes. Porém, nos últimos dias da sua estadia decidimos caminhar juntos. Numa das caminhadas que fizemos fomos visitar os moinhos da Ribeira Funda, na mesma freguesia, algo que nunca tinha realizado. Contudo, o meu interesse pelas produções da ilha, sobretudo a do trigo, e pelos caminhos antigos, tinham-me motivado a fazê-lo.

A princípio, estes moinhos eram apenas acessíveis por caminhos antigos e, ainda hoje, essa contínua a ser a única forma de chegar[67] à grande maioria destes. Todavia, dos mais de oitenta identificados no livro *Moinhos das Flores*, sete localizam-se na Ribeira Funda e dois são hoje acessíveis pela estrada regional alcatroada, o que tornou a tarefa bem mais fácil e menos morosa para que eu e o Erik lá chegássemos de carro. Estacionámos junto à ponte da Ribeira Funda e caminhámos alguns metros para conhecer os dois moinhos. Um deles, referido no livro em questão como "moinho da Tia Brísita", apareceu sinalizado como "moinho de água" e foi imediatamente visível a partir da estrada. Deste restam apenas as paredes, a mó e pedaços da porta e do telhado dispersos pelo chão (ver Figura 7).

Já o outro moinho, chamado "moinho do rei", tinha a placa de sinalização junto à estrada, mas dele não enxergávamos nada a partir dali, apenas uma canada estreita que parecia conduzir-nos lá. Fomos à descoberta. A poucos passos da entrada da canada deparamo-nos com um pequeno portão de madeira. Abrimo-lo e entrámos. Eu comecei a chamar de maneira a perceber se estava alguém no local: "Boa tarde"; "Está aí alguém?". Não houve resposta e, assim, continuamos a passo vagaroso. Cerca de dez passos depois, o moinho surgia diante de nós, acompanhado de um cenário inesperado. À sua volta acumulava-se uma espécie de desordem suspensa, como se alguém tivesse abandonado o lugar de forma repentina, deixando para trás tudo como estava[68].

[67] Um exemplo, é o primeiro moinho da Fazenda identificado no livro de Trigueiros, ao qual só era possível chegar seguindo o "caminho da Parreira". Digo *era*, porque, há alguns anos que este está inacessível, uma vez que grande parte dos terrenos que rodeavam o moinho, assim como o próprio caminho, tinham sido abandonados e estavam tomadas por mato denso.

[68] Recentemente tive oportunidade de conhecer, Emily, natural de Nova York e atual proprietária do moinho. Na nossa conversa, disse-me que comprou o moinho para fazer dele a sua casa, mas que o processo de mudança para as Flores foi mais lento do que tinha esperado. Ficou retida em Nova York mais anos do que o desejado, o que fez com que o lugar acabasse por ter aquela aparência de abandono. Mas, agora que se mudou definitivamente, procura assegurar não só a preservação do espaço como património cultural, mas também transformá-lo numa casa que de resposta às suas necessidades.

Havia um pouco de tudo espalhado pelo exterior do "Moinho do Rei": cadeiras, um guarda-louça, baldes, paus grossos de madeira, um tampo de mesa, plásticos, vidros... A vegetação começava lentamente a tomar de novo conta do espaço. Contudo, o moinho, tal como o livro antecipava, contrastava com o cenário. Recuperado há alguns anos, era maior do que muitos dos outros moinhos que eu já tinha visto na ilha, distinguindo-se por ter dois andares. Construído em 1882, e em funcionamento até 1960, tinha no rés do chão, de acordo com *Moinhos das Flores*, três engenhos de moagem, dois reservados ao milho e um reservado ao trigo. O primeiro andar, que fora durante décadas a casa do moleiro, em anos mais recentes servira de casa de veraneio, mas parecia há algum tempo não ser usado para o efeito. Assim posso apenas inferir que a existência do engenho dedicado à moagem de trigo marca essa relação simbólica entre o cereal e o seu consumo por parte das elites históricas locais, como dão conta os documentos históricos já referenciados e sobre os quais já refleti anteriormente.

Terminada a nossa passagem pelos moinhos, seguimos o caminho antigo que ligava à Lomba. Não era a primeira vez que eu o fazia — fora, aliás o primeiro percurso que percorri na minha primeira viagem à ilha. Alguns metros depois da entrada deste caminho emergiram umas placas em madeira a dizer "*private property*". Ali tivemos a sensação de que vivia gente camuflada entre os incensos e a cana-roca. Esta não é uma sensação frequente quando andamos pelos caminhos antigos, mas esporadicamente acontece. Nesses momentos, em contraste com a sensação de abandono que tive no moinho ou em muitos dos outros caminhos da ilha, sente-se a impressão de que o espaço é habitado, contudo a presença de pessoas nesses locais não é evidente.

Ao longo das minhas estadas na ilha conheci e travei amizade com alguns dos seus habitantes discretos, que parecem fundir-se com a paisagem como verdadeiros *mestres da camuflagem* — não para se protegerem dos *predadores da selva florentina*, mas porque tal como o camaleão, habitam a paisagem, quer alguém olhe ou não, mesclando-se com ela; mais do que uma reação ao olhar externo, estes habitantes vivem discretamente com a natureza, enquanto manifestação de um modo de ser e de estar no mundo.

Em terrenos apenas acessíveis por caminhos antigos, estes residentes compraram terrenos e ruínas, abandonados há décadas, a preços acessíveis. Nesses lugares, alguns nunca habitados de forma permanente e outros habitados apenas quando o trabalho agrícola assim o exigia, estes residentes constroem as suas casas de forma gradual, sozinhos e com a ajuda de amigos, aproveitando e reutilizando aquilo que existe no espaço, mas também na ilha. Vivem de forma relativamente autónoma, com energia solar,

fogões a lenha ou gás, água captada de ribeiras próximas e pequenas hortas abertas entre a vegetação. As suas casas, projetos sempre inacabados, são construídas com tempo, calma e dedicação.

Os *mestres da camuflagem* que acabo de descrever podem, a meu ver, ser compreendidos como "*estranhos*" no sentido de Ardener, mas estes não são os únicos. Como Ardener alude com ironia: "As pessoas que vivem em áreas remotas têm uma definição muito ampla de 'estranhos', de modo que, seja qual for o número real destes, parecerá sempre haver muitos" (Ardener, 1987, p. 527). Nas Flores, essa definição ampla abarca não só os mestres da camuflagem, mas também os empreendedores e investidores que nos últimos dez anos compraram casas e terrenos a preços que a maioria das pessoas que vive na ilha considera inacessíveis ou simplesmente absurdos. Grande parte dessas propriedades são recuperadas e transformadas em alojamento local, negócios ligados ao turismo ou casas de veraneio. Outras permanecem praticamente como estavam: continuam abandonadas, mas agora com um novo proprietário a dar o seu contributo para a especulação imobiliária[69].

A partir desta breve análise, alguém poderia achar que esta "congregação de estranhos" nas Flores é um acontecimento relativamente recente, uma realidade do século XXI, marcado pelo desenvolvimento da tecnologia e pela facilidade de viajar. Ainda assim, como ficou evidente ao longo deste capítulo, através de um olhar atento à materialidade dos caminhos e da paisagem, mas também aos registos históricos, algumas das categorias que apresentei — turistas, *mestres da camuflagem*, empreendedores e investidores — estiveram sempre presentes nas Flores desde a ocupação da ilha. Fizeram-no, porém, sob diferentes disfarces históricos, incluindo os de padres e colonos, mas também figuras mais silenciadas e marginalizadas, como, agricultores, artesãos, servos, e pessoas escravizadas.

Todos eles foram "*estranhos*" que no início da ocupação das Flores se congregaram neste lugar tido como isolado, selvagem e pristino, e todos sem exceção viajaram até às Flores. No entanto, como nos relembra James Clifford, em *Travelling Cultures*, "viajantes deslocam-se sob fortes compulsões culturais, políticas e económicas e algumas viajantes são privilegiados, outros são oprimidos" (Clifford, 1997, p. 35). Essas culturas da diáspora são marcadas por tensões históricas que permanecem por resolver, entre

[69] Durante o meu trabalho de campo ouvi, por diversas vezes, referências a "russos" que, segundo locais, têm vindo a comprar grandes extensões de terreno na ilha, bem como algumas ruínas.

"continuidade e disrupção, essência e posicionalidade, homogeneidade e diferença" (Clifford, 1997, p. 36), mas também por histórias especificas e muitas vezes violentas de interação económica, política e cultural.

Neste sentido, neste capítulo e ao longo do meu trabalho de campo, dei os primeiros passos para desenvolver uma reflexão focada de comparação no âmbito destas culturas da diáspora que se distinguem no mundo moderno. Nesta meditação, também intentei abrir espaço para imaginarmos outras formas de habitar e de pensar o mundo em tempos manchados pela incerteza e por múltiplas formas de ruína económica e ecológica generalizadas. Este é um trabalho que resulta de um enorme empenho pessoal, porém que está ainda inacabado. Irei dar continuidade a esta pesquisa, confiante que as Flores — um "*lugar pequeno*" (Clifford, 1997, p. 36) no meio do atlântico, agora marcado por turismo e novas ocupações —é um espaço privilegiado para debatermos ambivalências da história global e da formação de paisagens sempre emergentes, na medida das relações da ilha com o mundo.



Figura 12: Incenso só no Poço da Ribeira do Ferreiro

O INCENSO COMO CAMINHO DE UMA POSSÍVEL CONCLUSÃO

Dias antes de partir para as Flores em Fevereiro, o programa "A Prova dos Factos", na RTP, emitiu uma reportagem de investigação sobre o Poço da Ribeira do Ferreiro, nas Flores. No âmbito desta peça jornalística é dado a conhecer aos telespectadores que os terrenos em torno daquele que é um dos ícones turísticos dos Açores haviam sido comprados por um casal estrangeiro (residente na ilha há mais de dez anos) que, usufruindo do seu direito enquanto proprietários e cumprindo todos os requisitos que a lei assim exige, desflorestaram uma área extensa de incensos, para desenvolverem um projeto turístico a que deram o nome de Margaça.

Descrito pelos próprios como um "Jardim do Éden", "em que Deus colocou o homem para o cultivar e guardar", os proprietários despiram a paisagem que ali existia anteriormente enquanto "novo selvagem" e deixaram a *nu* as ruínas dos muros, dos caminhos e dos socalcos, desvelando os vestígios do tempo em que aquele lugar fora intensivamente cultivado. Esta intervenção no lugar, levada a cabo pelos seus proprietários, desencadeou diferentes reações na ilha, divulgadas na reportagem em questão, e abriu um debate polémico entre governantes, habitantes, agentes de turismo e

proprietários sobre a paisagem, a propriedade e o conceito de bem comum. Sobre este tema, para alguns, a desflorestação do lugar tratou-se apenas do exercício legítimo do direito de propriedade e de uma oportunidade de valorização económica de um espaço abandonado. Para outros, este desmatamento revelou tensões mais profundas em torno da relação entre o que é público e o que é privado, entre aquilo que juridicamente pertence a alguém e aquilo que, pela sua presença na paisagem, pela sua relevância na memória e na experiência comunitária e pela sua importância no setor do turismo, acabou por ser continuamente vivido como um lugar de todos. Houve ainda quem entendesse que esta transformação alavanca um debate mais profundo sobre a paisagem. Se grande parte da ilha se encontra hoje coberta por espécies consideradas invasoras — como as plantas do incenso ou da cana-roca — deveremos simplesmente removê-las em nome da conservação ou do turismo? Ou, pelo contrário, devemos aceitar que estas plantas, apesar da sua origem exógena, passaram a constituir a paisagem vivida da ilha? Estas e outras questões a este respeito pautaram aquele que foi e tem sido um debate aceso e polarizador de argumentos e de opiniões.

Curiosamente, apesar das marcas evidentes de ali se ter cultivado, como dá provas a existência de um poço no lugar, entre as pessoas com quem conversei, poucas tinham memória de atividades agrícolas naquele espaço. As recordações do lugar relacionavam-se sobretudo com a criação de gado: ali pastavam animais e recolhia-se incenso para a sua alimentação durante o inverno. Do que ninguém se lembra é do lugar sem a presença da árvore do incenso. Ainda que ao longo do tempo, o incenso, ora estivesse mais disperso e mais podado, ora estivesse bravo e a ocupar desenfreadamente a paisagem abandonada, sempre esteve lá.

Para mim, que já tinha visitado aquele lugar antes da abertura da clareira, a sensação de regressar ao lugar foi de estranheza. O caminho que acompanha e desemboca naquele lugar agora transformado, apesar de continuar pleno de vegetação, está agora diferente. Uma das diferenças mais notadas naquele percurso e destacada por todos os que por lá passam há anos eram os troncos caídos, que se atravessavam no percurso ou que serviam de banco natural para quem visitava o lugar, e que tinham agora sido cortados ou substituídos por bancos de jardim. Ao chegarmos ao Poço da Ribeira do Ferreiro, de costas para a cascata presente no lugar, onde antes o olhar se perdia numa vegetação densa, está agora um espaço aberto, onde as ruínas dos muros e dos socalcos se apresentam subitamente visíveis.

Tal como em alguns dos caminhos e moinhos por onde passei, sobram apenas algumas pedras para contar a história, também ali, da floresta que antes cobria o lugar. Remanesce agora somente uma única árvore de incenso para dar pistas de uma presença paisagística anterior, sobreposta agora paradoxalmente por vestígios de um passado quase esquecido (ver Figura 10).

Este episódio, que descrevi brevemente, evidencia um dos argumentos centrais desta dissertação: a paisagem das Flores, mais do que algo simplesmente presente, é um espaço atravessado por disputas, interpretações e intervenções que deixaram ao longo de cinco séculos sinais materiais e simbólicos. Como procurei demonstrar a partir de um olhar atento à materialidade que constitui os caminhos antigos da ilha, a paisagem é o resultado de uma sobreposição continua de práticas, de abandonos, de memórias e de transformações que envolvem humanos e não humanos ao longo do tempo.

Neste contexto, os caminhos antigos, mais do que simples infraestruturas de circulação, constituem-se como verdadeiros arquivos materiais que condensam cinco séculos de transformações económicas e ecológicas. Ao longo desta pesquisa procurei demonstrar que os caminhos antigos, aqueles que ainda podem ser percorridos e outros só indiciados por ruínas, memórias e registos escritos, permitem tornar visível uma paisagem profundamente humanizada, que guarda em si histórias de exploração, de destruição e de abandono, mas também de esperança e de vitalidade.

No capítulo "Cana-Roca"**,** desafiando a nostalgia "restaurativa" que hoje marca muitos dos discursos políticos sobre conservação — mas também as narrativas de uma natureza virgem e pristina, tão promovidas por agentes do turismo — procurei, em diálogo com a presença desta planta, convidar a uma reflexão mais profunda sobre a floresta que hoje existe na ilha. Uma reflexão que reconheça a complexidade da paisagem atual e que nos convide a pensar a cana-roca, bem como as outras plantas classificadas como invasoras, não apenas como seres a erradicar — algo que sabemos ser, em grande medida, impossível —, mas também como presenças que nos obrigam a imaginar novas formas de convivência e outros futuros possíveis.

No capítulo "Trigo" procurei, a partir de um olhar atento aos caminhos e às suas ambivalências, desafiar algumas das narrativas frequentemente associadas à ilha. Lidos a partir destes percursos, os vestígios que permanecem na paisagem revelam que, contrariamente ao que muitas vezes se sugere, as Flores são um lugar profundamente conectado ao mundo, extremamente marcado por fluxo de pessoas, de bens e de ideias. Nos caminhos antigos tornam-se legíveis os "ciclos económicos" de uma economia

voltada para a exportação. No decorrer destes percursos permanecem inscritas as ruínas das sucessíveis transformações produtivas que caracterizaram a ilha. Entre esses muitos ciclos, o do trigo, aqui explorado em mais profundidade, evidencia a forma como a paisagem foi moldada por dinâmicas económicas mais amplas, que ultrapassavam largamente os limites da ilha. Ao mesmo tempo, estes percursos também dão conta da presença de outras formas de produção que raramente apareceram nas narrativas económicas dominantes. Essas assumiram-se como culturas destinadas sobretudo ao consumo local ou a circuitos mais discretos de circulação, dos quais as produções para exportação dependiam e tiveram um papel fundamental na vida quotidiana da ilha. O inhame foi aqui o principal protagonista. Embora praticamente ausente de narrativas historiográficas, a sua presença persiste na paisagem, na memória e no quotidiano da ilha. Neste capítulo procurei, também por essa razão, demonstrar que a recente chegada de novos residentes à ilha não representa uma rutura absoluta com o passado, mas antes uma continuidade de movimentos e presenças que acompanham a história das Flores desde a sua ocupação. Ter em consideração essa diversidade — bem como as diferentes experiências, posições e perspetivas que coexistem no território — torna-se fundamental para podermos compreender a complexidade social e histórica que hoje configura a ilha. Longe de constituir um espaço homogéneo ou isolado, as Flores revelam-se antes como um lugar atravessado por encontros, tensões e negociações entre distintos modos de habitar e imaginar o território.

Muito fica ainda por destrincar após este trabalhoso, mas enriquecedor ano de pesquisa. Muitas histórias, práticas e materialidades, que atravessam os caminhos antigos das Flores, ficaram por revelar. Tal exigirá mais tempo de trabalho de campo e um maior aprofundamento histórico, teórico e analítico da ilha no âmbito do doutoramento. Aí intentarei dar continuidade ao percurso aqui iniciado. Entre as pistas que emergiram ao longo desta investigação destaco a possibilidade de alargar o meu olhar também aos caminhos por mar, procurando compreender como estes se articulam com os caminhos terrestres na constituição das relações da ilha com o exterior. Ao mesmo tempo, pretendo vir a explorar outras produções, práticas e materialidades que, a partir das Flores, podem ajudar a compreender, não apenas as dimensões ainda pouco exploradas da história e da etnografia dos Açores, mas também os modos como estas ilhas foram e continuam a ser atravessadas por fluxos, lógicas e assimetrias da economia-mundo capitalista.

Esta etapa vindoura implicará igualmente alargar as táticas de investigação aqui ensaiadas. A caminhada — tanto a pé, como na *memória e registos escritos* — continuará

a ocupar um lugar central enquanto prática de conhecimento e de atenção à paisagem. Contudo, pretendo expandir esta reflexão a um trabalho mais coletivo, envolvendo entusiastas da historiografia e da etnografia da ilha, bem como artistas locais, de modo a explorarmos formas partilhadas de pensar e interpretar os caminhos e as paisagens que estes intercetam. Através deste diálogo entre diferentes saberes, práticas e sensibilidades, irei propor-me a contribuir para uma reflexão mais ampla sobre as múltiplas formas de habitar, de narrar e de imaginar o futuro das — e nas — Flores num tempo desenhado por profundas transformações económicas, sociais e ecológicas.

BIBLIOGRAFIA

AIMA, 2024. *População Estrangeira Residente 2024* [Em linha]. [consult. 2026-março-14]. Disponível em: https://aima.gov.pt/media/pages/documents/65870eae21-1761164556/populacao-estrangeira-residente-2024_distrito_concelho.pdf

ARDENER, Edwin, 1987. "Remote areas": Some theoretical considerations. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*. 1987. 2, (1), 519–533. DOI 10.14318/hau2.1.023.

AZORES TASTE, 2022. #TASTE. Episódio 65. Notas para o estudo da história da alimentação na ilha das Flores. #Azores. [Em linha]. 7 março 2022. [consult. 2026-março-14]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=RG_4H7tggno

BENEDIKTSSON, Karl e LUND, Katrín Anna, 2010. *Conversations With Landscape*. England: Ashgate.

BENJAMIN, Walter, 2012. *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica.

BENJAMIN, Walter, 2019. *Origin of the German Trauerspiel*. Harvard University Press.

BOELLSTORFF, Tom et al., 2012. *Ethnography and Virtual Worlds: A Handbook of Method*. New Jersey, Oxford: Princeton University Press.

BOLLE, Willie (ed.), 2007. *Passagens/Walter Benjamin; edição alemã de Rolf Tiedemann*. 3ªedição. São Paulo: UFMG.

BOYM, Svetlana, 2001. *The future of nostalgia*. New York: Basic Books.

BOYM, Svetlana, 2008. Ruinophilia: Appreciation of Ruins | Svetlana Boym. [Em linha]. 2008. [consult. 2025-novembro-24]. Disponível em: http://monumenttotransformation.org/atlas-of-transformation/html/r/ruinophilia/ruinophilia-appreciation-of-ruins-svetlana-boym.html

BRAGAGLIA, Pierluigi, 1997. *História dos Lacticínios da Ilha das Flores*. Lajes das Flores: Câmara Municipal de Lajes das Flores.

BRAGAGLIA, Pierluigi, 2009. *Ilha das Flores - Açores - Roteiro Histórico e Pedestre*. Fajã Grande: Edição de autor.

BRAGAGLIA, PIERLUIGI, 2017. *Novas Luzes Sobre Povoamento e Topónimos das Flores e Corvo: João da Fonseca e António Carneiro no Reino, em São Tomé e Príncipe e Cabo Verde*. Secretaria Regional da Educação e Cultura - Direção Regional da Cultura.

BRAGAGLIA, Pierluigi, 2021. *Tosão de Ouro: Açores, séculos XV - XXI*. Vol. II. 2.edição. Fajã Grande.

BRANDÃO, Raul, 1926. *As Ilhas Desconhecidas*. 3ªedição. Letras Lavadas.

BRASIL, Manuel Teixeira, 1989. *Algumas Notas Sobre a Cultura do Inhame em S. Jorge*. Vila da Calheta: Câmara Municipal da Vila da Calheta.

CASTRO, Teresa, 2021. NAVEGAR EM ÁGUAS TURVAS COM LÍQUENES, FUNGOS E PLANTAS RUDERAIS*. *Leonorana 5 - Ambientes Environments*. 2021. (5-Ambientes Environments), 79–87.

CHAGAS, Frei Diogo das, 2007. *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores (1576)*. 2ª. Angra do Heroísmo: Direção Regional da Cultura dos Açores [Ponta Delgada]: Centro de Estudos Doutor Gaspar Frutuosa da Universidade dos Açores. Obra original escrita entre 1646 e 1654

CLIFFORD, James, 1997. *Routes - Travel and Translation in the Late Twentieth Century*. Cambridge: Harvard University Press.

COSTA, Carreiro da, 1948. *O Inhame - Apontamentos para a história da cultura nos Açores*. São Miguel - Açores: Tip. Correio dos Açores.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix, 1988. *A Thousand Plateus*. London: The Athlone Press.

DEVILLARD, Marie José, MUDANÓ, Adela Franzé e PAZOS, Álvaro, 2012. Apuntes metodológicos sobre la conversación en el trabajo etnográfico. *Política y Sociedad*. 2012. 49, (2), 353–369.

DIAS, Fátima Sequeira, 2008. A economia ao sabor das circunstâncias. Produções, agentes e intercâmbios. Em: *História dos Açores - Do descobrimento ao século XX*. Ponta Delgada: Instituto Açoriano da Cultura. pp. 33–65.

DOUGLAS, Mary, 1966. *Purity and Danger - An analysis of the concepts of pollution and taboo*. 3ª. London and New York: Routledge.

EANES, Carlos, 2008. Uma economia em transformação, mas uma pobreza que persiste. Em: *História dos Açores - Do descobrimento ao século XX*. Ponta Delgada: Instituto Açoriano da Cultura.

FERNANDES, Valentim, 1940. *O Manuscrito Valentim Fernandes*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.

FERRÃO, José Eduardo Mendes, 2013. Na linha dos descobrimentos dos séculos XV e XVI - Intercâmbio de plantas entre a África Ocidental e a América. *Revista de Ciências Agrárias*. 2013. 36, (2), 250–269. DOI 10.19084/rca.16303.

Flores, 2013. *Trilhos dos Açores* [Em linha]. [consult. 2026-março-16]. Disponível em: https://trails.visitazores.com/pt-pt/trilhos-dos-acores/flores

FRUTUOSO, Gaspar, 2011. *Livro Sexto das Saudades da Terra*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada. originalmente escrito entre 1586 e 1590

FUJIKANE, Candance, 2021. *Mapping Abundance for a Planetary Future: Kanaka Maoli and Critical Settler Cartographies in Hawai'i*. London: Duke University Press.

GIL, MARIA OLÍMPIA, 1979. *O Arquipélago dos Açores no século XVII - Aspectos Sócio-Económicos (1575 - 1675)*. Castelo Branco: Edição de Autora.

GIL, Maria Olímpia, 2017. A economia dos Açores nos séculos XV e XVI. Em: *Os Açores e o Atlântico: Estudos de História Económica (séculos XV-XVII)*. Angra do Heroísmo: Direção Regional da Cultura dos Açores. pp. 1–16. Obras de Maria Olímpia da Rocha Gil.

GODINHO, Paula e H. CONTRERAS ROMÁN, Raúl, 2024. Futuros em disputa: abordagens teórico-metodológicas sobre o porvir nas periferias e no Sul global – introdução. *Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*. 5 março 2024. (28 (1)), 143–151. DOI 10.4000/etnografica.15340.

GOMES, Francisco António N. P., 1992. *A caça à baleia nas Flores*. Lajes das Flores: Câmara Municipal de Lajes das Flores.

GOMES, Francisco António N. P., 1997. *A ilha das Flores: Da redescoberta à actualidade (Subsídios para a sua história)*. 1ª. Lajes das Flores: Câmara Municipal de Lajes das Flores.

GOMES, Francisco António N. P., 2003. *A ilha das Flores: Da redescoberta à actualidade (Subsídios para a sua história)*. 2ª. Lajes das Flores: Câmara Municipal de Lajes das Flores.

GONÇALVES, 2019. *Flores de Outros Tempos (da História à Etnografia)*. Câmara Municipal de Lajes das Flores.

HERZFELD, Michael, 1947. *Cultural Intimacy - Social Poetics in the Nation State*. 2ªedição. New York and London: Routledge.

HERZFELD, Michael, 2001. *Anthropology: Theoretical Practice in Culture and Society*. Malden: Blackwell Publishers Ltd.

INE, 2021. Indicador. [Em linha]. 2021. [consult. 2026-março-14]. Disponível em: https://www.ine.ptInstituto Nacional de Estatística

INGOLD, Tim, 2011. *Being Alive: Essays on Movement, Knowledge and Description*. London: Routledge.

INGOLD, Tim, 2015. In-between. Em: *The Life of Lines*. Routledge. pp. 147–153.

JIMÉNEZ, Sílvia et al., 2013. *Guia de Controlo de Espécies Exóticas Invasoras*. Lisboa: Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves.

LAGES, Geraldo, 2000. Situação das Flores e do Corvo nos séculos XVI e XVII. *Arquipélago - História*. 2000. 2ª série IV.

Life Beetles Azores, 2026. *Controlo de espécies invasoras nas áreas pristinas efetuado com sucesso na ilha das Flores* [Em linha]. [consult. 2026-fevereiro-26]. Disponível em: https://www.lifebeetlesazores.com/noticias/controlo-de-especies-invasoras-nas-areas-pristinas-efetuado-com-sucesso-na-ilha-das-flores/

MACHADO, Margarida Vaz de Rego, 2008. A incessante procura da viabilidade económica e o contributo dos particulares. Em: *História dos Açores - Do descobrimento ao século XX*. Instituto Açoriano da Cultura. pp. 473–508.

MATOS, Artur Teodoro de, MENESES, AVELINO DE FREITAS DE, e LEITE, JOSÉ GUILHERME REIS (eds.), 2008. *História dos Açores. Do descobrimento ao século XX*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura.

MAUSS, Marcel, 2001. *Ensaio sobre a Dádiva*. Ediçoes 70.

MENESES, Avelino de Freitas de, 2008. Recursos, excedentes e carências. Em: *História dos Açores - Do descobrimento ao século XX*. Instituto Açoriano da Cultura.

NARAYAN, Kirin, 1993. How Native Is a «Native» Anthropologist? *American Anthropologist, New Series*. 1993. 95, (3), 671–686.

Os Açorianos e as Pescas, 500 anos de memórias – António Caetano Serpa & Filhos – Conservas de Portugal, s.d. [Em linha]. [consult. 2026-março-16]. Disponível em: https://conservasdeportugal.com/os-acorianos-e-as-pescas-500-anos-de-memorias-antonio-caetano-serpa-filhos/

Parques Naturais dos Açores, s.d. [Em linha]. [consult. 2025-dezembro-23]. Disponível em: https://parquesnaturais.azores.gov.pt/pt/parques/4/trilho/9

PEREIRA, Maria João et al., 2021. Hedychium gardnerianum Sheph. ex Ker Gawl. from its discovery to its invasive status: a review. *Botanical Studies*. 2021. 62:11.

PINK, Sara, 2009. *Doing Sensory Etnography*. London: SAGE Publications Ltd.

PORDATA, 2024. *"Municípios: População residente segundo os Censos, total e por sexo (1960-2021)"* [Em linha]. [consult. 2025-outubro-19]. Disponível em: https://www.pordata.pt/sites/default/files/2024-06/Municipios_Populacao_residente_segundo_os_Censos__total_e_por_sexo.xlsx

RAFFLES, Hugh, 2002. Intimate knowledge. *International Social Science Journal*. 2002. 54, (173), 325–335. DOI 10.1111/1468-2451.00385.

REGO, Maria Margarida Vaz do, 2005. As ilhas das Flores e do Corvo na perspetctiva de um negociante micaelense de setecentos. *Arquipélago - História*. 2005. (IX).

RESERVAS DA BIOSFERA PORTUGAL, 2022. *Reservas da Biosfera Territórios Sustentáveis, Comunidades Resilientes - Ilha das Flores*. Secretaria-Geral do Ambiente e Ação Climática.

RIBEIRO, Orlando, 2001. *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. 2ª. Lisboa: Letra Livre.

ROCHA, Gilberta Pavão Nunes Rocha et al., 2005. O arquipélago dos Açores como região de fronteira. *Arquipélago - História*. 2005. 2ª série IX.

SCHAMA, Simon, 1995. *Landscape and Memory*. New York: Vintage Books.

SILVA, Edmilson Evangelista da, 2011. A Cultura do Taro - Inhame (Colocasia esculenta (L.) Schott): Alternativa para o Estado de Roraima. *Embrapa*. Roraima, 2011. pp. 1–32.

SILVEIRA, João Augusto da, 2009. *Anais do Munício de Lajes das Flores*. 2ª. Lajes das Flores: Câmara Municipal de Lajes das Flores. Obra original escrita entre 1848-1849 e continuada em 1876. Anotados por Pedro da Silveira e Jacob Tomaz

SILVEIRA, Pedro da, 2022. Para a história do povoamento. Em: *Só o esquecido é Passado*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano da Cultura. pp. 179–207.

SILVEIRA, Pedro, 2019. *Fui ao Mar Buscar Laranjas. Poesia Reunida Edição do Centenário*. 2. Instituto Açoriano de Cultura.

SREA, 2025. Serviço Regional de Estatística dos Açores. *Hospedes Dormidas e Estada Media por Ilha - Report Viewer* [Em linha]. 2025. [consult. 2025-outubro-19]. Disponível em: https://srea.azores.gov.pt/Reportserver/Pages/ReportViewer.aspx?%2fTurismo%2fHospedes+Dormidas+e+Estada+Media+por+Ilha&rs:Command=Render

TOMAZ, Jacob, 1966. Lista de Escravos da Ilha das Flores, tirada dos livros de registo de nascimento, casamento e óbito existentes nas conservatórias do registo civil de Lages e Santa Cruz. *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*. 67 1966. 4, (2–3), 105–114.

TRIGUEIRO, José Arlindo Armas, 2003. *Retalhos das Flores - Factos Históricos do Século XX*. Câmara Municipal de Lajes das Flores.

TRIGUEIRO, José Arlindo Armas, 2007. *Moinhos das Flores*. Lajes das Flores: Câmara Municipal de Lajes das Flores.

TRIGUEIRO, José Arlindo Armas, 2010. *O Lajedo das Flores e as suas gentes (Subsídios Históricos)*. Junta de Freguesia do Lajedo.

TSING, Anna, 2018. The New Wild by Anna Tsing. *Little Toller Books* [Em linha]. 6 dezembro 2018. [consult. 2025-dezembro-23]. Disponível em: https://www.littletoller.co.uk/the-clearing/the-new-wild-by-anna-tsing/

TSING, Anna L., 2021. Feral Atlas: The More-Than-Human Anthropocene. [Em linha]. 2021. [consult. 2025-outubro-19]. Disponível em: http://feralatlas.org

TSING, Anna Lowenhaupt, 2003. Natural Resources and Capitalist Frontiers. *Economic and Political Weekly*. 2003. 38, (48), 5100–5106.

TSING, Anna Lowenhaupt, 2005. *Friction: an ethnography of global connection*. Princeton University Press.

TSING, Anna Lowenhaupt, 2015. *The Mushroom at the End of the World: On the Possibility of Life in Capitalist Ruins*. Princeton: Princeton University Press. ISBN 978-0-691-16275-1. GF21 .T76 2015

VERGUNST, Jo Lee e INGOLD, Tim (eds.), 2016. *Ways of Walking: Ethnography and Practice on Foot*. London: Routledge.

VIEIRA, Luís Filipe Nóia Gomes, 2012. *O Concelho de Santa Cruz das Flores (1980-1920) - Entre a estagnação e o progresso*. Dissertação de Mestrado. Ponta Delgada: Universidade dos Açores - Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais.

Walk&Talk, s.d. *Walk&Talk* [Em linha]. [consult. 2026-fevereiro-28]. Disponível em: https://2025.walktalkazores.org/A Bienal Walk&Talk é um projeto de criação artística que acontece em São Miguel, nos Açores, e que propõe uma reflexão contínua sobre o território, as suas histórias, imaginários e transformações.

WALLERSTEIN, Immanuel, 1990. *O sistema mundial Moderno*. Edições Afrontamento.

WALLICH, N. et al., 1832. *Plantae Asiaticae rariores, or, Descriptions and figures of a select number of unpublished East Indian plants* [Em linha]. London: Treuttel and Würtz. Disponível em: https://www.biodiversitylibrary.org/item/9716

WILHELM, Nelson Ari, 2025. *Proliferating Intensive Landscape Literacies*. Dinamarca: Aarhus University.